



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Volume 2

Javier Alejandro Lifschitz

Diony Maria Soares

Estudos Antropológicos



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Turismo

UFRRJ - William Domingues

UNIRIO - Camila Moraes

CEFET - Claudia Fragelli

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Javier Alejandro Lifschitz

Diony Maria Soares

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Fábio Peres

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Gabriel Ramos

Jorge Amaral

Lúcia Beatriz da Silva Alves

Marcelo Alves da Silva

Paulo César Alves

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godoi

Elaine Bayma

Patrícia Sotello

Renata Lauria

Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguiar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira

André Guimarães de Souza

Andreia Villar

Bianca Lima

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

CAPA

Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2012, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

L719e

Lifschitz, Javier Alejandro.

Estudos antropológicos. v. 2 / Javier Alejandro Lifschitz, Diony Maria Soares. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. 224 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-834-7

1. Brasil - antropologia. 2. Raça e etnia. 3. Cultura. 4. Turismo. 5. Globalização I. Soares, Diony Maria. II. Título.

CDD: 572.981

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2. Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Gustavo Reis Ferreira

Universidades Consorciadas

**CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA**
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Carlos Levi

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Aula 11 – Raça e etnia | 7 |
| <i>Javier Alejandro Lifschitz</i> | |
| Aula 12 – Malinowski: teoria e pesquisa de campo | 33 |
| <i>Javier Alejandro Lifschitz</i> | |
| Aula 13 – A noção de cultura | 61 |
| <i>Javier Alejandro Lifschitz</i> | |
| Aula 14 – Identidade cultural | 85 |
| <i>Javier Alejandro Lifschitz</i> | |
| Aula 15 – Antropologia no Brasil | 103 |
| <i>Javier Alejandro Lifschitz</i> | |
| Aula 16 – Turismo e globalização | 127 |
| <i>Diony Maria Soares</i> | |
| Aula 17 – Turismo étnico | 161 |
| <i>Javier Alejandro Lifschitz</i> | |
| Aula 18 – Turismo cultural | 184 |
| <i>Diony Maria Soares</i> | |
| Referências | 215 |

11

Raça e etnia

Javier Alejandro Lifschitz

Meta da aula

Diferenciar o conceito de raça de etnia.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1** identificar a origem do conceito de raça e de racismo;
- 2** diferenciar as concepções de raça de etnia.

Introdução

Em toda a Europa, as aspirações iluministas de progresso e liberdade expressaram-se, nos movimentos políticos de 1848, conhecidos como “primavera dos povos”. Por toda parte, os europeus exigiam o fim dos regimes monárquicos que tinham sido restaurados, depois de 1830, em todos os países que haviam estado envolvidos nas guerras napoleônicas. Estas revoluções foram todas reprimidas e a aspiração dos povos, a autodeterminação, converteu-se na consolidação de “nacionalismos” e confronto entre países europeus. O nacionalismo tornou-se uma doutrina que reforçou a ideia de que cada povo tinha uma identidade histórica e um passado determinado pela terra e pela língua. Mas a esta concepção historicista logo se incorporou uma dimensão biológica – a origem dos povos, a ideia de raças – ligada a uma antropologia física: cor da pele, forma do crânio e outras características físicas.



Figura 11.1: As revoluções de 1848 foram reprimidas, consolidando “nacionalismos” que levaram a confrontos entre países europeus.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Horace_Vernet-Barricade_rue_Soufflot.jpg

Com base nessa ideologia, estudiosos alemães e franceses forjaram a ideia da existência de duas raças – arianos e semitas – a ponto de cada nação europeia poder encontrar neles sua origem e recriaram o mito ancestral da guerra de raças, em que uma acabava escravizando a outra. Nessa perspectiva, algumas raças foram desvalorizadas e consideradas “impuras” ou inferiores, e outras consideradas “superiores”. Nessa concepção, os supostos “arianos”, considerados indo-europeus, foram investidos das virtudes da superioridade física e intelectual, e as raças como os judeus, os negros, os aborígenes, os ciganos e outros foram consideradas inferiores, levando a visões racistas que conduziram ao nazismo e ao colonialismo. A mudança da ideia de raça para a de etnia tem a ver com a crítica às concepções raciais de base biológica.

Origens da concepção de raça

Durante os séculos XVII e XVIII, desenvolveram-se no campo da Biologia e da Botânica diversas formas de classificação. Destaca-se o sistema classificatório, desenvolvido por Lineu (1707-1778), que dividiu animais em reinos, classe, ordem, família, gênero e espécie. Essa classificação partia de análises morfológicas, isto é, a comparação de características físicas dos animais que, tendo algumas características em comum, eram considerados dentro de um mesmo grupo. Os quadrúpedes, por exemplo, sabemos que fazem parte do mesmo grupo por compartilharem a característica **morfológica** de possuírem quatro patas.

A princípio, a palavra raça definia apenas as diferentes variedades dentro de uma mesma espécie animal, sendo utilizada como um sinônimo de subespécie, mas alguns cientistas, incluindo Darwin, utilizaram esse mesmo critério para separar as populações humanas em raças. Foi esse tipo de divisão morfológica que deu origem às primeiras classificações das raças humanas em negros, caucasianos, mongoloides, etiópica, americana e malaia, atribuída ao antropólogo alemão Johan Friedrich Blumenbach. Em 1795, esse cientista publicou o livro *Das variedades naturais da humanidade* no qual identificava essas seis raças. A raça que incluía os nativos

Morfologia

É o estudo da forma e estrutura dos seres vivos, animais, vegetais e humana. Na morfologia animal, por exemplo, o estudo compreende a Anatomia, a Histologia, a Fisiologia e a Bioquímica.

da Europa, Oriente Médio, Norte da África e Índia foi denominada “caucasiana” porque acreditava-se que possuíam características morfológicas em comum que derivavam do fato de os habitantes primitivos serem descendentes das montanhas do Cáucaso (GOULD, 1994). Contudo, sua classificação estava ancorada principalmente mais em aspectos históricos e geográficos do que morfológicos. Seu interesse era identificar a origem dos grupos raciais. Mas os parâmetros morfológicos foram crescendo em importância em outras classificações raciais. No século XIX, o conceito de raça passou a se basear principalmente em características morfológicas, como a cor da pele, o tipo facial, o perfil craniano, textura do cabelo etc.

Além da classificação de Blumenbach, houve uma proliferação de estudos sobre raças que ampliaram esse quadro. Algumas classificações do século XVIII chegaram a considerar mais de duzentas (ARMELAGOS, 1994), mas independentemente da validade destes estudos, deve-se destacar que a ênfase colocada nas características morfológicas e fenotípicas construíram alguns estereótipos. Assim, a cor da pele, o tipo de cabelo, a estrutura física e outras converteram-se em sinônimo de raça. O tipo “caucasiano” tornou-se sinônimo de “branco” e “africano” tornou-se sinônimo de “negro”. Mas paralelamente a esta concepção biológica das raças, que ganhará força com a difusão do darwinismo, por volta de 1850, o historicismo e a Filologia também foram suporte da ideia de raça. Raça começou a ser associada a “povo” e à origem histórica de diferentes povos.

Estudiosos alemães e franceses, adeptos do historicismo, pretenderam descobrir por intermédio do estudo das línguas e da história a origem de determinadas raças. Identificaram assim o mito da raça ariana e semita, que gerou tanto ódio e guerras até os dias de hoje. Filólogos do século XIX chamaram de “arianas” as línguas que acreditavam serem derivadas do sânscrito, faladas originalmente pelos latinos, eslavos, gregos, celtas, romanos e persas. Criaram a visão de que esses povos indo-europeus tinham, desde o ponto de vista da língua, uma mesma origem. A língua, portanto, passou a ser uma questão de raça.

Um destes estudiosos foi Ernest Renan, que, em 1855, publica o livro *História geral e sistema comparado das línguas semíticas*. Nesse estudo, pretende comprovar cientificamente que as raças são desiguais por motivos históricos. Afirmava que, desde suas origens, a humanidade estaria composta por três raças: as inferiores, as civilizadas e as nobres. Considerou como raças “inferiores” os povos arcaicos que desapareceram na história; como “civilizadas”, a chinesa e asiática, embora acreditasse que eram incapazes de sentimento artístico e sentimento religioso pouco desenvolvido e as “nobres” eram os semitas e os arianos. Entretanto, considerava que os hebreus que haviam dado origem ao monoteísmo haviam entrado em decadência ao ter dado origem ao islamismo. Já os segundos, os indo-europeus, seriam superiores em tudo e a eles atribui a criação da Filosofia e do pensamento mais elevado. Nesse sentido, foi precursor do racismo, pois em vez de considerar as raças a partir da diferença, seu critério foi o da hierarquia, atribuindo a umas a superioridade sobre outras, principalmente considerando os arianos como superiores e os semitas como sendo inferiores. Esta visão teve bastante influência na origem do antissemitismo e do racismo.



Figura 11.2: Joseph Ernest Renan, escritor e filósofo francês (1823-1892).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ea/Ernest-Renan.gif>



O termo semita deriva de Sam, o nome de um dos três filhos de Noé (os outros foram Cam e Jafé), ancestral de Abraão. De Abraão, derivam os hebreus, os árabes, os arameus, fenícios e elamitas. Semita é uma categoria que inclui tanto hebreus como árabes.

O racismo

Além de Renan, um outro intelectual que teve influência na formação do racismo foi o conde Arthur Gobineau. No “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”, também postula a existência, na origem da humanidade, de uma raça “pura”, os arianos, que teria dado origem aos povos mais civilizados do mundo e raças inferiores, neste caso “negros”, considerada selvagem e abjeta. Defendia a ideia de que nenhum povo podia evoluir, pois a raça era determinante desde a origem e, portanto, considerava que toda colonização que tivesse como meta o progresso dos povos colonizados estava fadada ao fracasso. Considerava que as raças superiores não podiam transferir sua morfologia para as inferiores e que a miscigenação levava à **degenerescência** e à desaparecimento dos povos, porque acreditava que “os mulatos de diferentes graus não se reproduzem além de um número limitado de gerações” (GOBINEAU, 1874, p. 369, apud PETRUCCELLI). Assim, estimava, com base em informações de fontes vagas, que a população brasileira iria desaparecer em 200 anos. Contudo, Gobineau tinha influência no meio diplomático e via a imigração como a única maneira de reverter esse quadro:

O termo “**degenerescência**” foi criado em 1857 pelo médico francês Benedict-Augustin Morel, para designar a hereditariedade dos transtornos mentais. Segundo sua teoria, que teve grande influência no pensamento psiquiátrico até o início do século XX, a degeneração explicava-se pela transmissão hereditária de taras, vícios e traços mórbidos, adquiridos pelos antecessores. À medida que esses fatores doentios fossem sendo transmitidos, através das gerações, seus efeitos tenderiam a se acentuar, levando à completa “desnaturação” de pessoas. Em decorrência dessa teoria, muitos projetos de intervenção social de cunho higienista foram desenvolvidos.

Mas se, em lugar de se reproduzir por ela mesma, a população brasileira estivesse em situação de minorar com vantagem os elementos desgraçados de sua constituição étnica atual, fortificando-os por alianças de valor mais alto com raças europeias, então o movimento de destruição observado em suas classes cessaria e daria lugar a um curso

totalmente oposto. A raça se levantaria, a saúde pública melhoraria, o temperamento moral se veria recuperado e as modificações mais felizes se introduziriam no estado social de este admirável país (GOBINEAU, 1874, p. 370).



Figura 11.3: Joseph Arthur de Gobineau, diplomata e escritor francês (1816-1882).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5c/Arthur_de_Gobineau.jpg/250px-Arthur_de_Gobineau.jpg

As teorias de Gobineau tornaram-se de certo modo populares nos países europeus, mas no Haiti, um afro-haitiano, Antenor Firmin, jornalista, escritor, advogado e ministro das Relações Exteriores do presidente Hyppolite no governo do Haiti, publicou em Paris um monumental ensaio em francês, cujo título é uma paródia ao ensaio de Gobineau: *A igualdade das raças humanas*, em que questiona os fundamentos da filosofia racista da superioridade racial. O livro salienta as conquistas da cultura negra

desde o Egito antigo, os países do vale do Nilo, do Sudão e da Etiópia, até a primeira “República Negra” do Haiti, como evidência do potencial dos povos africanos.



Figura 11.4: Joseph-Anténor Firmin (1850-1911) contrapôs as teorias de Gobineau com o ensaio *A igualdade das raças humanas*.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Firmin-antenor.gif>



Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) foi um escritor e diplomata francês, considerado um dos mais importantes defensores do racismo no século XIX. Foi secretário do escritor Alexis de Tocqueville e ministro, em 1849. Como diplomata, Gobineau serviu em diversos países da Europa e no Brasil. Chegou em 1869, enviado por Napoleão III, e permaneceu até 1870. Travou amizade com o imperador Pedro II, mas não via com bons olhos a sociedade brasileira, porque considerava que a mistura racial levaria à degenerescência da população. Acreditava que a única saída para o país era o incentivo à imigração de “raças” europeias, consideradas superiores.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Arthur_de_Gobineau

Ideologia racista de base científicista

A ideologia racista de base científicista que fomentou o extermínio racial surgiu na Alemanha, no final do século XIX. As

mais altas autoridades da ciência médica alemã, junto com historiadores de prestígio, incentivaram o estudo das ciências biológicas com o objetivo de estabelecer uma hierarquia entre as raças, distinguindo aquelas consideradas “puras” das que estavam em processo de “degenerescência”. Segundo esta ideologia racista, a ciência devia estar ao serviço de um controle programado da natalidade e de um programa *eugenista*, que “protegesse” a população ariana, considerada “pura”, por meio de casamentos biologicamente controlados e controle da sexualidade.

Genética, Psiquiatria e a ideia de “desvio”

O nazismo e o racismo em geral pautaram-se no pensamento eugênico, mas a ideia de “degenerescência” das raças foi anterior ao nazismo. A ideia de degenerescência, presente em algumas correntes da Medicina e da Psiquiatria, pressupunha o “desvio” de um tipo humano ideal, “perfeito” por natureza, por causa da degradação dos costumes ou problemas “bioantropológicos” de algumas raças. Estas correntes do pensamento racial científicista consideravam que estes “desvios”, morais e/ou físicos, transmitiam-se de geração a geração. Assim, a conduta desregrada do avô poderia constituir a evidência da base hereditária para a alienação mental do neto. Todas as referências à hereditariedade apoiavam-se sobre uma teoria genética, embora as bases da genética, com os trabalhos de Mendel sobre as leis da hereditariedade, só iriam se consolidar no início do século XX.

A teoria da degenerescência ganhou prestígio porque foi uma resposta à situação social da miséria urbana, que começava a se concentrar nos grandes centros industriais, sujeita a jornadas de trabalho que variavam entre 12 e 15 horas por dia, insalubridade dos locais de trabalho e condições muito precárias de moradia e saúde. Os poderes públicos, com base nesses argumentos científicistas, passaram a atribuir essa situação a características biológicas e comportamentais da população e acreditavam que se transmitiam de forma hereditária. Assim, com base

O termo *eugenia* foi criado pelo cientista Francis Galton (1822-1911) e etomologicamente significa “bem-nascido”. Galton definiu eugenia como “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, sejam físicas ou mentalmente”. Portanto, envolve ações de controle social sobre a procriação e a ideia de “melhoramento genético”. O tema é bastante controverso, particularmente após o surgimento da eugenia nazista, que veio a ser parte fundamental da ideologia de *pureza racial*, a qual culminou no Holocausto.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Eugenia>

em argumentos cientificistas como o do psiquiatra Morel, problemas sociais, como o alcoolismo e a loucura, passaram a ser atribuídos não a condições de vida, mas a causas hereditárias .



Freud, criador da Psicanálise, criticara explicitamente esse ponto de vista sobre a hereditariedade dos comportamentos, considerados patológicos, no artigo "Hereditariedade e a etiologia das neuroses", de 1896. Vale a pena procurar esse artigo na biblioteca ou internet para ler.

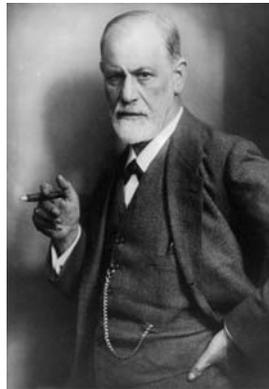


Figura 11.5: Sigmund Freud.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sigmund_Freud_LIFE.jpg

Os higienistas

Uma das preocupações da concepção eugenista era no campo das ações sanitárias e higienistas com o objetivo de impedir a propagação das tendências de "degenerescência" entre a população. Ainda antes do nazismo, em diversos países da Europa e nas colônias, programas de "saúde" foram desenvolvidos e implementados em torno de noções como "higiene racial".



Figura 11.6: Campo de concentração nazista – Holocausto.

Fonte: <http://www.fotos.ntr.br/holocausto/>



Na Alemanha nazista, foi proibido o casamento e o contato sexual de alemães com judeus ou com pessoas com problemas mentais ou físicos. Em 1933, instauraram uma lei para a esterilização de pessoas com problemas hereditários e a castração de homossexuais, que eles denominavam “delinquentes sexuais”. Mas além destas proibições e da esterilização na Alemanha nazista, a eugenia também foi praticada através do extermínio. No Holocausto, foram exterminados, em campos de concentração, 6 milhões de judeus. Além das matanças raciais, os nazistas levaram a cabo experiências médicas em prisioneiros, incluindo crianças, como as realizadas pelo cientista nazista Josef Mengele no campo de concentração de Auschwitz.

Fonte: <http://portalcienciaevida.uol.com.br/ESFI/edicoes/30/imprime123387.asp>

Na Alemanha, o movimento de “higiene racial” teve como um dos seus precursores Ernest Haeckel. Este médico alemão foi o propagador das ideias de Darwin na Alemanha e propunha aplicar às sociedades as teorias da seleção das espécies, mas Heckel concebia que o mundo humano assemelhava-se ao animal. Em sua

teoria racial, afirmava que a diferença entre os “humanos superiores” e os “humanos inferiores” (entre os inferiores incluía: os retardados, os loucos, os povos negros, aborígenes e hotentotes) era maior que aquela que distinguia os humanos inferiores dos animais superiores. Considerava que a humanidade dividia-se em 36 raças, agrupadas em quatro classes: os selvagens, os bárbaros, os civilizados e os cultos. A seu ver, somente as raças europeias pertenciam à classe dos povos cultos e por isso deviam exercer uma missão civilizadora sobre o resto do mundo. Assim, podemos ver que estas concepções pseudocientíficas estiveram na base do imperialismo colonial do século XIX que subjugou e exterminou povos indígenas e escravizou africanos. Na Alemanha nazista, as ações de higiene racial desenvolveram-se com a contribuição de cientistas e políticos, conduzindo a práticas genocidas com indivíduos considerados de raças inferiores, como judeus e ciganos.



O adjetivo *antissemita* apareceu pela primeira vez na Alemanha, em 1860, em um artigo de um escritor judeu alemão, Moritz Steinschneider, que qualificava com esse termo o preconceito hostil perante os semitas, particularmente contra os judeus. Em 1880, surgiram na Alemanha e logo na França, e em outros países da Europa, grupos que se autoproclamaram antisemitas e que criaram uma imprensa especializada na difamação e na injúria.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1.

BRASÍLIA – A Câmara aprovou nesta quinta-feira projeto que cria a reserva de cotas raciais e de renda para o ingresso nas instituições federais de Ensino Superior, vinculadas ao Ministério da Educação. Além de universidades federais, o projeto também inclui instituições federais de ensino técnico de nível médio. O projeto cria a reserva de

Resposta Comentada

As cotas raciais implementadas em algumas universidades públicas não estão pautadas em critérios biológicos, pois são os próprios indivíduos que solicitam serem incluídos como beneficiários desse direito. Se fosse um critério biológico seriam aplicados testes biomédicos com o objetivo de determinar a origem racial do solicitante. Contudo, a Universidade de Brasília (UnB), que foi a primeira instituição de Ensino Superior federal a adotar um sistema de cotas raciais para ingresso através do vestibular, criou uma comissão para homologar a identidade racial dos candidatos, a partir da análise de fotografias para evitar fraudes. Isto gerou um intenso debate e, especificamente, neste caso porque supostamente se estaria realizando uma “peritagem racial”. Para um debate aprofundado sobre o tema, sugiro ler os artigos “Política de cotas raciais, os olhos da sociedade” e “Os usos da Antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)”, dos professores Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, disponível na internet.

O pensamento racial no Brasil

Um dos representantes do pensamento racial de base científica no Brasil foi Nina Rodrigues. Esse autor nasceu no Maranhão, em 1862, e iniciou o Curso de Medicina na Bahia, mas concluiu na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1887. Em 1889, ingressou como docente da Faculdade de Medicina da Bahia e assumiu a cadeira de Medicina Legal. Apresentou suas principais teses sobre a questão racial e a população brasileira no livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, publicado em 1894. Nesse livro, defendeu a ideia de que o tratamento legal do Código Civil Brasileiro devia ser diferenciado de acordo com a raça.

Compartilhando os postulados do determinismo biológico, postulava que seu objetivo era aplicar os “conhecimentos científicos modernos” à análise da realidade nacional, como fez

nesse livro. Nele o autor argumenta que a ideia de livre-arbítrio deveria ser relativizada porque existiam raças biologicamente inferiores, como a raça negra. O livre-arbítrio é o fundamento da responsabilidade penal e como considerava que a raça negra era incapaz dessa faculdade por motivos puramente biológicos ou naturais sugeria atenuar as penas, isto é, diferenciar as penas de acordo com a “raça” do acusado. Para Nina Rodrigues, muitos dos crimes cometidos por pessoas que considerava de “raças inferiores” não podiam ser atribuídos à sua vontade livre, mas sim a imperativos biológicos da sua “raça”. Em termos jurídicos, a base da imputabilidade para determinar que uma pessoa seja acusada de um crime é a possibilidade de se provar que o réu cometeu o crime de posse do seu livre-arbítrio. Portanto, se a análise psicológica do acusado demonstrar que ele agiu movido por determinações inerentes à sua “raça”, um princípio natural ou fisiológico alheio à sua vontade, ele não poderia ser acusado. Por isso, considerava que as penas deviam ser diferenciadas, segundo tal critério. Se essas pessoas de cor negra passavam a ser consideradas pelo Código Civil como “irresponsáveis”, as absolvições seriam mais consequentes. Como diz nesse livro:

Quanto mais profunda a análise psicológica do criminoso, quanto mais adiantados estiverem os conhecimentos da psicologia mórbida, tanto mais fácil será descobrir móveis de ação, inteiramente alheios à influência da vontade livre e, por conseguinte, também mais numerosas serão as declarações de irresponsabilidade e mais consequentes serão as absolvições (NINA RODRIGUES, 1957, p. 66).

Segundo Nina Rodrigues, os atos ilícitos ocorriam com mais frequência nas “raças inferiores”, por estarem movidas por pulsões incontroláveis e nesse sentido possuírem um grau inferior de “civilização”. Sendo assim, as raças inferiores se lhes devia impor direitos e deveres diferenciais com relação aos “povos cultos”. Segundo o autor, tornar “os bárbaros e selvagens” responsáveis por não possuírem uma consciência responsável seria tão absurdo e

ingênuo como punir os menores antes da maturidade mental ou os loucos por não serem sãos de espírito. Assim, vemos que o argumento esta impregnado das teorias raciais e racistas de cunho cientificista que atribuíam a determinadas raças uma inferioridade biológica irreversível, como os negros e os índios. Daí seu pessimismo quanto à capacidade destas “raças” de “civilizarem-se”, vindo a contribuir positivamente para a formação da nação brasileira. Nina Rodrigues também identificou diversos tipos de mestiços para determinar o seu grau de responsabilidade ou irresponsabilidade penal. Quanto mais próximo das raças negra e indígena mais irresponsável seria o indivíduo pelo seu crime. Para esses indivíduos “inferiores”, o asilo penitenciário, e não a prisão, seria a solução educativa. Em diversos cargos públicos que assumiu na área da medicina legal, empenhou-se na construção de um asilo penitenciário dentro de seu projeto mais amplo de “educação” para as “raças inferiores”. O que ele chamou de “problema do negro” no Brasil era determinar as características do que ele considerava ser uma “raça inferior” e de criar instituições capazes de controlar esta “massa humana perigosa”.



Figura 11.7: Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico brasileiro.
Fonte: www.sbhm.org.br/medicos/foto_nina.jpg

Entretanto, Nina Rodrigues publicou outros livros de grande interesse antropológico, como *O animismo fetichista dos negros baianos*, publicado em 1899 e *Os africanos no Brasil*, publicado postumamente, em 1933. Segundo Mariza Corrêa:

Suas análises sobre as práticas religiosas dos negros baianos são apenas um outro aspecto da mesma preocupação geral de comprovar o atraso cultural da população (mestiça) brasileira e só se tornam inteligíveis ao lado de suas apreciações sobre a loucura e o crime nessa população (CORRÊA, 2001, p. 155).

Interessado em mostrar o grau de inferioridade, trazido pelo negro à composição da população nacional, aprofundou-se na pesquisa de costumes e sobrevivências africanas e investigou pela primeira vez a origem africana a que pertenciam os negros, trazidos para o Brasil. Estas investigações levaram-no a relativizar algumas de suas posturas. Em alguns momentos, reconhece que possuem uma “escala hierárquica de cultura e aperfeiçoamento”, mas sua concepção racial o levava a acreditar que os negros deviam se mestiçar:

O que importa ao Brasil determinar é o quanto de inferioridade lhe advém da dificuldade de civilizar-se por parte da população negra que possui e se de todo fica essa inferioridade compensada pelo mestiçamento, processo natural por que os negros se estão integrando no povo brasileiro, para a grande massa da sua população de cor (NINA RODRIGUES, 2004, p. 296).

Para tentar determinar a influência do negro na cultura brasileira, pesquisou línguas africanas, religiões e rituais, e identificou as principais nações africanas a fornecer contingentes populacionais para o Brasil. Para responder a essas questões, realizou um levantamento detalhado de dados sobre o tráfico negreiro, fez pesquisas sobre línguas africanas faladas na Bahia, coletou mitos, descreveu manifestações artísticas e festas religiosas. Concluiu que os negros trazidos ao Brasil per-

tenciam às “raças” consideradas mais evoluídas entre os povos africanos, os sudaneses e os malês (muçulmanos), o que aumentava suas possibilidades de contribuir positivamente para a civilização brasileira:

Ora, nossos estudos demonstram que, ao contrário do que se supõe geralmente, os escravos negros introduzidos no Brasil não pertenciam exclusivamente aos povos africanos mais degradados, brutais ou selvagens. Aqui introduziu o tráfico poucos negros dos mais adiantados e, mais do que isso, mestiços camitas convertidos ao islamismo e provenientes de estados africanos bárbaros sim, porém dos mais adiantados (NINA RODRIGUES, 2004, p. 301).

Contudo, no mesmo livro *Os africanos no Brasil* observa o seguinte: “Quaisquer que sejam as condições sociais em que se coloque o negro, está ele condenado pela sua própria morfologia e fisiologia a jamais poder se igualar ao branco” (NINA RODRIGUES, 2004, p. 301).



Figura 11.8: Etnias africanas no Brasil: (1) Angola, (2) Congo, (3) Benguela, (4) Monjolo, (5) Cabinda, (6) Quiloa, (7) Rebolo, (8) e (9) Moçambique, (10) Mina. As etnias de 1-5 e 7 são da África Central, 8-9 são do Sudeste africano e 10 é da África Ocidental.

Fonte: http://4.bp.blogspot.com/_ZXdjMFfKvKY/S8-XosKkD-I/AAAAAAAAAAc/IY-dEYrMg1xl/s1600/ETNIAS+AFRICANAS+NO+BRASIL.jpg

Miscigenação e democracia racial

Estas concepções que se desenvolveram no Brasil sobre a origem biológica da raça foram influenciadas por teorias europeias sobre a superioridade da raça branca. Índios, negros e mestiços eram colocados no nível mais baixo da hierarquia racial. A questão que se colocava para estes pensadores da questão racial era de como, a respeito de quais as raças que compunham o país, construir uma nação, tomando como ideal a civilização europeia.

Entretanto, alguns intelectuais tornaram-se ideólogos da miscigenação, como Gilberto Freyre que rompeu com as ideologias racistas vigentes até então. Segundo o autor, a miscigenação tinha sido um aspecto democratizador da colonização portuguesa. Esta ideia de democratização nas relações raciais é um ponto de muita discussão e conflito, já que para muitos outros estudiosos a “democracia racial” no Brasil é um mito. Freyre valorizou a contribuição do negro à cultura brasileira. Logo outros autores aprofundaram o estudo do racismo no Brasil. Entre eles, destaca-se o sociólogo Oracy Nogueira (1955) que chamou a atenção para a distinção entre o preconceito “de marca” e o preconceito “de origem”. O primeiro é um preconceito baseando-se nos traços físicos do indivíduo, em sua cor e sua aparência, enquanto o segundo é uma atitude de rejeição perante a origem africana de descendentes, independentemente de que sejam pardos ou negros. O autor observou que o preconceito “de marca” era muito comum no Brasil e o preconceito “de origem” era predominante nos Estados Unidos.



O movimento eugenista teve seu início no final do século XIX, difundindo-se principalmente durante as três primeiras décadas do século XX. No final da década de 1920, é fundado o Instituto Brasileiro de Eugenia cujos objetivos eram coletar dados sobre a população brasileira, incentivar pesquisas eugênicas, favorecer as condições eugênicas de boas proles, divulgar a eugenia, atuar junto aos governos de forma “a beneficiar o povo brasileiro em um sentido eugênico e desenvolver a consciência eugênica no país através da educação (STEFANO, 2009).

Raça e etnia

Há um amplo consenso entre antropólogos e geneticistas humanos de que, do ponto de vista biológico, raças humanas não existem. As raças humanas não são entidades biológicas, mas construções sociais, mas isto não implica que tenha se deixado de usar o conceito. Continua sendo usado, principalmente em um sentido morfológico ou genético, para denotar características físicas, como cor da pele ou textura do cabelo, distinguindo, por exemplo, a “raça negra”, da “raça branca”. Neste sentido, considera-se que a categoria raça, usada em um sentido biológico é uma base objetiva de classificação, já que indicaria aspectos da população geneticamente diferenciados. Entretanto, do ponto de vista biológico, os traços fenotípicos são determinados por um número bem pequeno de genes que estão completamente dissociados dos genes que influenciam inteligência, talento artístico, habilidades sociais, predisposição a doenças ou metabolismo. Portanto, as distinções raciais não se apoiam em critérios genéticos de peso e tendem a perpetuar racionalizações pseudo-científicas sobre diferenças naturais entre grupos humanos que se originaram no século XIX.



A opinião dominante entre os cientistas sobre a origem dos humanos é que o *Homo sapiens* teria surgido na África e migrado para fora desse continente em torno de 50.000 a 100.000 anos atrás, substituindo as populações de *Homo erectus* na Ásia e de *Homo neanderthalensis* na Europa. Nesse cenário, todos os seres humanos compartilham um ancestral africano. As diferenças morfológicas entre os povos teriam acontecido nos últimos 40 mil anos.

Fonte: http://www.ibimm.org.br/page_54.html

Desde a década de 1970, diversos cientistas tentaram testar a hipótese sobre a existência de raças humanas. Em 1972, Richard Lewontin agrupou com base em critérios genéticos oito

“grupos raciais” – africanos, ameríndios, aborígenes australianos, mongoloides, indianos, sul-asiáticos, oceânicos e caucasianos, e observou que quase 90% das diferenças genéticas aconteciam dentro dos próprios grupos e apenas 6% entre “raças”. Em um estudo semelhante, Barbujani et al. (1997) estudaram a composição genética de populações de todo o mundo e concluíram que cerca de 85% das variações genéticas estavam concentradas dentro dos próprios grupos, definidos como “raças”. Outra das conclusões destes estudos científicos recentes é que a variação genética humana tende a se organizar geograficamente: indivíduos da mesma região geográfica serão mais similares entre si do que indivíduos distantes pelo fato de os casamentos acontecerem entre pessoas cujos ancestrais e descendentes habitarem em locais próximos.

Outra conclusão é que a cor da pele é determinada pela quantidade e pelo tipo do pigmento melanina, e tanto a quantidade quanto o tipo de melanina são controlados por apenas quatro a seis genes. Esse número de genes é insignificamente pequeno no universo dos cerca de 25 mil genes estimados de existir no genoma humano. Da mesma maneira que a cor da pele, outras características físicas externas como o formato da face, a grossura dos lábios, o formato do nariz e a cor, e a textura do cabelo são controlados por um número ínfimo de genes. Portanto, as diferenças morfológicas parecem ter mais relação com a região geográfica de origem que com as variações genéticas.



Estudos realizados no Brasil mostram que a cor da população, avaliada fenotipicamente, tem uma correlação muito fraca com o grau de ancestralidade africana. No nível individual, qualquer tentativa de previsão torna-se impossível, ou seja, pela inspeção da aparência física de um brasileiro não podemos chegar a nenhuma conclusão confiável sobre seu grau de ancestralidade africana (PENA, 2005).

Em seu uso pela Antropologia, o termo raça ficou associado à Biologia ou à hereditariedade, mas para a Antropologia moderna a própria ideia de que existem diferenças físicas e biológicas significativas entre os povos é uma construção cultural. Nesse sentido, foi sendo substituída pela ideia de etnia, entendida como identidade cultural, pautada em aspectos culturais, como língua, religião, tradições, ancestralidade, mitos, entre outros.

O conceito de etnia é relativamente recente. Começou a ser utilizado nas Ciências Sociais, desde a década de 1940, no contexto da Antropologia Cultural britânica. Em suas primeiras acepções, a etnicidade designava a pertença a um grupo cultural, como os anglo-americanos, independente da “raça” ou religião. Também o termo está associado a características consideradas subjetivas, isto é, ao fato de um grupo possuir o “sentimento” de pertencer a um grupo étnico. Assim, em contraposição ao critério “objetivo” de raça, a etnia reforça fatores subjetivos, isto é, as ações manifestas dos indivíduos de pertencer a tal grupo étnico e não a outro. A identidade étnica constrói-se a partir da diferença entre grupos, já que não é o isolamento que cria a força da pertença, mas, ao contrário, a comunicação entre povos diferentes. Daí que a Antropologia tenha restringido o uso do termo raça à expressão “relações raciais”, aludindo a que não existe uma base objetiva, determinada biologicamente: existem sim diferenças culturais que não estão ancoradas nem nos genes ou no sangue. As diferenças estão dadas na convicção que têm seus membros de pertencer a um mesmo povo. Portanto, podemos concluir que a diferença da concepção de grupos raciais, as etnias, não são consideradas como herança biológica, mas produtos de circunstâncias sociais históricas. Logo, o conceito de etnia, utilizado na Antropologia e nas Ciências Sociais, liga-se ao fato de evitar a conotação biológica da palavra raça associada ao racismo.



Na Conferência contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação e a Intolerância, realizada na cidade de Durban (África do Sul), em 2001, criou-se a “Comissão Internacional pela Eliminação de Todo Tipo de Discriminação Racial” que determinou como crime

qualquer tipo de distinção, exclusão, restrição ou prejuízo, baseado em raça, cor, descendência ou em origem étnica ou nacional que têm como objetivo ou efeito anular ou prejudicar o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em bases iguais, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos planos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

Conclusão

Para finalizar esta aula, recomendo aos alunos a atenção de não utilizar indistintamente termos como raça e etnia, porque, como vocês puderam ver, o termo raça gerou posições e ações por parte de grupos sociais e governos, absolutamente trágicas. Neste sentido, deve-se lembrar que alguns conceitos com os quais lida a Antropologia e que podem parecer inocentes levam uma carga histórica que não pode ser desconsiderada.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

O termo “multiculturalismo” refere-se ao fato de que as sociedades contemporâneas são muito heterogêneas em termos de grupos étnicos e identidades culturais, principalmente com a intensificação dos fluxos migratórios entre os diferentes continentes. Contudo, segundo alguns autores, o termo multiculturalismo encobre diversas realidades, principalmente em termos sociais e econômicos.

Com base no que você acabou de ler na aula e no enunciado anterior, marque a opção que considera correta e explique o porquê.

() Todas as sociedades tratam as diferenças étnicas de forma igualitária.

() Em todas as sociedades se observam formas de exclusão social e manutenção de privilégios entre etnias.

Resposta Comentada

Com tudo que vimos na aula, podemos concluir que a segunda opção é a correta. Apesar de que o próprio termo multiculturalismo sugere igualdade entre etnias na realidade, vemos que existem situações de exclusão e de hierarquia. Na Europa e nos EUA, por exemplo, os migrantes latino-americanos não podem ascender à educação ou à saúde em condições de igualdade com as etnias nacionais.

Resumo

A princípio, a palavra raça definia apenas as diferentes variedades dentro de uma mesma espécie animal, sendo utilizada como um sinônimo de subespécie, mas alguns cientistas utilizaram esse mesmo critério para separar as populações humanas em raças. Foi esse tipo de divisão morfológica que deu origem às primeiras classificações das raças humanas. No século XIX, o conceito de raça passou a se basear principalmente em características morfológicas, como: a cor da pele, o tipo facial, o perfil craniano, textura do cabelo etc. Mas paralelamente a esta concepção biológica das raças, que ganhará força com a difusão do darwinismo, por volta de 1850, o historicismo e a Filologia também foram suporte da ideia de raça. Raça começou a ser associada a “povo” e à origem histórica de diferentes povos. Em 1855, Ernest pretendia comprovar cientificamente que as raças são desiguais por motivos históricos. Afirmava que a humanidade estava composta por três raças: as inferiores, as civilizadas e as nobres. Considerava que os europeus

eram superiores porque haviam desenvolvido a Filosofia e o pensamento mais elevado e os semitas, como inferiores. Nesse sentido, é considerado precursor do racismo, pois promoveu uma visão hierárquica das raças. Além de Renan, um outro intelectual, que teve influência na formação do racismo, foi o conde Arthur Gobineau. No "Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas" também postula a existência, na origem da humanidade, de uma raça "pura", os arianos, que teriam dado origem aos povos mais civilizados do mundo, e raças inferiores, neste caso os "negros", que considerava selvagens. Considerava também que a miscigenação levava a degenerescência. A ideologia racista de base científicista que fomentou o extermínio racial surgiu na Alemanha no final do século XIX. As mais altas autoridades da ciência médica alemã, junto com historiadores de prestígio, incentivaram o estudo das Ciências Biológicas com o objetivo de estabelecer uma hierarquia entre as raças, distinguindo aquelas consideradas "puras" das que estavam em processo de "degenerescência". Segundo esta ideologia racista, a ciência devia estar ao serviço de um controle programado da natalidade e de um programa eugenista. A ideia de degenerescência, presente em algumas correntes da Medicina e da Psiquiatria, pressupunha o "desvio" de um tipo humano ideal, "perfeito" por natureza. Uma das preocupações da concepção eugenista era no campo das ações sanitárias e higienistas com o objetivo de impedir a propagação das tendências de "degenerescência" entre a população. Ainda antes do nazismo, em diversos países da Europa e nas colônias foram implementadas ações racistas de "higiene racial". Na Alemanha nazista, as ações de higiene racial que provocaram o massacre de 6 milhões de judeus e ciganos desenvolveram-se com a contribuição de cientistas e políticos. Um dos representantes do pensamento racial de base científica no Brasil foi Nina Rodrigues. Apresentou suas principais teses sobre a questão racial e a população brasileira no livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, publicado em 1894. O livre-arbítrio é o fundamento da responsabilidade penal e como considerava que a raça negra era incapaz dessa faculdade, por motivos puramente biológicos ou naturais, sugeria atenuar as penas, isto é, diferenciar as penas de acordo com a "raça" do acusado. Segundo Nina Rodrigues, os atos ilícitos ocorriam com mais frequência nas

“raças inferiores”, por estarem movidas por pulsões incontrolláveis e nesse sentido possuírem um grau inferior de “civilização”. Estas concepções que se desenvolveram no Brasil sobre a origem biológica da raça foram influenciadas por teorias europeias sobre a superioridade da raça branca. Índios, negros e mestiços eram colocados no nível mais baixo da hierarquia racial. A questão que se colocava para estes pensadores da questão racial era de como construir uma nação, tomando como ideal a civilização europeia. Entretanto, alguns intelectuais tornaram-se ideólogos da miscigenação, como Gilberto Freyre que rompeu com as ideologias racistas vigentes até então. Segundo o autor, a miscigenação tinha sido um aspecto democratizador da colonização portuguesa. Esta ideia de democratização nas relações raciais é um ponto de muita discussão e conflito, já que para muitos outros estudiosos a “democracia racial” no Brasil é um mito.

Na atualidade, há um amplo consenso entre antropólogos e geneticistas humanos de que, do ponto de vista biológico, raças humanas não existem. As raças humanas não são entidades biológicas, mas construções sociais. Nesse sentido, a ideia de raça foi sendo substituída pela ideia de etnia, entendida como identidade cultural pautada em aspectos culturais, como língua, religião, tradições, ancestralidade, mitos, entre outros. O conceito de etnia é relativamente recente. Começou a ser utilizado nas ciências sociais desde a década de 1940, no contexto da Antropologia Cultural britânica. Em suas primeiras acepções, a etnicidade designava a pertença a um grupo cultural. Também o termo está associado a características consideradas subjetivas, isto é, ao fato de um grupo possuir o “sentimento” de pertencer a um grupo étnico. Assim, em contraposição ao critério “objetivo” de raça, a etnia reforça fatores subjetivos, isto é, as ações manifestas dos indivíduos de pertencer a tal grupo étnico e não a outro. Daí que a Antropologia tenha restringido o uso do termo raça à expressão “relações raciais”, aludindo que não existe uma base objetiva, determinada biologicamente: existem sim diferenças culturais que não estão ancoradas nem nos genes ou no sangue. As diferenças estão dadas na convicção que têm seus membros de pertencer a um mesmo povo.

12

Malinowski: teoria e pesquisa de campo

Javier Alejandro Lifschitz

Meta da aula

Apresentar aspectos relevantes da obra de Malinowski e princípios da abordagem funcionalista.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar o vínculo entre a dimensão material e simbólica dos fenômenos sociais;
- 2 distinguir os princípios da abordagem funcionalista;
- 3 explicar a relevância do trabalho de campo na Antropologia;
- 4 descrever a ideia de mito e de sexualidades não ocidentais .

Pré-requisitos

Para compreender o conteúdo desta aula, é importante você relembrar as Aulas 2 e 6. Nessas aulas foram apresentadas algumas características do evolucionismo cultural, tema que logo retomaremos nas próximas aulas.

Introdução

Quando Malinowski (1884-1942) iniciou sua carreira, na primeira década do século XX, a Antropologia adquiria um maior reconhecimento como disciplina científica. E se organizava na Inglaterra uma primeira grande expedição antropológica ao estreito de Torres, que contou com a participação de renomados antropólogos como William Rivers (1864-1922) e Charles Gabriel Seligman (1873-1940) que, por sua vez, realizaram pesquisas aprofundadas com populações da Melanésia. Nos Estados Unidos, Franz Boas (1858-1942) também promovia a pesquisa de campo, construindo outras abordagens teóricas.

Malinowski foi uma das figuras centrais dessa geração, conhecido principalmente por ter desenvolvido uma visão singular sobre o objeto e o método da Antropologia. Suas pesquisas se caracterizaram pela longa convivência com os nativos, o que lhe permitia recolher uma grande quantidade de informações obtidas por observação direta e a partir da qual realizava comparações e verificações. Existe em Malinowski uma grande valorização do trabalho de campo, diferentemente da Antropologia anterior a ele, que se baseava em grande parte em fontes bibliográficas e também por sua preocupação com a especificidade de cada cultura. O comportamento do primitivo não é visto como incoerente nem irracional, mas se explica a partir de uma lógica que deve ser interpretada pelo pesquisador. Porém, a interpretação dessa lógica não é o resultado de uma intuição, mas sim de uma reflexão teórica que esteve baseada em uma crítica radical às teorias evolucionistas em voga, compartilhando as premissas da perspectiva funcionalista.



Figura 12.1: Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942).

Fonte: www.nndb.com/people/320/000099023/

A teoria funcionalista

Como vimos nas aulas anteriores, o objeto de estudo da Antropologia foi definido no início do século XX com diferentes tendências teóricas. Os etnólogos inclinavam-se para a teoria *difusionista*, enquanto a Antropologia cultural se voltou para o *evolucionismo*. O difusionismo tinha recebido um grande impulso na Inglaterra em virtude das descobertas da arqueologia egípcia e do desenvolvimento da teoria segundo a qual a cultura egípcia era o berço de diferentes civilizações. Já os evolucionistas, como Taylor e Frazer, estavam influenciados pela sociologia de Spencer e Comte.



Diferenças entre as perspectivas difusionistas e evolucionistas

O difusionismo foi uma teoria antropológica do início do século XX que polemizou com o evolucionismo. Os difusionistas britânicos, como Rivers, W. Perry e Elliot Smith defendiam a ideia de que o inventário cultural do mundo se formou em um centro, que eles identificavam no Egito, irradiando-se a partir dele para outras partes do mundo. Foi uma teoria alternativa da compreensão da diversidade cultural, enquanto considerava que a diversidade era resultado da difusão de traços culturais vindos de um centro e não como uma reta constante e ascendente cultural, tal como defendida pelos evolucionistas.



Jeancaffou

Figura 12.2: Esfinge de Gizé e pirâmide de Quéfren.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Giza_Sphinx_1.jpg

Já o evolucionismo foi uma teoria do século XIX que explicava a diversidade de espécies de seres vivos por intermédio da evolução e da seleção natural. Esta teoria desenvolvida por Charles Darwin teve influência no pensamento social. Os etnólogos evolucionistas consideravam a sociedade europeia da época como o apogeu do processo evolucionário. Segundo essa visão, a evolução ocorria em ritmos desiguais, de acordo com as populações e localizações geográficas, mas passando pelas mesmas etapas para alcançar o nível máximo de “civilização”. Em cada etapa a experiência humana se acumulava, levando a formações culturais cada vez mais avançadas.

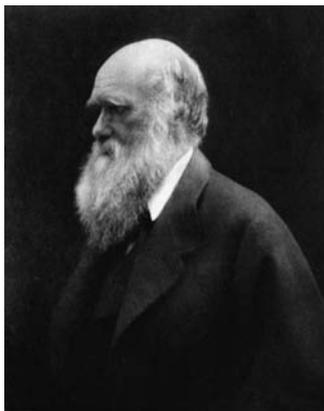


Figura 12.3: Charles Darwin.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8a/Charles_Darwin_by_Julia_Margaret_Cameron_2.jpg

O método utilizado na etnologia evolucionista era a comparação de unidades culturais, classificadas de acordo com o tipo (religioso, político, de parentesco etc.). Mas essas unidades selecionadas para comparação eram de sociedades e contextos sociais diferentes. Por sua vez, essas unidades correspondiam a um estágio específico de evolução, de modo que esses fenômenos religiosos, políticos, de parentesco etc. pudessem representar uma etapa em uma escala evolutiva.

Vamos dar um exemplo. Como vimos na Aula 6, Lewis Morgan utilizou a teoria evolucionista para demonstrar a *evolução* da família, desde seus primórdios até a família monogâmica. Mas como ele procedeu para demonstrar essa evolução?

Morgan comparou tipos de família de contextos culturais diferentes. Para a primeira forma de família, que representava o mais baixo nível na escala da evolução, utilizou como referência as tribos selvagens da Austrália.

Para a segunda forma de família, denominada família consanguínea, caracterizada pelo casamento entre irmãos e irmãs carnais e colaterais, utilizou como unidade de comparação os habitantes das Ilhas Sandwich, que foram descritas pelos missionários americanos em 1820.

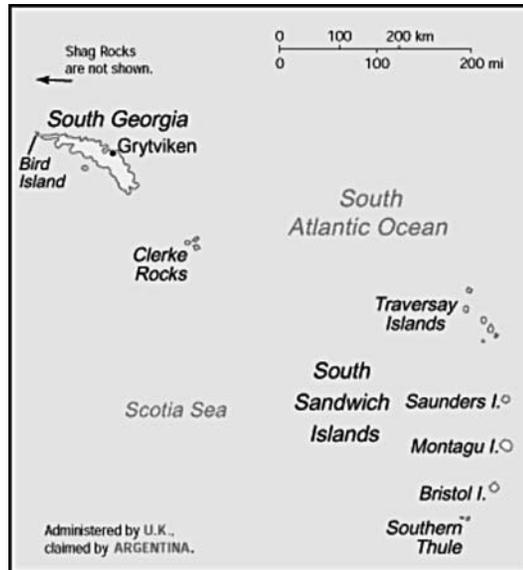


Figura 12.4: Na parte inferior direita do mapa você pode ver as ilhas Sandwich.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:South_Georgia_and_the_South_Sandwich_Islands-CIA_WFB_Map.png

Para a terceira forma de família, considerada mais evoluída que as duas anteriores, Morgan escolheu um tipo de família encontrada na Europa, na Ásia e na América no período pré-histórico. A particularidade deste tipo de família, que denominou *sindiásmica*, é que o marido e a mulher não coabitam a mesma moradia.

Por último, tomou como exemplo do tipo familiar mais evoluído de todos a família monogâmica da Europa moderna, em que marido e mulher coabitam a mesma moradia.

Esta teoria começou a ser questionada no início do século XX por se considerar essas unidades culturais, como o caso da família, isoladas de seu contexto, já que, ao serem desmembradas, perdem o significado dado pela relação que têm com outros aspectos da cultura de cada local.

A partir do ponto de vista dessa nova teoria, conhecida como funcionalista, os elementos culturais não podem ser separados de seu contexto, porque sua função está atrelada ao sistema como um todo. Para o funcionalismo, a sociedade é uma totalidade cujos componentes estão inter-relacionados. A família está inter-relacionada com as relações de parentesco que, por sua vez, estão relacionadas com a forma de economia que, por sua vez, está relacionada com o tipo de poder político e assim sucessivamente. Ao separar um elemento perderíamos este vínculo entre as partes do sistema.

A teoria funcionalista, presente na primeira fase dos estudos sociológicos de Durkheim, teve influência na antropologia de Malinowski, como se observa na introdução do livro *Os argonautas do Pacífico Sul*:

Parece-me haver lugar para um novo tipo de teoria. A fixação no tempo e a influência do estágio anterior sobre o subsequente constituem o tema central dos estudos evolucionistas, tal como realizados pela escola clássica de Antropologia britânica (Taylor, Frazer, Westermarck, Hartland e Crawley). A escola etnológica (Ratzel, Foy, Grabner, Schmidt, Rivers e Elliott-Smith) estuda a influência de culturas de contato, infiltração e transmissão (...). A influência recíproca de vários aspectos de uma instituição, o estudo do mecanismo social e psicológico no qual a instituição se baseia, constituem um tipo de investigações teóricas que, até o presente, só se praticam de modo conjectural. Mas arrisco-me a prever que mais cedo ou mais tarde adquirirão certa personalidade própria. Esse tipo de pesquisa preparará o caminho e fornecerá o material para as demais (KUPER, 1973, p. 14).



Émile Durkheim (1858-1917) foi o fundador da escola francesa de Sociologia, e é considerado um dos pais da Sociologia moderna. Em seu livro *As regras do método sociológico*, define a metodologia das ciências sociais tomando como parâmetro as ciências naturais. Ele considera que a Sociologia deve revelar as leis que regem o comportamento social atribuindo aos fatos sociais a característica de serem acontecimentos que se impõem coercitivamente aos indivíduos. Em uma de suas principais obras, intitulada *A divisão do trabalho social* (1893) descreve a sociedade como um organismo biológico, em que cada órgão tem uma função e depende dos outros para sobreviver. Dentre suas obras, destacam-se também as *Regras do método sociológico* (1895), *O suicídio* (1897) e *As formas elementares de vida religiosa* (1912).

Em *A divisão do trabalho social*, Durkheim chamava a atenção para a interdependência entre as instituições sociais e “*a influência recíproca dos vários aspectos de uma instituição*”. Nesse livro, Durkheim mostra como a divisão do trabalho social diz respeito não somente à economia, mas está vinculada também à religião, ao direito e aos tipos de solidariedade social. Falamos de interdependência quando uma instituição (que pode ser a religião, o direito, o Estado etc.) influencia e é influenciada pela dinâmica de outra. Nesse livro, Durkheim mostra como a divisão do trabalho menos desenvolvida (que Durkheim denomina mecânica) está relacionada com o direito criminal, enquanto a divisão do trabalho mais desenvolvida (que Durkheim denomina orgânica) está relacionada com o direito denominado restitutivo (direito civil, de família e comercial).

O funcionalismo remete à *função*, que na Sociologia desse período tinha analogia com a função biológica. Analogamente a toda função biológica que atende a um fim ou a uma necessidade social, as instituições também possuem uma função que atende a um fim ou a uma necessidade social. Assim, a ideia de função social está empregada em dois sentidos:

- 1- Todas as instituições sociais são meios coletivos para satisfazer necessidades sociais.
- 2- As instituições sociais estão funcionalmente integradas para formar um sistema estável.

No texto intitulado “A teoria funcionalista”, o antropólogo observa que as principais características da Antropologia funcionalista são as seguintes (MALINOWSKI, 1986):

1- A cultura é essencialmente instrumental. Por intermédio dela o homem enfrenta os problemas da vida e satisfaz necessidades.

2- A cultura é um sistema em que cada uma das partes são um meio (função) para atingir um fim. “A função das relações conjugais e da paternidade é o processo culturalmente definido de reprodução. Em qualquer cultura, a forma é o modo pelo qual esse processo ocorre e que difere quanto à técnica obstétrica, quanto ao ritual de resguardo e quanto aos tabus”. A cultura é uma totalidade em que os elementos estão interligados.

Contudo, Malinowski mantinha algumas reservas em relação ao funcionalismo, como indica o seguinte trecho do mesmo texto citado anteriormente :

Os laços entre um objeto e os seres humanos que fazem uso dele, entre a técnica individual e social e a propriedade legal, assim como a economia da produção, a relação entre a habitação humana e os membros do grupo de residência que ocupam são tão óbvios que nunca foram completamente omitidos nem tampouco vistos claramente. Isto porque, proverbialmente, nada é tão difícil de ver quanto óbvio. Se o funcionalismo fosse apenas a tendência a encarar a magia e as atitudes econômicas como interligadas, a reconhecer que esses aspectos são parte da estrutura social e que devemos sempre e mais e mais estabelecer correlações, realmente ele incorreria teoricamente no totalitarismo científico de qual tem sido acusado frequentemente. Não há dúvidas de que, na ciência, devemos isolar tanto quanto estabelecer relações. Se não pudesse mostrar alguns isolados ou unidades que contêm limites naturais para a coordenação e a correlação, o funcionalismo nos levaria a um atoleiro de objetos relacionados. Admito que tais isolados naturais realmente existem e que devem constituir o fundamento de qualquer análise cultural profunda (MALINOWSKI, 1986, p. 177).

Malinowski tinha presente, portanto, a importância de determinados “isolados funcionais” que necessariamente não estavam relacionados entre si. Contudo, o foco de sua observação é que não se pode ou não se deve substituir a pesquisa concreta de instituições pelo apelo vago à necessária interdependência das mesmas. Como veremos, a pesquisa concreta é um dos aspectos mais importantes no contexto de sua obra.

Outro aspecto singular de sua teoria foi integrar os aspectos materiais de uma cultura com a dimensão simbólica. Ele considerava que nas pesquisas em culturas primitivas era importante observar aspectos materiais (como modos de produzir, ferramentas etc.) e imateriais ou simbólicos (como costumes, regras sociais, crenças, rituais etc.).

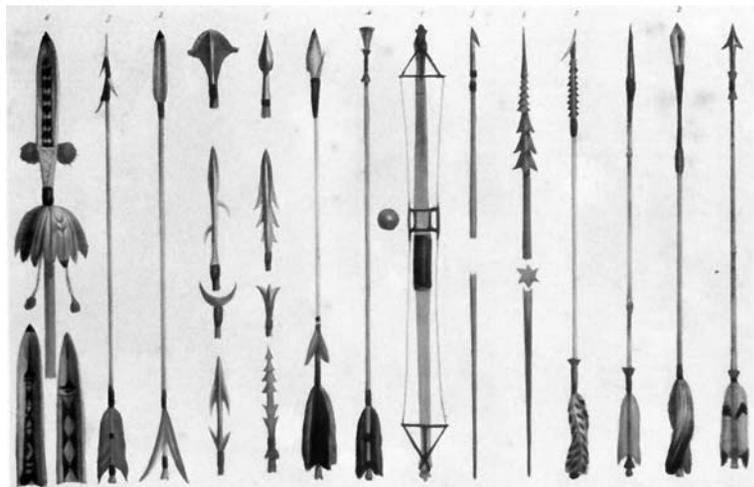


Figura 12.5: Diferentes tipos de flechas indígenas.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:E38_p36.jpg

Malinowski propunha entender a *cultura* como uma síntese integrada que envolvia três dimensões: objetos, atividades e atitudes. Estas três dimensões eram, para o antropólogo, aspectos de uma única realidade.

Isto pode parecer um pouco contraditório com o que dissemos em relação à ideia de “isolado funcional”, mas suas pesquisas mostram como estes dois aspectos metodológicos estavam integrados. Vejamos, por exemplo, o *kula*, instituição sobre a qual falaremos depois. É uma unidade concreta da vida de um povo estudado (um “isolado funcional”), mas sua pesquisa consiste em mostrar as relações deste aspecto da vida social (considerado importante tanto para o observador como para o povo que está sendo estudado) com outros, tanto econômicos como jurídicos, religiosos etc. Essa instituição, o *kula*, torna-se assim uma unidade multidimensional.



A cultura de um povo inclui a economia, a tecnologia, as relações sociais, as regras, crenças, os rituais e a arte, mas essas relações não podem ser deduzidas de uma suposta interdependência original. Elas têm que ser induzidas a partir da pesquisa concreta. As inter-relações existem nos próprios isolados.

Cabe observar que nesta compreensão integrada da vida dos povos primitivos também se inclui a ação e a representação. Isto é, não somente *observar* a vida material e simbólica, mas também ouvir o que eles dizem acerca do que fazem: suas representações. As ideias e as emoções do nativo permitem entender a lógica de suas ações e reconstruir a cultura específica do povo que está sendo estudado. O antropólogo não pode estar limitado ao comportamento aparente. Ele deve entender o significado atribuído pelos nativos às ações que ele observa. Com esse material ele pode formular as regularidades e a lógica das instituições nativas.

Na próxima seção passaremos a analisar uma das principais contribuições de Malinowski à pesquisa de campo na Antropologia.



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 2

1.

a) Segundo Malinowski, na análise antropológica, não se pode separar o aspecto material dos aspectos simbólicos. Identifique qual é o aspecto material e qual o simbólico na situação descrita

a seguir e diga como você analisaria essa situação, considerando esse critério de Malinowski:

Situação: Encontro-me na estação do metrô da Central às 18h. A estação está lotada. Entro no vagão lotado e observo um cartaz sobre uma fileira de assentos que diz o seguinte: *Assentos reservados para idosos e gestantes*. Olho ao meu lado e vejo duas mulheres grávidas em pé. Ninguém ao meu redor parece reparar o fato.

b) Justifique por que este texto de Malinowski se inscreve na abordagem funcionalista:

A cultura humana está primordialmente assente nas necessidades biológicas do homem. Seguindo esta orientação, podemos acrescentar que, ao satisfazer as suas necessidades biológicas primárias através dos instrumentos da cultura, o homem impõe novas determinantes ao seu comportamento, isto é, desenvolve novas necessidades. Em primeiro lugar, ele deve organizar suas ferramentas, seus artefatos e suas atividades produtoras de alimentos através da orientação do conhecimento. Daí a necessidades da ciência primitiva... A ação humana também deve ser guiada pela convicção do êxito... Daí a magia (KUPER, 1973, p. 43).

Resposta Comentada

a) O aspecto material é o vagão lotado, as moças grávidas em pé, as pessoas sentadas nos assentos reservados. O aspecto simbólico é o cartaz e o fato de ninguém reparar. A meu ver, existe nesta cena uma dissociação entre o aspecto material da cultura e o imaterial. Assim, as pessoas estariam fazendo o contrário do que indica o cartaz.

b) Nessa frase, Malinowski tenta mostrar que a cultura tem como função satisfazer necessidades, a princípio, biológicas e, em seguida, satisfazer necessidades geradas pela própria cultura. Vemos também que cada necessidade dá origem a uma instituição, que é um dos princípios da abordagem funcionalista. Neste caso, a necessidade de conhecimento dá origem à instituição da ciência primitiva, e a necessidade de êxito origina a magia.

Malinowski e a pesquisa de campo

Bronislaw Malinowski estudou na Polônia, sua terra natal, doutorando-se em Física e Filosofia. Na Alemanha, estudou Psicologia e Economia antes de migrar para Londres, onde começou seus estudos antropológicos na London School of Economics, que oferecia condições para o trabalho de campo em regiões exóticas. A experiência de campo se iniciou em 1914 com a tribo Mailu da Nova Guiné, que era colônia britânica.

Deflagrada a Primeira Guerra Mundial, Malinowski permaneceu na Melanésia, começando uma nova pesquisa, que o faria mundialmente famoso nas Ilhas Trobriand, situadas ao nordeste de Nova Guiné. Sua primeira permanência junto aos trobriandeses foi pelo período de dois anos, e a segunda, com um lapso intermediário de um ano, foi durante todo o ano de 1917. Esta longa convivência junto de um mesmo povo era inédita na Antropologia. Até então os antropólogos realizavam pesquisas mais curtas ou estudos de gabinete com base em fontes de missionários ou viajantes.

Esta longa permanência junto aos nativos contribuiu para o desenvolvimento de uma visão particular sobre o trabalho de campo.

Na década de 1920, retornou à Inglaterra, onde lecionou e elaborou suas teorias sobre os trobriandeses. O livro *Argonautas do Pacífico Ocidental* foi resultado de sua primeira estadia junto aos trobriandeses. Ele, então, voltou a campo em 1934, na África do Sul, mas por um período de três meses acompanhando o trabalho de seus discípulos. Em 1938, se mudou para os Estados Unidos, onde permaneceu até sua morte em 1942. Durante essa década realizou também pesquisas de campo no México, sobre os mercados indígenas.

A introdução que escreveu para *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de 1922, é considerada ainda hoje uma referência para o trabalho de campo. Ela revela não somente os modos de coletar dados, mas também questões subjetivas na relação com os nativos. Nessa introdução, Malinowski apresenta os elementos básicos de sua invenção metodológica: “a observação participante”. Malinowski redefine o trabalho de campo como um esforço intensivo de longa duração, realizado na língua da população estudada e possibilitado por uma longa permanência entre os “nativos”. A “observação participante” é uma metodologia de pesquisa de campo em que essas condições de longa permanência com um grupo social permitem a aproximação do pesquisador às experiências do grupo: “viver como um nativo”, morando nas proximidades de suas casas, acompanhando as atividades diárias do grupo social, desde as mais triviais até as mais solenes, aprendendo a língua nativa e absorvendo os valores e sentimentos do grupo para melhor compreendê-lo.



Figura 12.6: Convivência entre os “nativos”: aspecto fundamental da pesquisa de campo.

Fonte: www.abtos.org.br/download/palestras/o-tabu-no-incesto-na-perspectiva-antologica-maria-pisani.pdf

Um primeiro aspecto que o autor chama a atenção é sobre a necessidade de descrever as condições em que foram feitas e colhidas as observações: quem foram os informantes, se foram realizadas entrevistas, quantas pessoas foram entrevistadas etc. As pesquisas antropológicas devem separar os resultados da observação direta, e as interpretações dos nativos das interpretações e inferências do pesquisador. Os resultados da observação direta (resultados empíricos e descritivos) constituem o diário etnográfico, e as interpretações do pesquisador conformam a monografia etnográfica ou *etnologia*.

O diário etnográfico é o material bruto de informação. Malinowski observa que pode haver um longo período de tempo entre uma fase e outra, já que a monografia etnográfica, que é a versão final em que se relacionam as observações com as interpretações do pesquisador, acontece ao longo de um extenso trabalho de pesquisa. Segundo o autor, os princípios metodológicos que norteiam este processo são três:

Etnologia

É uma fase do estudo antropológico em que os fatos e informações levantados pela etnografia são examinados de forma analítica e comparativa das culturas.

- 1- conhecer os valores e critérios da moderna etnografia;
- 2- condições adequadas para o trabalho etnográfico, fundamentalmente viver entre os nativos, longe dos brancos;
- 3- aplicar métodos de registro das informações.

Dentre estes aspectos, Malinowski destaca principalmente o segundo, estabelecendo a grande diferença que existe entre coletar as próprias informações diretamente dos nativos ou as obter indiretamente, por meio de informantes que pertencem à nossa própria cultura e que vivem ou viveram no local ou em locais próximos aos nativos. Além disso, Malinowski também salienta que faz toda diferença ter um contato prolongado com os nativos, em vez de viajar esporadicamente ao local deles. Sobre a pesquisa etnográfica, começa dizendo o seguinte:

Lembro-me bem das longas visitas que fiz às aldeias durante as primeiras semanas; do sentimento de desânimo e desespero após o completo fracasso de muitas tentativas obstinadas, mas inúteis, de entrar em contato mais íntimo com os nativos e de conseguir algum material de pesquisa (MALINOWSKI, 1986, p. 27).

As primeiras tarefas etnográficas de Malinowski foram o recenseamento da aldeia, a elaboração de genealogias, de mapas e de relações de parentesco. Ele comenta que uma vez estabelecida uma situação de “amabilidade” começava a pesquisa de aspectos técnicos sobre a produção de objetos, ferramentas, processo de fabricação etc. Paralelamente, observava suas atividades cotidianas: suas atividades diárias de trabalho, doméstica, disputas, brincadeiras, cenas familiares, incidentes triviais e dramáticos, mortes, rituais mágicos. “Todos os fatos eram observados e registrados no diário etnográfico.” Ao longo da observação participante, existe um salto qualitativo:

Com a capacidade de apreciar a companhia dos nativos e de participar de alguns de seus jogos e diversões, comecei a sentir que estava realmente em contato com eles. E, certamente, esta é a condição preliminar para realizar com êxito uma pesquisa de campo (MALINOWSKI, 1986, p. 32).



Figura 12.7: O caderno de campo: suporte fundamental da pesquisa de campo.

Fonte: <http://www.abtos.org.br/download/palestras/o-tabu-no-incesto-na-perspectiva-antopologica-maria-pisani.pdf>

Nesta fase de coleta de informações, tanto como possuir treinamento metodológico do trabalho de campo é importante conhecer as teorias e debates sobre os temas que estão sendo pesquisados. Como observa Malinowski, são os problemas teóricos que em realidade abrem os caminhos da pesquisa.



“Os pesquisadores de campo baseiam-se na inspiração vinda da teoria.”

Sintetizando, podemos dizer que as palavras-chave da metodologia de Malinowski são: trabalho de campo, pesquisa participante, etnografia e monografia etnográfica ou etnologia. O trabalho de campo é o aspecto mais abrangente que marca a diferença com a pesquisa de gabinete. A pesquisa participante é condição necessária para uma boa etnografia, ou seja, o registro (seja este escrito, desenhos, esquemas, mapas, fotográfico e,

hoje em dia, audiovisual) do cotidiano da comunidade, considerando “a totalidade de seus aspectos” desde o mais exótico até o mais banal:

Um etnógrafo que se proponha estudar apenas a religião ou a tecnologia ou unicamente a organização social de uma tribo recorta a realidade um campo artificial de estudos e prejudicará seriamente seu trabalho (MALINOWSKI, 1986, p. 34).

Contudo, o objetivo do treinamento científico é fornecer referências teóricas e conceituais para que este trabalho empírico seja orientado por um mapa mental que permita ao antropólogo estabelecer seu rumo.



Em 1967, os descendentes de Malinowski permitiram que fossem publicados os diários de campo que serviram como fonte para os livros do antropólogo. Estes diários não costumam ser publicados porque não é esse seu objetivo. O diário abrange dois períodos do trabalho de campo do autor no Pacífico Sul: de setembro de 1914 a agosto de 1915, na região de Mailu, e de outubro de 1917 a julho de 1918, nas Ilhas Trobriand. Sua publicação causou muita polêmica por revelar comentários não muito agradáveis sobre sua opinião acerca dos nativos. No diário, vemos um Malinowski frequentemente mal-humorado, enfurecido com os nativos e reclamando do desconforto daquela vida entre pulgas, mosquitos, fumaça, porcos e crianças barulhentas.

O kula

Quando iniciou suas pesquisas sobre os nativos das ilhas de Nova Guiné, Malinowski tinha como antecedente o livro do antropólogo britânico Seligman sobre as rotas comerciais estabelecidas entre as diversas ilhas. Uma característica marcante dos nativos dessas ilhas era sua grande perícia em navegação e comércio

ultramarinho. O tema central da pesquisa de Malinowski seria sobre estes circuitos comerciais de navegação, cuja importância era reconhecida pelos próprios nativos. Esse sistema de comércio, denominado kula, era para o autor a chave para compreender aspectos mais amplos da cultura dos trobriandeses.

Malinowski define o kula como uma extensa forma de comércio intertribal praticada por comunidades localizadas em um largo anel de ilhas, formando um circuito fechado. Ele observa que, ao longo dessa rota, duas espécies de artigos circulam em direções opostas: colares de conchas vermelhas circulam na direção horária e braceletes de conchas brancas no sentido oposto.

Ao se encontrarem, estes objetos são trocados constantemente. Estas transações são fixadas e regulamentadas por regras e convenções, e alguns atos eram acompanhados de rituais. Em cada ilha, um número limitado de homens participava do kula, recebendo os objetos durante um curto período e logo os transferindo para seus parceiros, dos quais recebiam em troca o objeto oposto. Esta parceria entre dois homens constituía uma relação para toda a vida. Ele salientava que o aspecto fundamental do kula era a troca cerimonial, mas o comércio entre as ilhas também estava baseado na troca de produtos que não podiam ser obtidos na região. Portanto, o kula era uma instituição econômica, além de religiosa. O kula interligava atividades.



Figura 12.8: Ilhas Trobriand.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Trobriand.png>

Comentando esta estrutura, Malinowski observa que o próprio nativo não possui uma ideia clara das funções e implicações antropológicas do kula. Isto significa que, em termos metodológicos, a estrutura dos fenômenos percebidos pelo antropólogo não é recolhida das próprias entrevistas ou da observação imediata. A estrutura dos fenômenos ou a “síntese antropológica” é um resultado de análise posterior do antropólogo, que tenta integrar suas observações e diferenciar o que é constante e relevante do que é acidental e acessório. É o antropólogo quem constrói o sentido dos fenômenos que observa, chegando a conclusões de caráter geral como a de Malinowski acerca do fato de o kula ser uma instituição tanto cerimonial como econômica.

Enquanto troca cerimonial, Malinowski observa que o kula está enraizado no mito e envolve rituais mágicos. Embora realizado entre tribos que diferem quanto à língua e à cultura, esse tipo de troca é fixo e permanente e vinculava milhares de indivíduos por toda a vida. Esse tipo de troca não era realizado por necessidade já que os objetos trocados, braceletes e colares não tinham utilidade prática. O antropólogo tem que explicar como a simples troca de objetos que observa em seu trabalho de campo

constitui uma instituição vasta e complexa. Segundo Malinowski o principal ato do kula é que essas trocas estão sujeitas a regras muito estritas. Uma dessas regras é que as transações devem ser realizadas exclusivamente entre determinados parceiros, pois nem todos os habitantes estão qualificados para participar. O número de parceiros varia de acordo com a posição de poder. Um aldeão tinha apenas alguns parceiros, mas os chefes podiam ter centenas. Outro aspecto importante é que os parceiros assumem deveres e compromissos. Dentre essas regras, as mais importantes são as seguintes:

- 1- O presente cerimonial deve ser retribuído com outro presente equivalente, mas essa retribuição pode acontecer depois de muito tempo. O kula não é um escambo, na medida em que a troca não precisa acontecer em um mesmo momento.
- 2- Cabe ao doador do contrapresente estabelecer a equivalência entre os bens trocados, não podendo ser forçado por nenhum tipo de coerção. Espera-se que o parceiro retribua com um presente de valor igual.

Os nativos que participam do kula não despreciam a riqueza. Eles agregam bens, mas um aspecto importante é que, para eles, possuir está associado à noção de dar. Espera-se de qualquer um que possua alguma coisa que a reparta e compartilhe.

Quanto mais alta a sua posição social, maior é sua obrigação de dar (vejam que diferença com as práticas capitalistas!). Nas Ilhas Trobriand, há uma aguda competição para ser o doador mais generoso.



As considerações sobre o kula tiveram muita repercussão para a teoria social. O sociólogo Marcel Mauss, no *Ensaio sobre a dívida*, discute principalmente um aspecto das relações de reciprocidade: por que nas sociedades de *tipo arcaico o presente recebido é obrigatoriamente retribuído? O que há na coisa dada que faz com que o donatário a retribua?* A resposta dada por Mauss é que nas sociedades primitivas esses objetos possuem valor espiritual. O objeto possui o espírito da floresta, o *hau*, e a não retribuição pode implicar malefícios.



Atividade

Atende ao Objetivo 3

2. Por que o estudo de Malinowski sobre o kula é considerado tão importante para a Antropologia?

Resposta Comentada

O kula é uma instituição muito importante do ponto de vista antropológico porque constitui um mecanismo antropológico complexo em que, por meio da troca, se estabelecem relações comerciais, cerimoniais e obrigações morais. O kula estabelece os mecanismos da reciprocidade e expressa o funcionamento de sociedades nas quais a economia não está separada de outras dimensões sociais como a moral e o ritual.

Mito e sexualidade

Em suas observações sobre a relevância do mito nas sociedades primitivas, Malinowski assinala que para muitos estudiosos do tema, o mito estava relacionado com temas da natureza: a lua, o sol etc. Ou seja, estes estudiosos realizavam uma interpretação naturalista dos mitos. Outros argumentavam que o mito era um relato sagrado sobre o passado desses povos. A crítica de Malinowski a estas teorias é que elas teriam sido formuladas sem o contato direto com os nativos e, portanto, sujeitas a muita especulação. Estando em contato com os nativos, diz Malinowski, “posso ver e perguntar acerca de seus mitos”.

Assim, a observação participante permitiria ao antropólogo chegar a outras conclusões sobre o mito. Malinowski considera que o mito, em princípio, não é meramente um relato sobre o passado ou uma ficção sobre a natureza. O mito é um relato que tem uma função social no plano religioso, moral e prático. Para os povos primitivos, o mito tem um papel cultural fundamental: são considerados veneráveis e sagrados, e são conclamados quando um fato precisa de confirmação de sua ancestralidade, veracidade ou santidade. Isto porque o mito é considerado a causa real da moral, da organização social e ritual. Eles acreditam (como também acreditam os que seguem as leituras bíblicas) que a vida humana surgiu de alguém ou de algo superior, que também criou a moral e que determina a forma de agir. Portanto, Malinowski observa que os mitos são parte integrante da cultura primitiva, já que determinam sua vida atual, seu destino e os atos morais. Ou seja, ele observa que os mitos para as sociedades primitivas não são simplesmente fábulas ou contos para entretenimento. São narrações funcionais à vida social.

Em *Sexo e repressão na sociedade selvagem* (1927), Malinowski analisou algumas das conclusões de Freud sobre a formação de complexos psíquicos. Segundo Freud, a repressão à sexualidade infantil é fator determinante para a formação de complexos e perversões na vida adulta. Entretanto, Malinowski

verifica a falta da repressão sexual nas Ilhas Trobriand. Segundo Freud, na unidade familiar esse papel repressivo cabe ao pai que interdita o desejo do filho pela mãe. Para Malinowski, este modelo, conhecido como “Complexo de Édipo”, e considerado universal, não se encontra nas Ilhas Trobriand, pois nestas observa-se a total ausência de repressão no âmbito familiar.



Figura 12.9: *Édipo e a esfinge*, de Gustave Moreau, 1864.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/93/Gustave_Moreau_005.jpg

Uma das características diferenciais entre a sociedade matrilinear trobriandesa e a sociedade patriarcal europeia proviria do fato de o pai não ser reconhecido como o progenitor de seus filhos, mas apenas como o marido da mãe. O irmão da mãe é a pessoa que detém autoridade e não o pai. Malinowski afirma que a figura de autoridade para o filho ou filha em Trobriand é o irmão da mãe. O pai é visto como um companheiro legal, mas sem autoridade. Portanto, Malinowski considera que o Comple-

xo de Édipo não é universal como Freud pretendia e sim está relacionado à instituição familiar patriarcal da Europa do final do século XIX e início do século XX.

Em algumas obras como *Sexo e repressão na sociedade selvagem* e *Estudos de psicologia primitiva*, Malinowski realiza descrições da vida sexual dos trobriandeses. Nestas descrições, podemos observar como os nativos viam a sexualidade, mas também a importância que pode ter para a pesquisa achar um bom informante. Transcrevemos a continuação de algumas destas descrições sobre a sexualidade dos trobriandeses:

Os olhos são o suporte do desejo e da luxúria, são o fundamento e causa da paixão sexual. A partir deles, o estímulo é conduzido ao cérebro por meio da *wotuna* (veia, conduto). Daí o desejo se espalha por todo o corpo, até o ventre, os braços, as pernas e volta a se concentrar, agora nos rins. Os rins são considerados o centro, o tronco do sistema. Desde aí outros *wotuna* levam ao órgão masculino. Assim, frente a um objeto desejável, os olhos se “despertam” e comunicam o impulso aos rins, que por sua vez fazem uma nova transmissão. Assim, os olhos são a causa de toda a excitação sexual. (...) O descrito traduz a teoria dos indígenas sobre a questão. Tive contato com essa teoria por gentileza aos feiticeiros Namwana Guya e Piribomatu, um charlatão o primeiro, e um verdadeiro conhecedor o segundo, e ambos inteligentes e, por profissão, interessados na anatomia e fisiologia humana (1982, p. 96).

Como vimos, Malinowski tentou integrar em suas análises diferentes aspectos das culturas tribais, mas alguns críticos de seus primeiros trabalhos consideraram que ele tinha negligenciado as mudanças que afetavam essas sociedades em função das políticas coloniais. Isto pode ser corroborado em seus escritos até o final da década de 1920. Contudo, em inícios da década de 1930, Malinowski realizou diversas pesquisas na África, observando as mudanças que a colonização provocara nas culturas tribais e especialmente o surgimento de misturas culturais ou sincretismos entre a cultura europeia e a africana.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 4

Vimos ao longo da aula que Freud utiliza o mito de Édipo como referência para sua teoria sobre o Complexo de Édipo. A partir da leitura do texto a seguir, responda à seguinte pergunta: por que esse mito não seria compatível com a sociedade trobriandesa, como argumenta Malinowski?

Laio, rei da cidade de Tebas e casado com Jocasta, foi advertido pelo oráculo de que não poderia gerar filhos e, se esse mandamento fosse desobedecido, o mesmo seria morto pelo próprio filho, que se casaria com a mãe.

O rei de Tebas não acreditou e teve um filho com Jocasta. Depois arrependeu-se do que havia feito e abandonou a criança numa montanha com os tornozelos furados para que ela morresse. A ferida que ficou no pé do menino é que deu origem ao nome Édipo, que significa pés inchados. O menino não morreu e foi encontrado por alguns pastores, que o levaram a Polibo, o rei de Corinto, este que o criou como filho legítimo. Quando ficou sabendo que era filho adotivo, Édipo foi até o oráculo de Delfos para saber o seu destino. O oráculo disse que o seu destino era matar seu pai e se casar com sua mãe. Espantado, ele deixou Corinto e foi em direção a Tebas. No meio do caminho, encontrou com Laio que pediu para que ele abrisse caminho para passar. Édipo não atendeu ao pedido do rei e lutou com ele até matá-lo.

Sem saber que havia matado o próprio pai, Édipo prosseguiu sua viagem para Tebas. No caminho, encontrou-se com a Esfinge, um monstro metade leão, metade mulher, que atormentava o povo tebano, pois lançava enigmas e devorava quem não os decifrasse. O enigma proposto pela esfinge era o seguinte: Qual é o animal que de manhã tem quatro pés, dois ao meio dia e três à tarde? Ele disse que era o homem, pois na manhã da vida (infância) engatinha com pés e mãos, ao meio-dia (idade adulta) anda sobre dois pés e à tarde (velhice) precisa das duas pernas e de uma bengala. A Esfinge ficou furiosa por ter sido decifrada e se matou.

O povo de Tebas saudou Édipo como seu novo rei, e entregou-lhe Jocasta como esposa. Depois disso, uma violenta peste atingiu a cidade e Édipo foi consultar o oráculo, que respondeu que a peste não teria fim enquanto o assassino de Laio não fosse castigado. Ao longo das investigações, a verdade foi esclarecida. Édipo, então, cegou-se, e Jocasta enforcou-se.

Fonte: <http://filosofojr.wordpress.com/2008/09/30/o-mito-de-edipo-rei/>

Resposta Comentada

Édipo é uma tragédia grega escrita por Sófocles. Laio, rei da cidade de Tebas e casado com Jocasta, foi advertido pelo oráculo que, se tivesse um filho, ele o assassinaria e se casaria com a mãe. O rei de Tebas não acreditou e teve um filho com Jocasta. Édipo matou Laio, sem saber que era seu progenitor e, logo, como novo rei de Tebas, casou-se com sua mãe. Quando a verdade foi esclarecida, Édipo cegou-se e Jocasta enforcou-se. Na reinterpretação do mito de Édipo, denominada como o Complexo de Édipo, Freud identifica desejos amorosos e hostis que uma criança experimenta em relação aos seus pais, como mostra o mito: deseja a morte do rival (o pai) e deseja a mãe. Mas a autoridade do pai, representada no mito pelo esclarecimento do assassinato, deve se impor sobre os desejos incestuosos do filho. Vimos que os mitos são parte integrante da cultura primitiva e determinam seu destino, mas o mito de Édipo é um mito grego e, portanto, não expressaria experiências de povos de tradições diferentes às greco-latinas. O mito de Édipo exalta o poder paterno perante o amor do filho pela mãe, mas esse padrão de sexualidade não estaria presente entre os trobriandenses.

Resumo

Malinowski foi uma das figuras centrais da geração de antropólogos que contribuiu para a legitimidade científica da Antropologia. Ele foi conhecido principalmente por ter desenvolvido uma visão singular sobre o objeto e o método da Antropologia. Suas pesquisas se caracterizaram pela longa convivência com os nativos, que lhe permitia recolher uma grande quantidade de informações obtidas por observação direta e a partir da qual realizava comparações e verificações. Existe em Malinowski uma grande valorização do trabalho de campo, diferentemente da Antropologia anterior a ele, que se baseava em grande parte em fontes bibliográficas e também por sua preocupação com a especificidade de cada cultura. Ele considerava que, nas pesquisas em culturas primitivas, era importante observar aspectos materiais (como modos de produzir, ferramentas etc.) e imateriais ou simbólicos (como costumes, regras sociais, crenças, rituais etc.). Malinowski propunha entender a cultura como uma síntese integrada que envolvia três dimensões: objetos, atividades e atitudes. Estas três dimensões eram para o antropólogo aspectos de uma única realidade. Sua primeira permanência junto aos trobriandeses foi pelo período de dois anos, e a segunda, com um lapso intermédio de um ano, foi durante todo o ano de 1917. Esta longa convivência junto de um mesmo povo era inédita na Antropologia. Até então os antropólogos realizavam pesquisas mais curtas ou estudos de gabinete com base em fontes de missionários ou viajantes. Esta longa permanência junto aos nativos contribuiu para o desenvolvimento de uma visão particular sobre o trabalho de campo. Na etnografia conhecida como *Argonautas do Pacífico Ocidental* estudou o sistema kula, um sistema de troca cerimonial que constituía uma instituição vasta e complexa. Também realizou estudos sobre a vida sexual dos trobriandeses e sobre a função social dos mitos.

13

A noção de cultura

Javier Alejandro Lifschitz

Meta da aula

Apresentar diferentes noções de cultura.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1** identificar diferentes concepções de cultura;
- 2** reconhecer perspectivas culturais no entendimento da realidade social.

Introdução

A ideia de cultura sempre esteve associada a controvérsias e debates. Começando pela sua origem etimológica, o termo cultura tem a mesma raiz que *cultivar*, mas a cultura, como criação humana, é algo que se opõe à natureza. Também podemos considerar a oposição entre cultura erudita e cultura popular. A cultura popular pode ser considerada inferior à cultura erudita ou é uma outra forma de expressão cultural? As controvérsias sobre a cultura também se estendem ao campo tecnológico. Enquanto, para alguns, os meios de comunicação de massa provocam a banalização da cultura, para outros, os meios democratizam e universalizam a cultura. Enfim, os debates são muito amplos e, portanto, é importante entender algumas noções básicas sobre o termo. Nesta aula, nos deteremos principalmente em algumas destas noções para poder nos colocar melhor perante esses debates.

Origens do conceito de cultura

Do ponto de vista etimológico, a palavra “cultura” deriva da palavra “lavoura” ou “cultivo agrícola” (EAGLETON, 2003). A palavra inglesa *coulter*, que é um **cognato** de cultura, significa “relha de arado”. A raiz latina da palavra “cultura” é *colere*, que significa cultivar e habitar e também significa “culto”, em sentido religioso.

Portanto, a palavra “cultura” denotava inicialmente uma atividade puramente material, que depois foi utilizada para se referir às questões do espírito. Cultura significa cultivo, um cuidar daquilo que cresce naturalmente da terra, o que sugere uma relação entre o labor humano e a natureza. Entretanto, como observou Raymond Williams (1993), o termo foi adquirindo outras conotações. Distingue quatro sentidos históricos para “cultura”:

O primeiro teria como raiz etimológica o trabalho rural, ou seja, a ideia de cultura como um cultivo agrícola e, portanto,

Cognato

Palavras que apresentam uma raiz comum. Ex: As palavras belo, beleza e embelezar são cognatos.

Fonte: *Dicionário Aurélio*, Ed. Positivo, 4ª Edição, 2009.

como algo que diz respeito ao trabalho com a natureza. Num segundo momento, o termo foi adquirindo o sentido de “civilidade”, isto é, cultura como boas maneiras de comportamento ou de conduta de pessoas, suas maneiras de falar, de se comportar em público etc. O terceiro momento corresponderia ao contexto do Iluminismo onde a cultura torna-se sinônimo de “civilização”, no sentido de um processo geral de progresso intelectual, espiritual e material. Neste sentido, a cultura vincula-se ao progresso e à produção intelectual e artística. A cultura passa a ser sinônimo de obras de arte, filosofia, literatura, línguas; a cultura refere-se principalmente à erudição e representa o progresso. Entretanto, na virada do século XIX, “cultura” adquire uma nova conotação. Começa a deixar de ser um sinônimo de “civilização” para vir a ser seu antônimo, marcando uma virada histórica de grande importância. Com o auge do Romantismo, a cultura passa a fazer referência a formas de vida populares, à identidade de um povo enquanto modo de vida tradicional por oposição à vida cosmopolita. Ou seja, na passagem do século XIX para o XX, a ideia de cultura começa a ser utilizada não para se referir a civilidade, progresso ou erudição, mas para descrever formas tradicionais de vida.



O Romantismo foi um movimento cultural que nasceu na Europa como reação ao Iluminismo. As primeiras críticas de inspiração romântica à visão iluminista da realidade já tinham partido de Rousseau, que, questionando o primado do Racionalismo, enfatizou os aspectos sensíveis e sensitivos do comportamento humano como forma de aprimoramento social. Os autores românticos, dentre os quais podemos citar Schiller, Goethe, Novalis, Lessing, Herder e Humboldt, tiveram três princípios inspiradores:

- a) o Romantismo exalta a natureza, considera a natureza como origem e autenticidade, enquanto a cultura, criada pelo homem, é artificial, angustiada e acossada pela exigência de progresso. Substitui a concepção mecanicista da natureza, própria do Iluminismo, pela imagem de um universo animado por uma substância viva, que se desdobra nas múltiplas formas naturais de inesgotável poder criativo;

- b) o sentimento percebe dimensões (religiosas, morais e estéticas) da realidade que escapam à razão. A literatura romântica sempre exalta a natureza e as paixões humanas em detrimento do intelecto;
- c) cada nação, cada povo, tem sua própria cultura e um destino próprio. Os românticos têm interesse pelo passado e pelo estudo da cultura popular, da Filologia e da História.

Fonte: <http://www.dialogocomosfilosofos.com.br/category/herder/>

Lembremos que na passagem do século XIX para o XX também surge a Antropologia, que tem como objeto de estudo as sociedades denominadas exóticas e tradicionais.

A Antropologia é reconhecida como uma “ciência da cultura”, relacionada com o estudo das diferenças entre grupos humanos e suas expressões materiais e simbólicas. Assim, o termo cultura adquire a conotação de diferenças entre os povos. São consideradas novas dimensões, como costumes, relações de parentesco, linguagem, ritual, mitologia e outras, que passam a ser também consideradas do domínio da cultura.

Antropologia e cultura

Como vimos na Aula 10, desde as primeiras décadas do século XX os fundamentos teóricos, metodológicos e institucionais da antropologia moderna haviam sido alcançados. Havia se constituído uma antropologia cultural nos Estados Unidos, cujo principal representante era Franz Boas; uma antropologia social britânica, representada por Malinowski e Radcliffe-Brown, e uma antropologia francesa, cujo principal expoente era Marcel Mauss.

Na Aula 10, vimos que, apesar das diferenças entre essas correntes, havia uma crítica comum à concepção evolucionista, que estava presente em antropólogos como Taylor e Morgan e que havia se tornado dominante em todas as ciências humanas no final do século XIX. Desde a perspectiva da antropologia moderna, o evolucionismo devia ser superado pela ideia de relativismo cultural.



O relativismo é uma posição filosófica que vem de uma longa tradição. A filosofia, desde a antiguidade grega até os nossos dias, ocupa-se do problema da ação ou prática e este tema tem sido encarado desde diferentes pontos de vista ou posições no pensamento reflexivo. Três destas posições são: o dogmatismo, o ceticismo, e o relativismo. Entende-se por dogmático a posição filosófica para a qual os valores têm caráter absoluto, independentemente do tipo de sociedade, época histórica e características culturais. O ceticismo nega a possibilidade da determinação do valor. Na ação humana, é impossível saber o que está certo e o que está errado e tem como premissa, no plano do conhecimento, a abstenção do juízo de valor. O relativismo afirma que há valores, porém estes devem ser considerados segundo as circunstâncias sociais e históricas. Dependem de fatores que residem no sujeito e de fatores externos, como a influência do meio, o espírito da época. Nesse sentido, os valores de uma sociedade não são absolutos e exigem uma atitude mental objetiva e crítica perante as afirmações dogmáticas. Em termos antropológicos, o relativismo cultural é definido como a ideia de que qualquer comportamento deve primeiro ser julgado em relação à cultura em que ocorre, e em termos do sistema particular de valores daquela cultura, ou seja, que os valores deveriam ser julgados somente dentro do seu contexto. O relativismo cultural tem que ser claramente distinguido do livre arbítrio dos indivíduos, já que se trata dos valores de cada cultura. Porém, estes padrões morais não são absolutos e nas sociedades podem existir diversos sistemas de valores (BASTIAN, 1971).

Segundo Boas, cada cultura tinha sua especificidade e por isso não podia ser reduzida a uma escala que classificasse as sociedades em termos das “mais simples” às “mais complexas”. Em um sentido cultural, pode-se dizer que todas as sociedades são complexas! A questão, como apontava Boas, era tentar compreender como as pessoas se inserem em uma determinada cultura e isto implicava considerar diversas coisas como “o desenvolvimento da forma corporal do homem, de suas funções biológicas, sua mente e sua cultura” (BOAS, 2007, p. 90). Para Boas, a cultura não era um fenômeno predeterminado, como pensavam os evolucionistas, nem

um fenômeno que se transmitia como a hereditariedade. A cultura, para Boas, era uma construção social que resultava do acúmulo de experiências e dos condicionamentos históricos.

Deve-se destacar que sua definição de cultura é a que hoje prevalece. Para Boas, a cultura envolvia “a vida mental”, as formas culturais e as relações entre ambas. Entendia que as formas culturais eram a linguagem, a organização social e a religião. Portanto, para Boas, a cultura não se restringia à escrita, nem à cultura erudita, mas envolvia amplas formas de expressão, como as formas de pensar, a arte, a moral, a religião, as instituições e as diversas atividades econômicas e sociais do dia a dia, que constituem a organização social dos povos. Entendia a cultura como um processo dinâmico, mas que também obedece a questões históricas singulares, isto é, “desejamos conhecer, não apenas a dinâmica das sociedades existentes, mas também como elas se tornaram aquilo que são” (BOAS, 2007, p. 104).

Contudo, Boas considerava que não havia um determinismo econômico ou geográfico. Existem relações entre o ambiente geográfico ou o ambiente econômico e cultural. Mesmo assim, não é possível explicar cada aspecto da cultura pelo clima ou por condições econômicas. Todas estas formas culturais, como estilos artísticos, rituais, crenças religiosas ou formas de organização social, deviam ser consideradas como um aspecto singular da vida social, diferente da geografia e da economia, porém integrado a estas.



Figura 13.1: Franz Boas (1858-1942).

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:FranzBoas.jpg>



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Com base no depoimento do ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, indique qual é a concepção de cultura que ele defende:

Discurso de posse

Ministro da Cultura Gilberto Gil

Data: 2 jan. 2003

(...) E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem

somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra “folclore”. Os vínculos entre o conceito erudito de “folclore” e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. “Folclore” é tudo aquilo que – não se enquadrando, por sua antiguidade, no panorama da cultura de massa – é produzido por gente inculta, por “primitivos contemporâneos”, como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe “folclore” – o que existe é cultura.

Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos.

Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem, do Brasil, o Brasil. Assim, o selo da cultura, o foco da cultura, será colocado em todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os unem.

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de consequências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas – já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais

A questão era a de tentar elucidar como sua cultura está presente neles, como ela os faz agir, que condutas ela provoca. O pressuposto desta visão é que cada cultura determina um certo estilo de comportamento comum ao conjunto dos indivíduos que dela participam e que, portanto, cabe identificar quais eram esses comportamentos que a tornam específica em relação às outras. Ou seja, que a atenção está centrada nas descontinuidades entre as diferentes culturas. Assim, o antropólogo americano Edward Sapir (1884-1939) observava que a cultura não existia independentemente dos indivíduos e, portanto, para compreender a cultura, havia que analisar comportamentos concretos.

Esta corrente teórica da antropologia americana, conhecida como escola da “cultura e personalidade”, inclui autores que seguiram orientações e métodos bastante diferentes, mas a questão fundamental que os pesquisadores desta escola se colocam é a da personalidade. Sem questionar a unidade da humanidade, tanto no plano biológico quanto no plano psíquico, estes autores se perguntam por quais mecanismos de transformação, indivíduos de naturezas a princípio idênticas, acabam adquirindo diferentes tipos de personalidade, característicos de grupos particulares. A perspectiva que possuem em comum é que consideram que à pluralidade das culturas deve corresponder uma pluralidade de tipos de personalidade.

Ruth Benedict (1887-1948), que foi discípula de Boas, se dedicou à definição destes “tipos culturais” que se caracterizam por suas orientações gerais e as escolhas significativas que fazem entre opções possíveis. Dentro de um “arco cultural” que incluiria todas as possibilidades em todos os âmbitos, os indivíduos de uma determinada cultura realizaram certo tipo de escolhas.

As diferentes culturas aparecem então definidas por um certo “tipo” ou estilo cultural em função das escolhas ou orientações que são realizadas, de forma que a variedade de culturas seria redutível a um certo número de tipos culturais. O conceito de *pattern of culture* (que dará título ao seu livro mais conhecido, editado em 1934) expressa esse entendimento sobre a diferença

Pattern of culture

Padrões ou tipos culturais.

cultural. O que lhe interessa, como antropólogo, não são as variações psicológicas individuais, mas o que os membros de um mesmo grupo partilham no plano do comportamento e da personalidade. Especialmente, o fato de que cada cultura possui certos tipo de personalidade que são representativos.

Para Benedict, cada cultura se caracteriza então por um padrão de cultura, isto é, um certo modelo coerente, pois está de acordo com suas escolhas, no conjunto das escolhas culturais possíveis e instituições, sobretudo as educativas, vão moldar esses comportamentos segundo os valores dominantes que lhes são próprios. O que define, então, uma cultura não é, a presença ou ausência de determinado traço comportamental, mas o padrão dominante de comportamento. Uma cultura não é uma simples justaposição de traços culturais, mas uma maneira coerente de combiná-los.

Consequentemente, a unidade significativa de estudo adotada deve ser a “configuração cultural” para apreender sua lógica interna, e Benedict estudará isto a partir de um estudo comparativo concreto entre dois padrões culturais: os índios Pueblo do Novo México, cujo padrão seria uma combinação de traços conformistas, tranquilos, profundamente solitários, respeitadores, comedidos na expressão dos sentimentos, e o modelo de seus vizinhos, os índios das planícies, ambiciosos, individualistas, agressivos e até violentos, manifestando uma tendência para o exagero afetivo.

Na mesma época que Benedict, Margaret Mead (1901-1978) orientou suas pesquisas em direção à transmissão cultural da personalidade. Já que a personalidade não seria uma questão individual, como esta se transmitiria dentro de uma mesma cultura? Segundo Mead, o processo de transmissão se daria principalmente através da educação. Ela analisará, consequentemente, diferentes modelos de educação para compreender o fenômeno de inscrição da cultura no indivíduo e para explicar os aspectos dominantes de sua personalidade devidos ao processo de inscrição.

Sua pesquisa mais significativa nesta área foi feita na Oceania, em três sociedades da Nova Guiné, os Arapesh, os Mundugomor e os Chambuli (MEAD, 1935). Estes estudos ficaram muito famosos porque a autora mostra, através destes casos, que as pretensas personalidades masculina e feminina que consideramos universais, por crermos que são de ordem biológica, não existem, como as imaginamos, em todas as sociedades. Nestas sociedades, existiam diferentes formas de tratar as diferenças, entre elas, a de homem e mulher. O que a autora observou foi que, entre os Arapesh, independentemente que a pessoa tenha nascido homem ou mulher, era educada para ser doce, sensível, prestativa. Enquanto entre os Mundugomor, a educação estava voltada para reforçar a rivalidade e até a agressão, seja entre os homens, entre as mulheres ou entre os dois sexos.

Assim, as duas sociedades produzem, por meio de suas instituições culturais, dois tipos de personalidades completamente opostos. Na primeira sociedade, as crianças são tratadas sem distinção de sexo; na segunda, se enfatizam as diferenças em termos do estímulo à rivalidade. As duas sociedades produzem dois tipos de personalidades completamente opostos: pessoas mais sensíveis, em um caso, e pessoas mais agressivas, no outro. Entretanto, elas têm um ponto em comum: não fazem distinção entre “psicologia feminina” e “psicologia masculina”, elas não estimulam a formação de uma personalidade especificamente masculina ou feminina. Trata-se de personalidades que se distinguem em termos da agressividade, mas não do sexo.

Ao contrário, o terceiro grupo, os Chambuli, educavam homens e mulheres para serem tão profundamente diferentes em sua personalidade que estas são transmitidas de uma forma muito rígida. A mulher é educada para ser empreendedora, dinâmica, solidária com os membros de seu sexo e extrovertida; enquanto que o homem é educado para ter comportamentos sensíveis, cuidar de sua aparência e competir com seus pares. Entre os Chambuli, são as mulheres que detêm o poder econômico e que garantem o essencial da subsistência do grupo, enquanto os

homens se dedicam principalmente às atividades cerimoniais e estéticas. Baseada nestas análises, Margaret Mead chegou à conclusão de que os traços de personalidade que nós qualificamos de masculinos ou de femininos não são determinados pelo sexo biológico, mas pela educação. A personalidade não se explicaria por seus caracteres biológicos, mas pelo “modelo” cultural particular de uma dada sociedade que determina a educação da criança. Desde a infância, o indivíduo é impregnado deste modelo por todo um sistema de estímulos e de proibições e, quando adulto, já está adaptado a esses princípios fundamentais da cultura. A estrutura da personalidade adulta, resultante da transmissão da cultura pela educação, será em princípio adaptada ao modelo desta cultura. Assim, existiria um vínculo forte entre modelo cultural, método de educação e tipo de personalidade dominante. As diferenças culturais entre os grupos humanos são, então, explicáveis em grande parte por sistemas de educação diferentes que incluem os métodos de criação dos bebês (aleitamento, cuidados do corpo, modo de dormir, desmame etc.) muito variados de um grupo a outro.



No campo acadêmico, as obras de Benedict e de Mead receberam diversas críticas. Uma das críticas à obra de Benedict foi do psicanalista americano Abram Kardiner (1891-1981). Ele criticou Benedict por associar cada cultura a somente um tipo cultural dominante de comportamento. Ele observou que, em uma mesma cultura, podem existir simultaneamente vários tipos de personalidade dominante, porque em uma mesma cultura coexistem diferentes sistemas de valores.

O livro de Mead, *Adolescência, sexo e cultura em Samoa*, publicado originalmente em 1928, também teve alguns questionamentos. Nesse livro, a autora observava que, em Samoa, a passagem da infância à adolescência não estava marcada pelas angústias emocionais ou psicológicas, tal como acontecia com as jovens americanas, e relatava o fato que as mulheres samoanas normalmente tinham relações sexuais antes do casamento. Depois da morte de Mead, Derek Freeman publicou *Margaret Mead e Samoa: a construção e destruição de um mito antropológico*, onde punha em causa os principais achados de Mead. Segundo Freeman, todas as mulheres

samoanas que haviam sido informantes de Mead negaram ter estado envolvidas em relações pré-matrimoniais. Esse fato foi atribuído por outros comentaristas a que as informantes originais de Mead tinham se convertido ao cristianismo.

Fonte: http://www antropologia9.blogspot.com/2011_03_01_archive.html



Figura 13.2: Foto de Margaret Mead: “Um chefe de falar – o mestre de cerimônias nativas”.

Fonte: http://www.interculturalstudies.org/artwork/talking_chief.jpg



Figura 13.3: Foto de Margaret Mead: “No traje de pano de casca de há muito tempo”.
Fonte: http://www.interculturalstudies.org/artwork/bark_cloth.jpg

Debates sobre o conceito de cultura

Como vimos acima, a ideia de cultura está relacionada com a questão do relativismo. Também vimos que, em contraposição à ideia de padrões morais absolutos, o relativismo defende a posição de que estes padrões morais são relativos, de acordo com as características dos grupos humanos. Contudo, alguns autores contemporâneos observam que existem os “universais de cultura” (KROEBER, 1953), isto é, aspectos da cultura que se acredita existirem entre todas as culturas. Concebem que existem valores que não são absolutos, porém universais. Ou seja, que são comuns a grupos ou sociedades diferentes, como o “gozo da beleza”, “algum padrão de verdade”, de “justiça” etc. São valo-

res que estariam presentes em todas as culturas e que, portanto, podem ser chamados de “universais”. Assim, segundo esta perspectiva, haveria universais da cultura que teriam diferentes formas de manifestação. Vamos ver um exemplo.

Segundo observa Bastian (1971), a saúde seria um destes universais: todos os povos teriam algum tipo de cuidado com a saúde e, portanto, a saúde seria um valor universal. Entretanto, existem diferentes formas de manifestação deste valor. Alguns grupos étnicos não entendem a doença como nós a entendemos. Doença é um descontentamento de Deus com o indivíduo, e o homem não pode intervir na vontade de Deus. Entretanto, valorizam a saúde tanto como nós.

Na mesma direção, Donald Brown, professor de Antropologia da Universidade da Califórnia, observa em seu livro, *Human Universals*, que em todas as sociedades humanas conhecidas os indivíduos lutam para conseguir prestígio e status e que existem hierarquias sociais, formas de matrimônio, divisão do trabalho, proibições sexuais, sentimentos morais e outros comportamentos também muito difundidos, como a crença no sobrenatural e o medo da morte. Brown não nega o relativismo, mas considera que existem diferenças entre a cultura como uma criação humana e outros aspectos do ser biológico que foram negligenciados na visão culturalista. Para o autor, os “universais” que estariam presentes em todas as culturas são produtos do humano como ser biológico.

■ **Idealismo**

É uma concepção filosófica que destaca a precedência das ideias perante a matéria. Para o idealismo, as coisas, a matéria, não existem fora das ideias que temos sobre elas. Em contraposição, a concepção materialista defende que a matéria existe independentemente das ideias.
Fonte: <http://www.marxists.org/portugues/tematica/1922/materia/cap04.htm>

Segundo Eagleton (2003), o culturalismo extremo parece negligenciar esta dimensão biológica dos seres humanos, mas isto não implica em afirmar um determinismo orgânico como se a cultura fosse somente uma resposta às necessidades biológicas.

A cultura, segundo o autor, estaria pautada em uma dupla recusa: do determinismo orgânico, por um lado, e da autonomia do espírito, por outro. É uma rejeição tanto do naturalismo como do *idealismo*, insistindo, contra o primeiro, que existe algo na natureza que a excede e, contra o idealismo, que mesmo o mais espiritual agir humano tem suas raízes humildes em nossa

biologia e no ambiente natural. Os seres humanos não são meros produtos da biologia humana, mas tampouco essa biologia é pura argila para a automoldagem arbitrária da cultura. A cultura transfigura a natureza, mas a natureza coloca limites rigorosos.

O autor também enfatiza que a ideia de cultura tendeu a se dissociar da política. O conceito de cultura, ao confundir-se com sociedade, sugeria que tudo deveria ser cultura e, portanto, era algo que parecia unir todos os seres humanos. Mas o que antes podia unir os homens, agora pode afastá-los. Como refere o autor (2003, p. 57), a “cultura passou de parte da solução a parte do problema”: a cultura passa a fazer parte do conflito político e envolve questões econômicas. Nesse sentido, não exerce essa capacidade de homogeneizar e unificar a sociedade, e as “guerras culturais” são um exemplo disso.

Neste novo contexto, o autor considera que a cultura ocidental caracteriza-se como a verdadeira cultura, em que não se consideram outras raças, outras religiões e outros nacionalismos. As guerras culturais são entre a cultura ocidental e outras culturas, mas o autor não considera que esta perspectiva eurocêntrica não é algo singular de nosso século. Há muitos séculos o cristianismo já promovera a Inquisição para tentar expurgar as culturas não ocidentais.



Figura 13.4: Quadro de uma pessoa sendo queimada na fogueira.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Inquisi%C3%A7%C3%A3o.jpg>



No século XV, os reis de Castela e Aragão obtiveram do papa a permissão para a introdução da Inquisição na Península Ibérica contra os muçulmanos e os judeus. O Tribunal do Santo Ofício obrigava judeus e mouros que integravam o novo reino a renegar as suas religiões e a aderir ao cristianismo ou abandonar o país. A estes foi dado o nome de “cristãos-novos”. Mais tarde, em certas regiões da Itália e em Portugal, o papa autorizou a introdução de instituições similares ao Tribunal do Santo Ofício.



Cultura e direitos humanos

A cultura atual se insere no tema das identidades. Cada um de nós pode escolher livremente grupos de identidade no plano religioso, sexual, comportamental, esportivo etc. Já analisamos este fenômeno na Aula 10. Entretanto, a cultura também pode ser opressiva para alguns grupos. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, junto com a Declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993, foram alguns dos instrumentos para controlar, no plano jurídico, práticas culturais opressivas, e esta concepção é fruto de um movimento extremamente recente de internacionalização dos direitos humanos, surgido no pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos pelo regime nazista.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada em 10 de dezembro de 1948 e introduz dois princípios fundamentais sobre os direitos humanos: a universalidade e a indivisibilidade desses direitos. Universalidade, porque clama pela extensão universal dos direitos humanos a todas as pessoas, independentemente de raça, gênero, condição social ou nacionalidade. A condição de pessoa é o requisito único para ter direitos que não podem ser violados.

Indivisibilidade, porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para o respeito aos direitos sociais, econômicos e culturais – e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são. Os direitos humanos compõem, assim, uma unidade interrelacionada.

Estas declarações são universais no sentido de que a proteção dos direitos humanos não deve se limitar ao domínio do Estado, isto é, não deve se restringir a uma nação em particular. A concepção é que o indivíduo deve ter direitos protegidos na esfera internacional de forma a incluir situações em que os direitos humanos não são respeitados por uma nação.

O sistema internacional de proteção dos direitos humanos é integrado por tratados internacionais de proteção que invocam

o consenso internacional acerca de parâmetros mínimos de proteção (o “mínimo ético irreduzível”). Nesse sentido, cabe citar o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a Convenção contra a Tortura; a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial; a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher e a Convenção sobre os Direitos da Criança, que incluem como preocupação central a proteção aos grupos vulneráveis. Nessa ótica, determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos, exigem uma resposta específica e diferenciada. Em tal cenário, as mulheres, as crianças, a população afrodescendente, os migrantes, as pessoas portadoras de deficiência, dentre outras categorias vulneráveis, devem ser vistas no contexto dessa política internacional de proteção ao direito à diferença.



No site <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/betto.htm>, você pode encontrar uma versão popular, escrita por Frei Betto, da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vale a pena conferir.

Assim, caberia nos perguntarmos sobre a concepção antropológica de cultura que tentou trabalhar a consciência da humanidade para perceber e aceitar a variedade das perspectivas culturais. Desde o ponto de vista da doutrina dos direitos humanos, essas culturas singulares têm de dialogar e negociar seus direitos nos foros estabelecidos (SEGATO, 2006). O que para uma cultura nativa pode ser característico, pode não ser compatível com as normas internacionais de direitos humanos. Isso não torna obsoleta a ideia de cultura da antropologia como área de conhecimento mas, de certa maneira, a desloca. Hoje a cultura não pode ignorar os processos jurídicos transnacionais.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

O caso acontecido com a iraniana Sakineh Mohammadi Ashtiani, de 43 anos, chama a atenção mundial para a situação das mulheres no Irã.



Fonte: <http://iranhr.net/spip.php?article1743>

Sakineh foi acusada em maio de 2006 por ter “relações ilícitas” após a morte de seu marido, que foi supostamente assassinado. Ela recebeu 99 chibatadas como condenação.

No julgamento da morte do marido, o principal suspeito acusou a iraniana de ter tido um caso extraconjugal enquanto seu marido ainda estava vivo – o que é um crime grave no Irã. Sakineh confessou o adultério, mas depois voltou atrás.

O artigo 71 do código penal iraniano, de 1983, lista como pena para o adultério a morte, que pode ser por apedrejamento. O adultério pode ser provado por testemunhas da

seguinte maneira: “quatro homens justos ou três homens justos e duas mulheres justas”. Ou seja, se forem quatro testemunhas do sexo masculino, pode haver prova, mas se uma for do sexo feminino, então é necessário mais um depoimento ao menos.

Fonte: <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/saiba-mais-sobre-o-caso-da-iraniana-condenada-a-morte-por-apedrejamento-20100803.html>

Como você avalia este caso? É um caso que deve ser resolvido do ponto de vista do relativismo cultural ou deve ser competência de tribunais internacionais de defesa dos direitos da mulher?

Resposta Comentada

Este caso tornou evidente que, em certas circunstâncias, os direitos humanos devem se impor sobre as realidades culturais locais. Desde o ponto de vista da lei islâmica praticada, Sakineh devia ser punida, mas as pressões internacionais impediram que os direitos humanos fossem desconsiderados. A penalidade é uma ofensa contra os direitos da mulher.

Resumo

Vimos diferentes concepções de cultura. A palavra “cultura” denotava inicialmente uma atividade puramente material, que depois foi utilizada para se referir às questões do espírito. Mas, a partir da consolidação da Antropologia, o termo foi adquirindo outras conotações. A cultura passa a expressar as diferentes formas de manifestação simbólica das sociedades, seja em seus aspectos materiais ou imateriais, e o evolucionismo é superado pela ideia de relativismo cultural. Contudo, a partir da década de 1930, surgem

outras correntes na Antropologia que partiram do pressuposto de que a cultura não existia independentemente dos indivíduos e, portanto, para compreender a cultura, havia que analisar comportamentos concretos ou padrões de cultura associados a escolhas culturais possíveis e tipos de personalidade. Por último, abordamos alguns debates contemporâneos sobre o tema, principalmente, as relações entre cultura e política, relativismo e universalismo.

14

Identidade cultural

Javier Alejandro Lifschitz

Meta da aula

Apresentar uma visão geral sobre o campo de estudo das identidades culturais.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1** caracterizar identidades culturais;
- 2** situar as identidades culturais em contextos de globalização.

Introdução

O tema da identidade cultural está na origem da própria Antropologia, mas começa a se difundir como tema de pesquisa e se incorporar nos planos de estudo das carreiras de Ciências Humanas em geral, desde aproximadamente a década de 1980. A cultura passou a ser considerada como a principal forma de acesso para compreender o social, e isto implicava entender a impossibilidade epistemológica de se obter resultados “objetivos” nas análises de fenômenos culturais. O significado destes fenômenos é definido pelo universo cultural do qual fazem parte. Entretanto, o tema da identidade cultural também ganhou relevância pela questão da globalização e do multiculturalismo. A identidade cultural não é um tema que diz respeito somente aos “povos primitivos” estudados pela Antropologia do século XIX. É um tema contemporâneo, relacionado com a diferença cultural e, portanto, com os múltiplos debates que surgem no mundo em torno dessa questão.

A identidade cultural do ponto de vista histórico

Nas sociedades tradicionais, a identidade social estava em grande parte determinada desde o nascimento. As pessoas nasciam com uma identidade cultural principalmente religiosa e territorial. Definiam-se por ter nascido em determinado lugar e possuir uma religião. Pensemos na colonização da América, nas Cruzadas ou na Reforma Protestante em muitos países da Europa: os indivíduos que tinham religiões diferentes da dominante eram, nesses países, perseguidos, expulsos ou tentavam ser assimilados por essa cultura dominante. Na época da colonização da América, inúmeras tribos indígenas foram exterminadas ou assimiladas pela nação, perdendo suas línguas e culturas, o que também aconteceu na época da consolidação dos estados europeus. Vejamos o caso da Espanha. Presume-se que o povo basco tenha ocupado a Península Ibérica por volta do ano 2000 a.C. no norte da Espa-

nha. Apesar da dominação romana, os bascos mantiveram sua língua, costumes e tradições. A língua basca não tem parentesco com nenhuma outra língua no mundo, mas, nos séculos XV e XVI, a região foi submetida à Espanha e lhe foram impostas a língua espanhola e as tradições instauradas pela Monarquia.



Veja o que ocorreu na Espanha na primeira metade do século XX:

Durante a Guerra Civil Espanhola (1936-39), a maioria da população basca apoiou os republicanos, aliados naquele momento aos socialistas e anarquistas, provocando violentas represálias por parte dos fascistas. O episódio mais conhecido foi o bombardeio da cidade basca de Guernica, no dia 26 de abril de 1937, quando a aviação da Alemanha nazista lançou bombas incendiárias, matando mais de 1000 pessoas. A ditadura fascista do general Franco reprimiu com grande violência todos os movimentos nacionalistas. No país basco, o vasconço foi proibido assim como qualquer manifestação política ou cultural dos bascos. O Estatuto de Autonomia que havia sido aprovado pelas Cortes em 1936 foi suprimido. A repressão sobre os bascos contribuiu decisivamente para o radicalismo no interior da ETA e na segunda metade dos anos 60 a organização passou para a luta armada.

Fonte: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=195>



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mural_del_Gernika.jpg

A identidade cultural é uma categoria bastante ampla. Fala-se de entidades nacionais, regionais, étnicas, históricas, de gênero, sexuais, geracionais e outras como se fossem equivalentes. Estas identidades referem-se a coisas diferentes, mas possuem coisas em comum: são construções simbólicas ou representações sociais de grupos que, ao possuírem algumas características em comum, se diferenciam de outros. Pode ser uma língua em comum, religião, local de origem ou ancestrais reconhecidos pelo grupo, mas nas sociedades contemporâneas as identidades culturais também podem estar ancoradas em aspectos aparentemente mais banais, como a forma de se vestir, de falar ou de se alimentar. Os *rappers*, por exemplo, não possuem uma religião em comum ou ancestrais em comum, mas também podem ser considerados identidades culturais desde o ponto de vista da forma de se vestir e compartilhar determinadas condutas.

A grande mudança que aconteceu no mundo contemporâneo quanto às identidades culturais é que estas não se definem desde o nascimento, como nas sociedades tradicionais, como se fossem “algo natural” e imutável. Os indivíduos mudam de identidades culturais, e estas já não exclusivamente religiosas ou territoriais. As identidades se apresentam cada vez mais como “opções” de grupos e de indivíduos. Contudo, a questão não é tão simples como parece, porque algumas características que definem identidades culturais de fato parecem ser “naturais”. A cor da pele, por exemplo. As pessoas nascem negras, brancas etc. e isso as diferencia. Nesta aula, vamos discutir questões desse tipo, que estão no centro dos debates contemporâneos sobre multiculturalismo.

O que define uma identidade cultural

Como dissemos, uma identidade cultural pode ser definida por diversos aspectos: cor, língua, religião, tradições, ancestralidade, formas estéticas, preferências sexuais etc. Existe alguma destas características que seja mais importante do que as outras?

Para responder a esta questão, vamos recorrer à concepção do antropólogo Frederick Barth, que observa que nenhuma destas características é mais importante em si mesma. É o próprio grupo quem define sua identidade cultural em função do privilégio de determinado(s) atributo(s), a partir do que os membros do grupo se reconhecem e se diferenciam de outros. Desde esta perspectiva, características “naturais” perceptíveis a olho nu, como a cor da pele, não constituem em si uma identidade cultural. Para se constituir como tal, os indivíduos devem reconhecê-la e assumi-la como significativa.



Frederick Barth nasceu em 22 de dezembro de 1928, em Leipzig na Alemanha. Fez o mestrado na Universidade de Chicago (1949) e seu doutorado na Universidade de Cambridge (1957). Sua carreira começou na Universidade de Bergen como professor de Antropologia Social, onde fundou o Departamento de Antropologia Social sendo em parte responsável pela universidade estar em posição central na pesquisa social. Atualmente é professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Boston. No livro intitulado *Grupos étnicos e suas fronteiras* Barth traz uma abordagem sobre a formação das identidades étnicas.

Fonte: <http://dialogosantropologicos.blogspot.com/2010/08/fredrik-barth-grupos-etnicos-e-suas.html>

A abordagem de Barth tem sido muito utilizada no Brasil por pesquisadores que trabalham com sociedades indígenas e outros grupos étnicos e minorias. Principalmente, com relação àqueles grupos indígenas que já não usam suas línguas nativas ou abandonaram tradições, ao mesmo tempo que adquiriram hábitos urbanos. Nestes casos, muitos consideraram que não eram índios porque não viviam como índios e se haviam “misturado” nas grandes metrópoles.

Sinais ou marcas diacríticas

São as diferentes dimensões, principalmente língua, tradições, fenótipo e ancestralidade, a partir das quais a Antropologia tradicionalmente definiu as identidades culturais de grupos.

A abordagem de Barth permite um outro entendimento dessa questão. A identidade cultural não se define em função de características fixas e imutáveis (“*sinais ou marcas diacríticas*”) nem por um “especialista”, que julga quem é índio ou não. Barth enfatiza que são os grupos étnicos os que definem os próprios conteúdos que os diferenciam e que permitem estabelecer distinções entre “nós” e “eles”. Neste sentido, para ser índio não é imprescindível viver como índio. Para ser índio é necessário que o grupo se reconheça como índio a partir de características definidas pelo próprio grupo.

Portanto, a identidade cultural não depende de uma autoridade externa para existir, seja a do antropólogo ou a do Estado. As identidades culturais se definem pelo próprio grupo e este prioriza determinados aspectos de sua cultura em detrimento de outros, em função de sua trajetória e das diferenças que pretendem marcar com outros grupos. Assim, para alguns grupos afro-descendentes, a cor remete à origem africana, enquanto outros priorizam aspectos religiosos do universo afro. É necessário que o grupo reivindique essas características como sendo distintivas, afirmando assim uma identidade perante os outros.



Segundo os autores do livro *Teorias da Etnicidad* (1998), as teorias mais representativas sobre a identidade cultural são:

- a) *Primordialismo*: considera a identidade como uma herança cultural transmitida de forma biológica. O indivíduo nasce com os elementos constitutivos de sua identidade étnica (parentesco, vínculos de sangue) ou determinado pelo ambiente cultural onde nasce (língua, costumes, religião etc.);
- b) *Identidade e culturalismo*: considera a identidade como sistema cultural, como um campo de significações produzidas e compartilhadas pelos próprios grupos que estabelecem diferenças com outros.
- c) *Identidade e estratégia social*: percebe a identidade como um recurso estratégico utilizado pelo grupo para alcançar determinado fim.

Identidade cultural e pós-modernidade

O tema da identidade cultural não se refere unicamente a grupos tradicionais. A identidade cultural também é uma questão da contemporaneidade e dos grandes centros urbanos e diz respeito ao que muitos autores das Ciências Sociais definem como pós-modernidade. Segundo estes autores, a pós-modernidade é o momento atual da civilização, que se caracteriza pela crise das “grandes narrativas”, isto é, das tentativas de compreensão do mundo a partir de conceitos de alcance universal, como a ideia de “progresso”. Na pós-modernidade, as visões de mundo são sempre parciais e tendem a ser locais. Se no mundo moderno a visão do mundo se pautava nas grandes regiões e civilizações do planeta, na pós-modernidade teria preponderância a esfera local. Quais seriam as implicações destas mudanças nas visões do mundo sobre as identidades culturais? Na pós-modernidade, as identidades culturais também adquiririam um caráter local e fragmentário:

O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas (...) à medida que os sistemas de significação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2002, p. 12-13).



Figura 14.1: Cena do movimento *punk*.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Punk_Red_Mohawk_Morecambe_2003.jpeg

Na modernidade, a identidade cultural implicava uma relativa estabilidade. Pertencer a uma classe social, a um grupo étnico, ter uma ideologia política etc. tornavam-se fatos consolidados e associados ao reconhecimento social e à previsibilidade dos comportamentos. Mas estes autores das Ciências Sociais enfatizam precisamente a extrema flexibilidade das identidades culturais nas sociedades ditas pós-modernas. Conceitos como o de identidades múltiplas, identidades híbridas, identidades fragmentadas, identidades em movimento, apontam para essa fragmentação da identidade cultural da qual falava Hall.

Em um livro intitulado *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall identifica diferentes momentos históricos relativos à constituição das identidades culturais. O momento que denomina de “identidades pré-modernas” tem como referência histórica estruturas tradicionais de poder, vinculadas principalmente à cosmologia do cristianismo. A identidade era adquirida desde o nascimento e era reflexo de uma vontade divina. O segundo momento diz respeito ao racionalismo dos séculos XVI ao XVIII, em que imperava uma concepção individualística pautada

na ideia de autonomia e de permanência. No século XIX, surgem as identidades coletivas, que vinculam o sujeito a uma classe, a um grupo ocupacional, a uma região e a uma nação. As pessoas se definiam por sua classe, pelo lugar onde viviam e por sua nacionalidade. Trabalho e nacionalidade eram as principais marcas da identidade cultural. Já na pós-modernidade, as identidades se fragmentam. Não se expressam exclusivamente em função da classe social ou da nação, mas por interesses e lealdades diversos, como as novas identidades culturais do feminismo, da ecologia, do *punk*, do *heavy metal* etc.

As figuras sociais da pós-modernidade

Figuras sociais são categorias das ciências sociais que permitem caracterizar sociologicamente diferentes processos que podem acontecer em nível local, regional ou internacional, porque são consideradas representativas de transformações sociais ou de um período histórico específico. O operário, por exemplo, pode ser considerado uma figura social representativa das sociedades industriais. Qual seria a figura social representativa da pós-modernidade?

As figuras sociais não são identidades no sentido de Barth, mas são formas de definir as transformações culturais desde o ponto de vista dos grupos. Bauman (2001) sugere que algumas das “figuras sociais” que expressam estas transformações da identidade cultural na pós-modernidade são os desempregados e os “turistas”. Durante a Revolução Industrial, os desempregados eram objeto de políticas de repressão e controle social, mas essa situação envolvia contingentes restritos de pessoas. Já na pós-modernidade, o desemprego envolve milhões de pessoas em todo o mundo, tornando-se uma categoria que expressa a real transformação da cultura industrial. Devido a mudanças tecnológicas e produtivas do capitalismo, o desemprego caracteriza a sociedade pós-industrial como outrora o operariado caracterizava a sociedade industrial.

Quanto à figura do “turista”, o autor a utiliza como metáfora para caracterizar a situação de um grande número de famílias que cada vez mais se veem impossibilitadas de construir projetos de vida de longo prazo. Tal como o “turista”, estas situações sociais caracterizam-se pela necessidade de mobilidade permanente, o que estaria associado à construção de identidades também em mutação.

Este debate sobre identidades culturais na pós-modernidade também envolve a questão das denominadas novas “tribos urbanas”. Trata-se de subculturas que se definem pelo vestuário, por gostos musicais ou comportamentos. Muitas destas tribos urbanas, como os *emo* ou os *dark*, não tem nenhum compromisso político, mas outras, como os *boneheads* na Inglaterra, se declaram inimigos de negros, estrangeiros, *gays* e comunistas, enquanto os *anarcopunks* se definem como de extrema-esquerda.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Identifique uma identidade cultural juvenil na sociedade brasileira atual e comente a resposta.

Resposta Comentada

Uma destas tribos urbanas são os grupos de skate. Eles se identificam com essa prática social e frequentam os mesmos lugares, diferenciando-se de outros grupos por suas roupas e seu comportamento.

Identidade cultural e globalização

Outro dos temas contemporâneos, relativo às identidades culturais, diz respeito à dinâmica de globalização. Em todos os continentes se intensificaram as migrações internacionais, e alguns países que até então conviviam com poucas diferenças culturais, hoje em dia convivem com muitas pessoas de outros continentes e de diversas etnias. O mundo se tornou, portanto, mais multicultural, porque os contatos entre culturas diversas são maiores. Isto gerou possibilidades de diálogo e intercâmbios culturais, mas também movimentos *xenófobos*.

Xenóforo

Aversão a pessoas estrangeiras ou de outras culturas.



Conflitos étnicos na antiga Iugoslávia

Até 1991, a Iugoslávia era formada por seis repúblicas (Sérvia, Croácia, Eslovênia, Bósnia-Herzegovina, Macedônia, Montenegro) e duas regiões autônomas (Kosovo e Vojvodina) pertencentes à Sérvia. A população iugoslava compunha-se de várias nacionalidades (sérvios, croatas, eslovenos, macedônios, albaneses, húngaros) e algumas delas encontravam-se espalhadas em praticamente todas as seis repúblicas. Além disso, no país predominavam três religiões (muçulmana, cristã ortodoxa, católica romana) e falavam-se cinco idiomas (sérvio-croata, esloveno, albanês, húngaro, macedônio). Essa complexa composição étnica manteve-se unida sob o governo de Josip Broz (marechal Tito), líder de origem croata, que devido ao carisma, habilidade política e apoio militar, conseguiu congregar, num único Estado, toda a diversidade nacional, religiosa e étnica. A morte de Tito, em 1980, comprometeu esta relativa estabilidade. Em 1990, o fim da URSS fortaleceu os movimentos separatistas que desabrocharam em todas as repúblicas iugoslavas. O poderio militar da federação iugoslava, em grande parte controlado pelos sérvios, tentou impedir a independência destas repúblicas e, para isso, contou com o apoio dos sérvios que nelas viviam. Em junho de 1991, a Eslovênia e a Croácia declararam independência, que foi reconhecida pela Iugoslávia após breve período de violentos conflitos. A Macedônia seguiria o mesmo caminho alguns meses depois. Neste caso, não houve guerra com o governo central. Em abril de 1992, a Bósnia-Herzegovina também declarou independência, dando origem ao mais violento e intenso conflito da região balcânica.

Fonte: <http://mundogeografico.sites.uol.com.br/geopoli12.html>

A globalização está associada ao multiculturalismo, mas também a um acirramento dos conflitos entre identidades culturais. A influência da globalização também se faz presente através dos meios de comunicação e da internet. Estes meios contribuem para a construção de identidades culturais. Alguns autores observaram, por exemplo, que muitos jovens são influenciados pelas imagens dos seriados e filmes americanos, como se observa em vestimentas, modalidades de falar e gostos musicais. Entretanto, essas influências globais têm efeitos diferentes em cada sociedade e grupo social. O *rap* americano foi de alguma forma “mestiçado” pelos jovens brasileiros, que foram criando novas formas de miscigenação cultural.



O seguinte texto aborda os conflitos entre as identidades culturais:

Noruega: ecos da xenofobia

Atentado coloca em evidência expansão na Europa de partidos contrários a imigrantes e islamitas

Massacre põe populistas [de direita] contra a parede

A visão de extrema-direita de Anders Behring Breivik, o atirador confesso do massacre na Noruega, coloca em evidência aumento nos movimentos anti-imigrantes e antimuçulmanos na Escandinávia e no resto do continente europeu (...) A antipatia contra muçulmanos e o multiculturalismo se tornou o padrão estratégico da extrema-direita na última década [o Brasil também foi criticado pelo atirador por ser multicultural demais. Em seu manifesto, publicado na internet horas antes dos seus ataques, escreveu que seria “catastrófico” para a Europa adotar o modelo de miscigenação racial que existe na sociedade brasileira]. A Europa sempre teve partidos de extrema-direita na era pós-guerra, mas a influência deles cresceu a partir de 1980, quando o aumento do desemprego e dos problemas sociais criou novas oportunidades para movimentos populistas, tais como o Partido da Liberdade na Áustria, então sob a liderança de Jörg Haider, e na França, de Jean-Marie Le Pen, cuja filha agora comanda a Frente Nacional (WALKER; GUSTAFSSON, 2001).

Fonte: <http://democraciapolitica.blogspot.com/2011/07/noruega-ecos-da-xenofobia.html>

Estas miscigenações culturais estão associadas ao conceito de “identidades híbridas” criado pelo antropólogo Garcia Canclini. O hibridismo é originalmente um conceito da Biologia que remete à criação de novas espécies no âmbito agrícola. Temos espécies de trigo híbrido, de soja híbrida e de muitos outros produtos agrícolas. A prática consiste em juntar genes de plantas diferentes para criar uma forma híbrida mais resistente a pragas ou mais produtiva. Essa prática da hibridação foi tomada como referência por Canclini para falar da atual mistura e justaposição de expressões culturais de diversas origens que estão dando lugar a novas sínteses.

O conceito de hibridismo surgiu como uma crítica às concepções primordialistas das identidades culturais que estavam presentes na maioria dos estudos sobre cultura popular. Estas concepções se ancoravam na busca de expressões culturais “puras”, considerando que a “verdadeira” cultura popular era aquela “intocada” pelas influências externas. Mas hoje em dia isto é cada vez mais difícil de acontecer. As culturas populares se encontram em contato permanente com a mídia e com expressões culturais diversas, de forma que a procura por expressões “puras” da cultura popular tornou-se quase anacrônica. Assim, uma das linhas de pesquisa neste campo é sobre o surgimento de diferentes expressões culturais híbridas no plano musical, religioso, linguístico e muitos outros.

O que esta visão traz de novo com relação ao tema tradicional do sincretismo?



Sincretismo

O sincretismo designa a fusão de elementos culturais diferentes, ou até antagônicos, em um só elemento, continuando perceptíveis alguns traços originários. No Brasil, se tem estudado muito o sincretismo religioso de culturas africanas com o catolicismo. Um exemplo disto é o sincretismo entre orixás do candomblé com determinados santos da Igreja Católica, como São Jorge ou Santa Bárbara.

O que há de novo é que o hibridismo agrega formas culturais mais contemporâneas, como as indústrias culturais, a mídia e a internet, que além de serem instrumentos tecnológicos modernos, permitem colocar em contato uma maior diversidade de culturas. Neste sentido, um dos aspectos analisados pelo autor é a própria transformação do artesanato, mostrando como muitos destes objetos hoje em dia são produzidos de forma industrial. Em minhas próprias pesquisas, eu utilizo o conceito de “neocomunidades” (LIFSCHITZ, 2006) para analisar como as técnicas modernas são utilizadas não só para a produção do artesanato, mas também para reconstruir outros aspectos das identidades culturais. Vejam então o uso de técnicas de dança para o aprendizado do jongo ou de outras danças tradicionais.

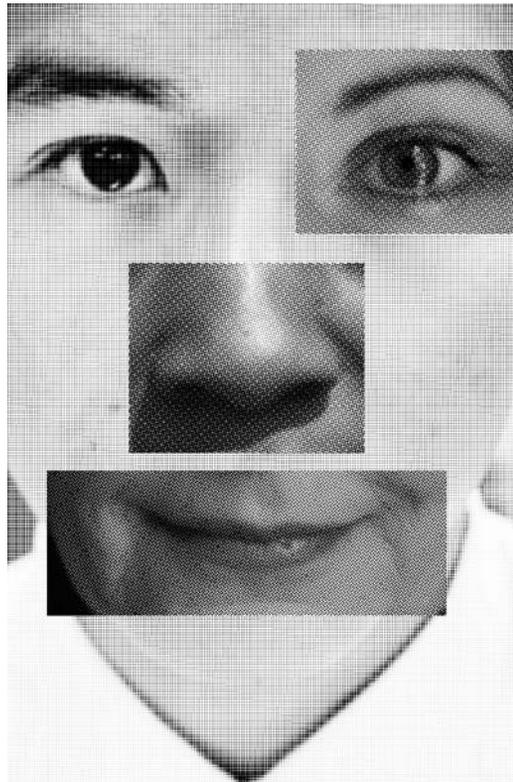


Figura 14.2: A construção dinâmica da identidade cultural.

Assim, vimos como a identidade cultural é um tema que tem diferentes aspectos. Nesta aula vimos alguns deles, principalmente a passagem de uma concepção tradicional de identidade cultural para concepções contemporâneas, em que está presente a ideia de multiculturalismo, de conflito entre identidades culturais, a influência da globalização e a questão do hibridismo.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Vimos nesta aula que a concepção de “culturas puras” está um tanto desacreditada pela própria influência que exercem os meios de comunicação e a globalização. Entretanto, isto não significa que as identidades culturais tradicionais devem ser abandonadas. Comente a frase citada de um livro sobre o tema da identidade cultural no Brasil:

Hoje a capoeira está sofrendo um processo de massificação aceleradíssimo, que pode estar levando-a a descaracterização enquanto arte-luta. Seria possível, hoje, praticar aquela capoeira do passado com todos os seus rituais? Achamos que é importante analisarmos, entendermos e conhecermos a sua tradição cultural, ligada as suas raízes para que possamos criar e recriar, inventar e reinventar, não deixando acontecer o mesmo que aconteceu com as sociedades indígenas. Preservando assim, as suas essências, sem descaracterizá-la como manifestação autêntica da cultura do nosso povo (ORTIZ, 1995, p. 72).

Resposta Comentada

Sabemos da importância de preservarmos nossas tradições culturais, mas não podemos desconhecer o impacto dos meios de comunicação e do contato intercultural. Minha opinião é que a manutenção ou não depende de escolhas culturais dos grupos e, se determinado grupo faz opção pela preservação de tradições, deveriam existir condições em termos de políticas culturais para que isso fosse possível.

Resumo

O tema da identidade cultural está na origem na própria Antropologia, mas, a partir do século XX, existiram diversos aportes que contribuíram para um novo olhar sobre esse tema. A identidade cultural era definida em função de características consideradas “naturais” ou fixas, como cor, língua, religião, tradições e ancestralidade. Nesta perspectiva, a identidade cultural era uma questão de especialistas. Estes detinham o saber necessário para determinar se um grupo étnico se enquadrava ou não nos critérios considerados chaves para poder defini-los. Esta concepção ainda está vigente, mas existem outras perspectivas que vêm sendo aplicadas em grupos étnicos que nem sempre se enquadram nesses critérios. Nesta perspectiva, a identidade cultural não depende de um observador externo. São os próprios grupos que determinam a existência de uma identidade cultural a partir de critérios próprios, que definem em função de sua trajetória e situação.

Outra das questões da identidade cultural diz respeito à mudança histórica. Nas sociedades antigas, a identidade cultural era essencialmente religiosa e vinculada a um território. Na modernidade, a identidade cultural estava associada a uma classe social, a uma nação e a uma ideologia política. Eram identidades estáveis e previsíveis, mas, na pós-modernidade, as identidades adquirem um caráter local e fragmentário. São flexíveis e mutáveis. Conceitos como os de identidades múltiplas, identidades híbridas, identidades fragmentadas, identidades em movimento, apontam para esse contínuo deslocamento da identidade cuja dinâmica seria conse-

quência das atuais condições de vida. Neste contexto, abordamos o tema de como a globalização e as mídias influenciam a conformação de identidades culturais. Nas sociedades multiculturais, emergem condições para o diálogo entre culturas e distintas formas de hibridismo, mas também conflitos entre identidades culturais que levam à xenofobia e ao racismo.

15

Antropologia no Brasil

Javier Alejandro Lifschitz

Meta da aula

Apresentar alguns fatos relevantes da trajetória da antropologia no Brasil.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar os precursores da antropologia no Brasil;
- 2 reconhecer os principais temas de pesquisa na área.

Introdução

Como vimos nas primeiras aulas, os cronistas precederam aos antropólogos na tarefa de registrar modos de vida de outros povos. O mesmo aconteceu na antropologia no Brasil, já que os primeiros registros sobre a vida nos trópicos foram realizados por viajantes, missionários e naturalistas que visitaram o Brasil, deixando o registro de populações indígenas locais. Tínhamos observado que os naturalistas interessavam-se principalmente por fenômenos geográficos físicos e biológicos. Um deles foi o conhecido naturalista da Missão Francesa, Jean-Baptiste Debret, que realizou desenhos sobre cenas do Rio de Janeiro. Mas a antropologia consolida-se como disciplina quando se começam a realizar as *etnologias* de sociedades indígenas.

Etnologia

É o estudo comparativo de culturas indígenas com base na análise de suas técnicas, costumes, instituições, crenças e valores.



Figura 15.1: *Escravidão no Brasil*, por Jean-Baptiste Debret.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:024debret.jpg>

Diferentemente da arqueologia, dedicada a pesquisas sobre vestígios materiais, deixados por sociedades já desaparecidas ou em vias de extinção, na etnologia o interesse está centrado nas diferentes expressões da cultura desses povos.

Nesta aula, faremos um percurso sobre os primeiros estudos de antropologia no Brasil até sua consolidação como disciplina acadêmica.

A emergência da antropologia no Brasil

Os primeiros etnólogos que estudaram indígenas no Brasil foram de origem estrangeira, pois a antropologia era um ramo novo das ciências, mesmo na Europa. Um dos precursores foi Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868), médico e botânico alemão, que realizou estudos sistemáticos sobre botânica na região da Amazônia e etnologia de culturas e línguas indígenas do Brasil. Ele veio ao Brasil, fazendo parte da comitiva da duquesa Leopoldina, que viajava para o Brasil para casar-se com Dom Pedro I. Nessa mesma expedição, veio o cientista Johann Baptiste von Spix (1781-1826) que, juntamente com Martius, recebeu da Academia de Ciências da Baviera o encargo de pesquisar as províncias mais importantes do Brasil e formar coleções botânicas, zoológicas e mineralógicas. Seus trabalhos foram um ponto de partida para etnólogos posteriores.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Carl_Friedrich_Philipp_von_Martius



Em seu livro *Flora brasiliensis*, o médico e botânico Carl Friedrich Philipp von Martius relaciona 470 plantas medicinais do Brasil, dentre elas o *guaraná*.



Figura 15.2: Karl Friedrich von Martius (1794-1868).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:CFPhVonMartius.jpg>.

Entretanto, como vimos nas primeiras aulas, o interesse destes primeiros viajantes estava mais centrado na pesquisa biológica que propriamente na cultura indígena. Contudo, nestas pesquisas, em áreas tropicais, geralmente entravam em contato com povos indígenas e coletavam instrumentos de uso ou peças arqueológicas, e realizavam diferentes registros sobre suas formas linguísticas que logo serviam de base para outros pesquisadores.

Dentre estes precursores havia também brasileiros, como o poeta indianista Antônio Gonçalves Dias, que participou de uma expedição às províncias do Brasil setentrional, junto a uma equipe do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa “Comissão Científica” partiu em 1859, e Gonçalves Dias dedicou-se principalmente a estudos linguísticos e arqueológicos. Seus estudos etnológicos

foram principalmente com base em **fontes secundárias**, como o estudo denominado “Amazonas”, (publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1896), em que discute as origens de mulheres guerreiras, conhecidas como Amazonas.

As Amazonas teriam sido mulheres guerreiras, integrantes de uma antiga nação à qual se faz referência na Mitologia grega. Entre as rainhas célebres das Amazonas, estão Pentesileia, que teria participado da Guerra de Troia. As Amazonas eram frequentemente ilustradas na arte grega em batalhas contra guerreiros. Na época moderna, o termo Amazonas ficou associado às mulheres guerreiras de outros povos. Alguns autores relacionam o termo Amazonas no Brasil a mulheres guerreiras que teriam habitado nas margens do rio Maranhão (CASCUDO, 1969).



Ricardo Frantz

Figura 15.3: *Amazona ferida*, Museus Capitolinos, Roma.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:0038MC.jpg>

Fontes secundárias

São informações utilizadas pelo pesquisador, mas que foram coletadas por outros e publicadas em livros e documentos. Diferente das fontes primárias, que são informações coletadas diretamente pelo pesquisador, através de observações de campo ou entrevistas.

Indigenismo

Vimos nas primeiras aulas que as narrativas dos viajantes tornaram-se fontes de debates filosóficos na Europa e o mesmo aconteceu no Brasil. Gonçalves Dias foi um dos maiores representantes do *indigenismo* que, além de ser uma expressão literária, era um movimento cultural que valorizava os legados da cultura indígena no Brasil. Embora o discurso indigenista não fosse uniforme, este posicionamento sobre o valor da herança indígena esteve presente em outros pioneiros do século XIX que se deslocavam para lugares então considerados remotos, para tomar contato com tribos indígenas.

Dentre estes, podemos citar José Vieira Couto de Magalhães, militar que foi presidente das províncias de Goiás e de Mato Grosso, e que empreendeu uma longa viagem de navegação, em 1860, para estudar os indígenas das vizinhanças do Araguaia e Tocantins. Durante esse período, os levantamentos de informações ainda não eram muito sistematizados e não se contava com os recursos teóricos da antropologia, mas seus estudos serviam-lhe de fonte para defender a ideia de que o branco devia se miscigenar com os índios para criar resistências biológicas ao ambiente natural dos trópicos.

O botânico João Barbosa Rodrigues também realizou pesquisas sobre diversos grupos indígenas da Amazônia e em 1884 teria realizado o primeiro contato com os índios krixaná. Seus estudos registraram técnicas de cura, utilizadas pelos indígenas, e relatos sobre lendas, cantigas e festas de tribos amazônicas.



Fonte: http://www.fmc.am.gov.br/port/Fotos_am/Imagens/indios.jpg

Folcloristas

Outros dos precursores da antropologia foram os folcloristas. Os estudos de folclore nasceram na Europa, no século XIX, e consistiam em coletar e classificar contos, poesias e tradições culturais de comunidades e povos de aldeias europeias que progressivamente estavam se urbanizando. Talvez você conheça os contos dos irmãos Grimm, considerados um clássico dos estudos de folclore. Os irmãos Grimm dedicaram-se a registrar fábulas infantis em comunidades alemãs. Com base em registros da tradição oral, as histórias compiladas não eram destinadas ao público infantil e sim aos adultos e contribuíram para o estudo **filológico** da língua alemã e para a fixação dos textos do folclore literário germânico. O primeiro manuscrito da compilação de contos data de 1810 e apresentava 51 narrativas e foi intitulado *Histórias das crianças e do lar*. A quinquagésima edição, última com os autores vivos, já totalizava 181 narrativas. Algumas dessas estórias são de fundo europeu comum, tendo sido também recolhidas por Perrault, no século XVII, na França.



Os irmãos Grimm são responsáveis por alguns contos bem famosos que eu tenho certeza de que você conhece. Quer um exemplo? “Chapeuzinho Vermelho”. Alguns, inclusive, são bem conhecidos por animações produzidas pela Disney, como “Branca de Neve”, “Cinderela” e “A Bela Adormecida”.

Filologia

Termo que deriva do latim, significa “amor ou interesse pelas palavras”. É uma ciência que estuda a origem etimológica de palavras ou textos antigos, com base no estudo da língua e da literatura de uma determinada cultura. A filologia também se ocupa da reconstrução de textos antigos, baseando-se no estudo de manuscritos.

Os folcloristas foram os antecessores dos antropólogos, porque embora não utilizassem métodos, técnicas e teorias da ciência antropológica, registraram contos, mitos e tradições de povos indígenas e comunidades. Dentre os folcloristas brasileiros, podemos citar Sílvio Romero, que realizou um registro de cantos e contos populares que foram publicados na obra *Etnografia brasileira* (Romero, 1888). Em seus estudos, as narrativas folclóricas coletadas

correspondem a diferentes grupos étnicos: contos trazidos pelos colonizadores portugueses, contos trazidos da África e contos oriundos dos índios do Brasil. O objetivo de Sílvio Romero era mostrar que, apesar de suas diferenças de conteúdo, estes contos tinham uma estrutura relativamente constante em função de algumas sequências que se repetiam. Em muitos contos, a situação inicial é a de disputa. Em alguns, por exemplo, o casamento aparece como tema central e vários pretendentes disputam uma mulher. Precisam realizar uma tarefa, mostrando-se corajosos, para que sejam dignos do casamento. Quanto aos personagens, a maioria deles é um animal, porém com características humanas; entretanto, há também o personagem “homem”, que não é nem inferior nem superior aos bichos.



A seguir apresentamos um conto da região de Sergipe, compilado por Sílvio Romero, intitulado “O cágado e a fonte”.

Uma feita, o cágado intrigou-se com o homem, o teiú e a onça por causa de um casamento com a filha da onça. Havia uma fonte onde todos os bichos costumavam ir beber; o cágado lá chegou, botou dentro dela uma boa porção de sapinhos e lhes deu ordem que, quando viesse ali algum bicho beber, eles cantassem:

*“Turi, turi...
Quebrar-lhe as pernas,
Furar-lhe os olhos...”*

Feito isto, o cágado foi-se embora.

Chegou o macaco para beber, ouviu aquilo e ficou com muito medo e foi-se, e espalhou o caso. Outros bichos vieram e todos se retiraram com medo. Veio o teiú, a mesma coisa; veio a onça, o mesmo. Afinal o homem veio e também fugiu com medo. Faltava o cágado; foram chamá-lo. Ele disse que estava pronto a ir, mas acompanhado de todos os outros e munido de

sua gaita e tocando. Chegando a certa distância, mandou os outros esperar, avançou, chegou junto à beira da fonte, deu ordem aos sapinhos para se calarem; eles obedeceram. O cágado encheu seu pote e retirou-se vitorioso com grande espanto de todos os outros animais e casou-se com a filha da onça (GUESSE, 2010).

Fonte: <http://www.assis.unesp.br/cilbelc/jornal/maio09/content18.html>



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Procure na biblioteca ou na internet folcloristas de alguma região do estado do Rio de Janeiro e indique suas principais obras:

Resposta Comentada

Um dos principais folcloristas da região norte fluminense foi Alberto Lamego. Suas principais obras foram: O homem e o brejo, onde retrata a formação da planície campista; O homem e a restinga, onde fala das regiões litorâneas, como Rio das Ostras, São João da Barra etc.; O homem e a serra, que trata da região serrana, o estado do Rio de Janeiro; e O homem e a Guanabara, onde fala da capital do estado.

Fonte: <http://livrosrevisados.forumeiros.com/t26-biografia-alberto-lamego>

Além de intelectuais e militares, dentre os precursores da antropologia no Brasil também houve alguns médicos, como Raimundo Nina Rodrigues, sobre quem falaremos com mais detalhe em outra aula, e **Roquette-Pinto**, que realizara diversos estudos junto aos índios paresí e nambiquaras, no contexto da Missão Rondon.

Roquette-Pinto

Foi médico de formação.

Em 1912, fez parte da Missão Rondon e passou várias semanas em contato com os índios nambiquaras que até então não haviam tido contato com a civilização. Com base nesse material etnográfico, publicou em 1917 o livro *Rondônia – antropologia etnográfica*. Sua atuação profissional também está associada ao meio cultural, pois foi um dos fundadores da radiofonia no país. A primeira rádio do país, foi fundada em 1922, foi dirigida por Roquette-Pinto.



Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_CE1szV_NBK4/TOMY9hLL_I/AAAAAAAAAAK4/uMt12pL7LKU/s1600/roquetePINTO%25281%2529.jpg

Herrmann Meyer

Nascido na Alemanha em 1883, Herrmann Meyer vem para São Paulo realizar um sonho de infância: estudar os índios da América do Sul. Seu primeiro contato é com os guarani-apapocuva, com os quais morou durante oito anos e de quem ganhou o nome Nimuendaju (“aquele que constrói sua própria casa”), que adotaria oficialmente mais tarde ao naturalizar-se brasileiro.

Fonte: <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/sociologia-e-antropologia/curt-nimuendaju-um-alemao-com-alma-de-indio>

Durante o século XIX, diversos antropólogos brasileiros e estrangeiros também foram responsáveis por realizar o primeiro contato com povos indígenas. O etnólogo alemão Karl Von den Steinen, em sua expedição de 1884, foi o primeiro pesquisador a descer o rio Xingu e descobriu os grupos indígenas. Posteriormente, outro etnólogo alemão, **Herrmann Meyer**, fez duas expedições ao Xingu e logo se dedicou ao estudo dos índios do noroeste da Amazônia, na região dos rios Japurá e Negro. Deu grande importância à classificação das línguas e ao registro de mitos indígenas, como o de Macunaíma. Mas durante este período, o mais notável pesquisador das sociedades indígenas foi o alemão Curt Nimuendajú que estudou os índios guarani.

Este pesquisador observou que os guarani migravam permanentemente por medo de uma inundação e estavam à procura de uma sonhada “Terra sem mal” em português, descrita como um lugar sem doenças e sem guerras. As migrações eram um dos principais instrumentos de resistência do povo guarani contra a colonização portuguesa e espanhola, e estavam sempre voltadas para o leste onde, segundo sua mitologia, encontrava-se o mar que deviam atravessar para alcançar essa sonhada terra.

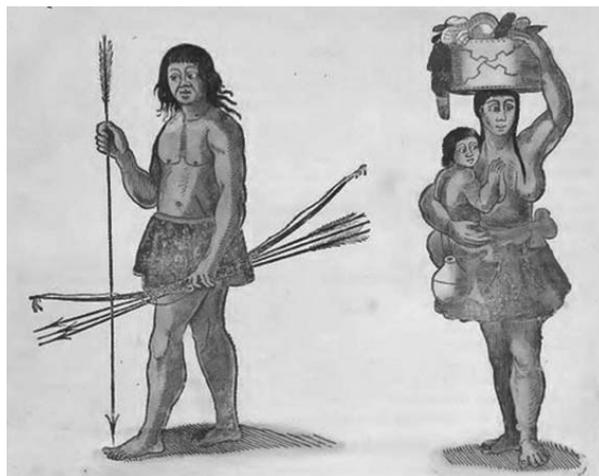


Figura 15.4: Homem e mulher tupi, como na obra *Historiae Rerum Naturalium Brasiliae*.

Fonte: <http://biblio.etnolinguistica.org/index:imagens>



O guarani pertence à família tupi-guarani do tronco linguístico tupi. No Brasil, é utilizado somente entre grupos indígenas, mas no Paraguai o guarani é uma língua oficial, tanto como o espanhol. A transmissão oral é o método mais utilizado na educação das crianças desse povo. A forma escrita do guarani na realidade é um fenômeno recente (1980) e foi sendo introduzida gradativamente, desde 1997, com a implantação de escolas bilíngues e da criação de Núcleos de Educação Indígena.

Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/13639/1/A-BUSCA-DO-PARAISO-MITOLOGICO-PELAS-CULTURAS-INDIGENA-GUARANI-E-AFRO-AMERICANA/pagina1.html#ixzz1FHm3FGon>



O mito de Macunaíma foi uma das fontes em que o escritor brasileiro Mário de Andrade inspirou-se para escrever o livro homônimo que trata da vida de um herói sem nenhum caráter, personagem que migra do interior para a grande metrópole. O livro *Macunaíma*, de Mário de Andrade (1893-1945) é considerado pelos críticos fundamental para a compreensão do Modernismo brasileiro.



Figura 15.5: Cartaz do filme *Macunaíma*. Filme brasileiro, de 1969, dirigido por Joaquim Pedro de Andrade.

Fonte: <http://www.miscampinas.com.br/adm/atividades-imagens/231bd14e0e.jpg>

A institucionalização da antropologia no Brasil: a carreira de antropologia na Universidade de São Paulo

Em 1934, foi criada a primeira faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Brasil na Universidade de São Paulo e foram convidados como professores vários antropólogos estrangeiros, como Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss. Este último, considerado um dos mais importantes antropólogos do século XX, realizou pesquisas no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940. Suas primeiras incursões foram no norte do Paraná onde teve seu primeiro contato com os índios, às margens do rio Tibagi. Em anos posteriores, realiza um estudo sobre os índios bororo, no Mato Grosso central, e graças a essa expedição obtém reconhecimento no meio acadêmico internacional. Mas ao longo desse período, realizou outras incursões em povos indígenas.



Depoimento de Lévi-Strauss sobre sua vinda ao Brasil

Minha carreira decidiu-se num domingo de outono de 1934, às 9 horas da manhã, através de um telefonema. Era Célestin Bouglé, então diretor da École Normale Supérieure; ele me tratava desde alguns anos com uma benevolência um pouco longínqua e reticente: em primeiro lugar, porque eu não tinha sido “normalista”, em seguida e sobretudo porque, mesmo que o tivesse sido, não pertenceria ao seu grupo, pelo qual ele manifestava sentimentos muito exclusivos; sem dúvida, não havia ninguém melhor, pois me perguntou abruptamente: — Continua com a intenção de se especializar em etnografia? — Certamente! — Então apresente sua candidatura como professor de Sociologia da Universidade de São Paulo. “Os arrabaldes estão repletos de índios, o senhor poderá dedicar-lhes os seus fins de semana” (citado por PEIXOTO, 1998, p. 80).

A experiência de Lévi-Strauss entre os índios nambikwara foi decisiva para o desenvolvimento de sua teoria sobre “As estruturas elementares do parentesco” e suas reflexões sobre mitos indígenas. Na década de 1960, publica um livro de quatro volumes, intitulado

Mythologiques, que constituiu um novo marco nos estudos de mitologia indígena. Do ponto de vista institucional, a antropologia surge na Universidade de São Paulo com a criação da cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi (1935) e da cadeira de Antropologia, criada em 1941, tendo como responsáveis professores estrangeiros, como Emílio Willems e Donald Pierson que se dedicaram a estudos de comunidades do interior do Brasil. Assim, entre as décadas de 1940 e 1960, desenvolve-se um campo importante de pesquisa antropológica, que envolve professores e alunos da Universidade de São Paulo, conhecido como “estudos de comunidade”.



O antropólogo Lévi-Strauss faleceu à idade de 100 anos em Paris, no ano de 2009.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Levi-strauss_260.jpg

Um estudo de comunidade

Emilio Willems e Charles Wagley eram professores da Universidade de Colúmbia e realizaram pesquisas em comunidades em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Um dos estudos de Willems foi sobre uma comunidade caipira de São Paulo, denominada Cunha (WILLEMS, 1945). Seu interesse era estudar a transição da estabilidade da vida tradicional para uma situação de aceleração

do desenvolvimento. A seguir, eu descreverei resumidamente esse estudo para que vocês possam identificar os temas que se abordam nos estudos de comunidade.

A comunidade de Cunha, como muitos povoados do interior, teria sido formada ao lado de uma estrada que conduzia de Parati a Minas Gerais e passou a ser um ponto obrigatório de pouso para os que se dirigiam ao sul de Minas. Segundo aponta o autor, Cunha, como grande parte dos povoados do Brasil colonial, teria surgido por um milagre. Pessoas que teriam visto desaparecer a imagem da Virgem de Conceição e reaparecer no mesmo local, onde decidiram construir um templo que logo virou o habitat de um grupo de famílias. Surgia assim, por volta de 1780, a comunidade de Cunha no interior do estado de São Paulo.

Também com grande parte das comunidades do interior, Cunha atravessa por mais de um século de decadência. Com a construção de uma estrada de ferro, o “caminho velho das Minas” é abandonado e o porto de Parati perde importância, tanto como o povoado de Cunha, que era um ponto de referência no trajeto. “A comunidade é praticamente esquecida”, dizia Willems, e sua decadência coincidirá com a do Vale da Paraíba e de toda a região cafeeira. “Esquecida e isolada do mundo, Cunha volta quase ao nível de uma economia de subsistência”. A situação volta a mudar na década de 1930 quando se construiu uma estrada ligando Cunha a Guaratinguetá, em Minas.

Na época da pesquisa, na década de 1940, o povoado Campos de Cunha era um conglomerado rural que possuía um núcleo urbano de trinta casas. Tinha um centro, igreja matriz, alguns comércios, telégrafo, clube de bairro, um médico e um advogado, e alguns animais de tração. Seu sistema econômico era praticamente de subsistência e de escambo local, e regional, a diferença de outros povoados do Vale de Paraíba que produziam açúcar ou café.

A primeira impressão que o pesquisador declara ter tido ao percorrer Cunha é que se tratava “de uma cidade que vive mais no passado do que no presente”. Para caracterizar a dinâmica da

comunidade, identificava condições de estabilidade e de instabilidade. Dentre os fatores que neutralizavam a mudança destacava o “isolamento geográfico”; o “predomínio de valores não econômicos sobre os econômicos”; a “organização coesa da família” e a “satisfação de necessidades dentro de expectativas tradicionais”. Dentre os fatores de “instabilidade”, chamava a atenção para a entrada de criadores de Minas Gerais, que substituíam a lavoura pelo pastoreio. Mas Willems não se limita às transformações na esfera econômica. Associa este processo migratório a consequências no plano cultural, uma vez que considerava que estes migrantes traziam valores culturais que provocavam conflitos com a cultura local onde prevalecia a crença em que “forças naturais e sobrenaturais, nos seus aspectos imprevisíveis e ameaçadores, eram controladas predominantemente por meios religiosos e mágicos” (WILLEMS, 1947, p. 169).



Em seu estudo sobre Cunha, Willems declara ter assistido a muitas apresentações de jongo que descreve da seguinte maneira:

Os participantes que formam uma grande roda repetem os vivas. Depois o jongueiro canta o primeiro “ponto”, uma espécie de adivinha ou desafio que precisa ser “desatado” por outro jongueiro. Somente a cuíca acompanha o “ponto”, mas depois, terminado o solo, o povo entra na roda e repete inúmeras vezes as últimas palavras à guisa de estribilho, acompanhado dos tambus e guaiá. A dança é circular, ao passo simples, mas de vez em quando os dançarinos, homens e mulheres mudam de direção, girando rapidamente em torno de si próprios. Quem queira “desatar o ponto”, grita “cachoeira” e imediatamente a dança cessa. O jongueiro que responde ao “ponto” de seu rival inicia cantando a saudação aos santos, às autoridades e ao povo. Depois “desata” e canta novo ponto, possivelmente mais difícil. Com as dificuldades o entusiasmo vai crescendo aos poucos. Depois de algumas horas, os torcedores e dançarinos são tomados de uma espécie de paroxismo: já não sentem cansaço, nem calor, nem frio, pois de outra maneira não se explicaria a extraordinária resistência dos participantes que somente param quando o sol já está alto. Durante o jongo (também chamado de “angona”) ouvem-se palavras aparentemente africanas, por exemplo, zamba, guanazamba, calunga, o karatá. Os que se destacam na cantoria e dança são quase todos os indivíduos de cor: pretos e mulatos escuros (WILLEMS, 1947, p. 145).

Estudos indígenas

Paralelamente aos estudos de comunidade, a antropologia acadêmica também se voltou aos estudos indígenas. Dentre estes estudos, associados ao desenvolvimento da teoria antropológica, destacam-se os realizados pelo professor Florestan Fernandes que realizou estudos sobre os índios tupinambá. Contrapondo-se à ideia de que guerra é um instinto humano, o estudo sobre essa tribo guerreira permite-lhe mostrar que guerra é um fato social que pode ser explicado a partir da organização social.

Ensaios de interpretação sobre o Brasil

Nas décadas de 1930 e 1940, ou seja, antes da institucionalização da antropologia acadêmica, desenvolveram-se alguns estudos muito importantes de interpretação sobre a cultura brasileira. Baseados em fontes históricas e documentais, estes estudos pretendiam mostrar nossa singularidade como cultura e sem dúvida a obra *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, é um dos estudos mais representativos. Mas esta linha de estudo teve continuidade em outros autores que, após a institucionalização da antropologia, também desenvolveram ensaios de interpretação.



Figura 15.6: Gilberto Freyre.

Fonte: http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/img/resumo-gilberto_freyre.jpg

Nesse polêmico livro, Freyre discute a formação da sociedade brasileira a partir das contribuições das raças branca, índia e negra, imbricado aos conceitos de raça e cultura. *Casa-grande & senzala* tem como tema central as origens da sociedade brasileira, vistas através do cotidiano na casa senhorial no Brasil colônia e a casa-grande é utilizada como uma metáfora do Brasil colonial, marcada pela monocultura açucareira e a sociedade patriarcal. Outro dos temas é o da sujeição do africano ao português, tanto nas relações de trabalho como sexuais. É um dos primeiros autores que destaca as contribuições do negro à cultura brasileira, marcando o fato de que foi no Brasil que aconteceu a fusão cultural e racial entre brancos e negros. A visão positiva do autor sobre a colonização foi interpretada por seus críticos como um esvaziamento do conflito entre colonizador e colonizado. Outros autores, como Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, viram na colonização portuguesa seu aspecto violento e predatório.



Figura 15.7: *Casa-grande & senzala*.

Fonte: http://3.bp.blogspot.com/-x5PzNMvh65w/Ta211WmeaJI/AAAAAAAdNw/Rf1mZBdZ6do/s1600/24534_406.jpg



Casa-grande & senzala é até hoje o ensaio brasileiro mais traduzido, com versões em inglês, francês, espanhol, italiano, alemão e polonês, além de mais de 20 edições no Brasil. Homenageado com colóquios, medalhas e títulos, Freyre é doutor *honoris causa* pelas universidades de Colúmbia, Coimbra, Paris, Sussex, Münster, Oxford e Recife. Obteve os prêmios Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, Aspen, do Instituto de Estudos Humanísticos dos EUA, e La Madonnina, da Itália. Foi condecorado pela França, pelo México, pela Venezuela, por Portugal e pela Espanha e recebeu a Ordem do Império Britânico das mãos da rainha Elizabeth II.

Nessa linha de estudos de interpretação sobre a cultura no Brasil, podemos citar *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e de *O povo brasileiro*, do antropólogo Darcy Ribeiro.

Neste livro, publicado em 1936, o autor define um elemento da cultura nacional que denomina “homem cordial”. Esta característica do povo brasileiro teria sido o resultado de uma cultura patrimonialista e personalista da sociedade brasileira em que predominariam as relações humanas amistosas e diretas, que rejeitam a polidez e a padronização, características da civilidade. Segundo o autor, a hegemonia de valores familiares e patriarcais, vinculada à figura do homem cordial, teriam impedido uma distinção clara entre a noção de público e privado, dificultando assim a constituição de um Estado ao modo liberal.

Já no livro *O povo brasileiro*, Darcy Ribeiro estuda a singularidade da formação étnica da população. A seguir, apresentamos um trecho da introdução:

A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado geneticamente à matriz

portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente. A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros, os signos de sua múltipla ancestralidade não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação. As únicas exceções são algumas microetnias tribais que sobreviveram como ilhas, cercadas pela população brasileira. (...) E, por último, a imigração, que introduziu, nesse magma, novos contingentes humanos, principalmente europeus, árabes e japoneses. Mas já o encontrando formado e capaz de absorvê-los e abrasilairá-los, apenas estrangeirou alguns brasileiros ao gerar diferenciações nas áreas ou nos estratos sociais onde os imigrantes mais se concentraram. (...) Mais que uma simples etnia, porém, o Brasil é uma etnia nacional, um povo-nação, assentado num território próprio e enquadrado dentro de um mesmo Estado para nele viver seu destino. Ao contrário da Espanha, na Europa, ou da Guatemala, na América, por exemplo, que são sociedades multiétnicas regidas por Estados unitários e, por isso mesmo, dilaceradas por conflitos interétnicos, os brasileiros integram-se em uma única etnia nacional, constituindo assim um só povo incorporado em uma nação unificada, num Estado uniétnico. A única exceção são as múltiplas microetnias tribais, tão imponderáveis que sua existência não afeta o destino nacional”.

(Darcy Ribeiro, *O povo brasileiro*, Introdução)

Para Darcy Ribeiro, a questão racial, que em outros países era motivo de conflitos, no Brasil não se constituía um problema. O problema, na visão do autor, era o abismo social entre ricos e pobres.

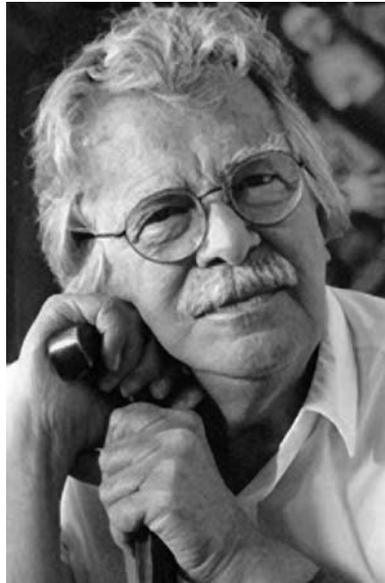


Figura 15.8: Darcy Ribeiro (1922–1997).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Darcy_Ribeiro_7.jpg

Darcy Ribeiro nasceu em Montes Claros (MG), em 26 de outubro de 1922. Diplomou-se em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1946), com especialização em Antropologia. Foi etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios e realizou estudos sobre povos indígenas do Mato Grosso, Amazonas, Brasil central, Paraná e Santa Catarina. Foi diretor de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do MEC (1957-61); presidente da Associação Brasileira de Antropologia e participou da gestão pública da área de Educação, junto com Anísio Teixeira. Foi o primeiro reitor da Universidade de Brasília e ministro da Educação do Governo Jânio Quadros (1961) e chefe da Casa Civil do Governo João Goulart. Com o golpe militar de 1964, exilou-se do país e viveu em vários países da América Latina. No exílio escreveu os cinco volumes de seus estudos de Antropologia da Civilização (*O processo civilizatório, As Américas e a civilização, O dilema da América Latina, Teoria do Brasil e Os índios e a civilização*), dois romances e diversos artigos e antologias. Em 1976, retornou ao Brasil. Foi eleito vice-governador do estado do Rio de Janeiro (1982) e secretário de estado da Cultura e coordenador do Programa Especial de Educação, durante o governo de Leonel Brizola. Em 1990, foi eleito Senador da República. Em 1995, lançou seu último livro, intitulado *O povo brasileiro*, e ainda um livro para adolescentes, *Noções das coisas*, com ilustrações de Ziraldo.

Conclusão

Hoje em dia, os temas de estudo da antropologia são muito diversos e incluem a antropologia urbana, a médica, o contato intercultural, migrações, a antropologia da religião, do esporte e muitas outras. O que existe em comum entre estes temas tão diversos? O que estes estudos têm em comum é compartilhar o mesmo método que, como vimos nas primeiras aulas, consiste no uso da etnografia e de outras metodologias de pesquisa de campo, e de teorias antropológicas que servem de referência para esses estudos.

Além dos temas clássicos da antropologia, relacionados com populações indígenas ou comunidades tradicionais, atualmente os antropólogos brasileiros também estudam e pesquisam grupos ou situações que acontecem nas grandes metrópoles. Porém, estas mudanças de objeto não significam o fim da antropologia e sim sua adaptação a novas realidades, mas seus métodos e técnicas, e seu interesse pela diferença cultural continuam sendo essencialmente os mesmos.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

No campo da antropologia, existem diversos congressos nacionais e internacionais que geralmente se realizam anualmente em diferentes universidades do país. Um deles é a Reunião de Antropologia do Mercosul, cujo próximo encontro será no ano de 2011, na cidade de Paraná. Ingresse no *site* do evento, <http://www.ram2011.org/>, no link Grupos de Trabalho. O Grupo de Trabalho é uma denominação dada a um conjunto de pesquisadores interessados pelo mesmo tema e que apresentam seus trabalhos para serem discutidos e divulgados. Na lista de GTs escolha um de seu interesse e comente o porquê dessa escolha.

Resposta Comentada

Eu escolhi o GT 15 Antropologia do trabalho e memória dos trabalhadores. A razão desta escolha reside em meu interesse pelo tema da memória social. Interessa-me saber como os trabalhadores da indústria constroem sua memória, especialmente durante o período de Vargas, quando foi instituída a legislação trabalhista.

Resumo

Os primeiros registros sobre comunidades indígenas nos trópicos foram realizados por viajantes, missionários e naturalistas que visitaram o Brasil. Estes naturalistas interessavam-se principalmente por fenômenos geográficos físicos e biológicos. Os primeiros etnólogos que estudaram indígenas no Brasil foram de origem estrangeira, pois a antropologia era um ramo novo das ciências, mesmo na Europa. Um dos precursores foi Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868), médico e botânico alemão, que realizou estudos sistemáticos sobre botânica na região de Amazônia e etnologia de culturas e línguas indígenas do Brasil.

Dentre os pesquisadores brasileiros, um dos precursores foi o poeta indianista Antônio Gonçalves Dias, que participou de uma expedição às províncias do Brasil setentrional, junto a uma equipe do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa “comissão científica” partiu em 1859, e Gonçalves Dias dedicou-se principalmente a estudos linguísticos e arqueológicos, mas seus estudos etnológicos foram principalmente com base em fontes secundárias. Outro dos pioneiros foi José Vieira Couto de Magalhães, militar que foi presidente das províncias de Goiás e de Mato Grosso, e que empreendeu uma longa viagem de navegação, em 1860, para estudar os indígenas das vizinhanças do Araguaia e Tocantins. Em seus estudos, defendia a ideia de que o índio deveria se miscigenar com os brancos, a fim de que estes criassem resistências ao ambiente físico do Brasil.

Outros dos precursores da antropologia foram os folcloristas, como Sílvio Romero, que realizou um registro de cantos e contos populares, publicados na obra *Etnografia brasileira*. Além de intelectuais e militares, dentre os precursores da antropologia no

Brasil também houve alguns médicos, como Raimundo Nina Rodrigues, sobre quem falaremos com mais detalhe em outra aula, e Roquette-Pinto, que realizara diversos estudos junto aos índios Paresí e Nambiquaras, no contexto da Missão Rondon.

Durante o século XIX, diversos antropólogos brasileiros e estrangeiros também foram responsáveis por realizar o primeiro contato com povos indígenas. O etnólogo alemão Karl Von den Steinen, em sua expedição de 1884, foi o primeiro pesquisador a entrar em contato com os índios do rio Xingu, enquanto Curt Nimuendajú realizava o primeiro contato com os índios guarani.

A antropologia acadêmica inicia-se no Brasil na década de 1930, quando se criou a primeira faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Brasil, na Universidade de São Paulo, e foram convidados como professores vários antropólogos estrangeiros, como Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss. A experiência de Lévi-Strauss entre os índios no Brasil foi decisiva para o desenvolvimento de sua teoria sobre As estruturas elementares do parentesco e suas reflexões sobre mitos indígenas. Com a criação da cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi e da cadeira de Antropologia, institucionaliza-se esse campo de estudo na Universidade de São Paulo, tendo como responsáveis professores estrangeiros, como Emílio Willems e Donald Pierson, que se dedicaram a estudos de comunidades do interior do Brasil.

Dentre os trabalhos deste período de institucionalização da antropologia, destacam-se os do antropólogo e sociólogo paulista Florestan Fernandes, que realizou estudos sobre os índios Tupinambá. Também deve-se destacar os estudos de interpretação sobre a sociedade brasileira, realizados por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro.

16

Turismo e globalização

Diony Maria Soares

Meta da aula

Apresentar pontos que articulam a atividade do turismo ao processo da globalização.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1** identificar as principais características da globalização;
- 2** articular o processo de consolidação e expansão da atividade turística com o processo da globalização;
- 3** estabelecer uma relação entre a globalização, o turismo e as culturas locais dos países emergentes.

Introdução – Um mundo cada vez menor

A Revolução Industrial, no século XVIII, foi um importante marco para o surgimento do turismo. Antes desta data, as viagens não tinham perspectiva turística, além de serem possíveis apenas a uma pequena parcela da população.

Foi somente a partir do começo do século XX, com o desenvolvimento de diferentes tipos de meios de transporte, que começaram a se delinear as bases para a organização da atividade turística.



Athnewma

Figura 16.1: O desenvolvimento dos meios de transportes foi essencial para o turismo.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/209448>

No final da primeira metade do século XX, o crescimento urbano, a expansão dos serviços e o aumento dos fluxos da informação incentivaram ainda mais os deslocamentos de pessoas. Começa, então, um período classificado de turismo industrial, no qual o deslocamento massivo de pessoas gerou importantes consequências políticas, econômicas, sociais e ambientais. Algumas foram consideradas benéficas, já outras tidas como bastante problemáticas.

A evolução dos transportes aéreos, o aumento do poder aquisitivo das populações e o direito a férias remuneradas aumentaram também o acesso a viagens intercontinentais. Ampliaram-se, desta forma, as fronteiras do planeta.

Mais fortemente a partir das três últimas décadas do século XX, o turismo passa a integrar o processo mundial de globalização da economia.

A intervenção da atividade turística em comunidades, incluindo aquelas até então isoladas ou quase isso, passou a significar uma intervenção nos destinos das populações.



Figura 16.2: O turismo é uma das principais atividades do mundo globalizado.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1102237>

No entanto, cabe salientar que, apesar do crescimento do fluxo de turistas pelo mundo, sua distribuição é bastante desigual e sua concentração está relacionada a regiões e países que oferecem melhor infraestrutura para receber viajantes. Paralelamente a isso, tendo em vista que as desigualdades sociais e econômicas persistem no mundo globalizado, é possível inferir que a maioria da população do planeta jamais conhecerá outros países. Jamais participará do fluxo interno e mundial de pessoas que o turismo propicia.

A globalização

Alguns estudos consideram que a mundialização e a internacionalização foram processos que antecederam a globalização. A Revolução Industrial inglesa (1780) e a Revolução Francesa (1789) demarcam um período em que o mundo passou a ser abalizado pela ascensão do capitalismo industrial e de novos valores políticos, econômicos, sociais e culturais.



Nicolás Peréz

Figura 16.3: Motor a vapor de Watt que impulsionou a Revolução Industrial.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Maquina_vapor_Watt_ETSIM.jpg

Tais revoluções seriam as primeiras alavancas para o início de um processo de mundialização. Esse processo se caracterizou pelo aumento gradativo de relações, contatos e fluxos que se estabeleceram entre os povos.

Já a internacionalização, intrínseca à mundialização, teve seu surgimento a partir do envolvimento do Estado moderno nesse processo de relações mundiais, ou seja, a internacionalização caracteriza-se pelo surgimento de instâncias supraestatais, nas quais as decisões são tomadas fora do âmbito nacional, disso resultando a diminuição do poder soberano do Estado-Nação.

A integração em comunidades supraestatais – ou supranacionais – afeta, decisivamente, muitos países, principalmente os europeus ocidentais. A progressiva construção da Comunidade Econômica Europeia é considerada um paradigma neste processo.

Com a ascensão de novas fontes de produção jurídica, as integrações regionais retiram da organização estatal a capacidade de decidir sobre diversos tópicos, que passam a ser regidos por meio de acordos internacionais.

A globalização, um processo consolidado nas últimas décadas do século XX, é um estágio do capitalismo globalizado. Suas características principais são a ascensão dos grandes grupos econômicos transnacionais e o enfraquecimento dos Estados-Nação, em um contexto de aceleração do tempo e diminuição do espaço. O que significa dizer que a globalização está relacionada ao surgimento de uma sociedade mundial sem fronteiras definidas, regida pelo uso da informação e da tecnologia e por fluxos e interações globais, incluindo neste item o deslocamento em massa de pessoas.



Brian W. Tobin

Figura 16.4: O deslocamento em massa de pessoas, uma das características marcantes da globalização.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/btobin/2103056510/sizes/o/in/photostream/>



A globalização é um processo dinâmico e multifacetado que se insere na lógica do desenvolvimento desigual do capitalismo, significando que a distribuição de bens e serviços não é a mesma em todos os lugares do planeta, ou seja, o processo de homogeneização das culturas e dos espaços precisa ser relativizado, uma vez que as diferenças continuam.

Milton Santos



Um dos mais respeitados intelectuais brasileiros, Milton Santos era considerado um dos mais conceituados geógrafos do mundo. Nasceu no interior da Bahia, em 1926. Em 1948, graduou-se em Direito pela UFBA (Universidade Federal da Bahia) e, em 1958, obteve o título de doutor em Geografia na França, pela Universidade de Estrasburgo. Exilado pela ditadura militar, entre 1964 e 1977, foi professor em universidades da França, dos Estados Unidos, do Canadá, do Peru, da Venezuela e da Tanzânia. Milton Santos foi o único intelectual fora do mundo anglo-saxão a receber pelo conjunto de sua obra o prêmio *Vantrín Lud*, a maior premiação mundial da Geografia. Morreu em 2001, aos 71 anos.

Fonte: http://www.nossosao-paulo.com.br/Reg_SP/Educao/MiltonSantos.htm

A partir disso, é possível inferir que a globalização é excludente, como afirma o geógrafo brasileiro **Milton Santos**, que considera que “não existe um espaço global, mas, apenas, espaços de globalização”, ou seja, a expansão dos meios de transporte e de comunicação assinalam um tempo no qual a ciência, a tecnologia e a informação constituem a base técnica da vida social. Forma-se um novo meio geográfico, no qual a sociedade produz seu espaço. Isso resulta na intensificação das redes geográficas, possibilitando a ampliação das relações políticas, sociais, culturais e econômicas entre os diferentes lugares do mundo.

Na hierarquia dos espaços da globalização, os conglomerados das empresas transnacionais comandam o capital, centralizam as informações e controlam a descentralização das operações em pontos selecionados do espaço mundial. Dentre eles, algumas grandes cidades dos países periféricos, como Seul, Cidade do México e São Paulo. Desta forma, o que passa a existir, portanto, são realidades paradoxais, que permitem que dividam o mesmo espaço urbano, por exemplo, hotéis de padrão internacional e complexos habitacionais sem urbanização, como é o caso das favelas.



Figura 16.5: Seul, Cidade do México e São Paulo, respectivamente.

Fontes: (a) http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1b/Gangnam-gu,_Seoul,_South_Korea_-_February_2009.jpg; (b) <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a3/Mexico-city-cathedral.jpg>; (c) http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d9/S%C3%A3o_Paulo_City.jpg.

O processo de globalização tem sido diretamente relacionado ao turismo, sendo tomado como ponto de partida de argumentações que pretendem colocar a atividade turística como meio para o desenvolvimento social e econômico, ou seja, com a globalização, o turismo torna-se uma poderosa ferramenta na busca da competitividade.

Neste aspecto, a globalização implica em uma mudança no conceito de turismo. Ao invés de um fenômeno social do encontro, o turismo passa a ser considerado um setor econômico capaz de atrair bens e serviços que qualifiquem a oferta e estimulem a demanda.

Sendo assim, estudos consideram que uma orientação econômica globalizada para o turismo dificulta a sua compreensão como fenômeno social. Assim, o turismo perde seu valor como objeto de estudo para observação de características das sociedades.

As etapas do capitalismo e os meios de transportes

Com o passar do tempo, a indústria do turismo foi configurando-se no cenário econômico e político mundial como uma forma de reprodução de capital fortemente agregada ao mercado mundial. Passou a atuar no mercado interno e na captação de divisas no comércio internacional, no qual turistas são consumidores.



A atividade turística como expressão da crescente mobilidade do ser humano no espaço geográfico está associada às etapas do capitalismo. Vai do capitalismo comercial, passando pelo capitalismo industrial, até o atual capitalismo financeiro globalizado.

As sucessivas inovações tecnológicas, sobretudo nos setores dos transportes e das comunicações, contribuíram para a massificação do consumo e, conseqüentemente, para a indústria de viagens. Esse tipo de desenvolvimento tecnológico permitiu o “encurtamento dos espaços”, fazendo com que lugares anteriormente inacessíveis se tornassem mais fáceis de se chegar.

Alguns estudos apontam que o desenvolvimento do transporte ferroviário, entre meados do século XIX e o início do século XX, marcou o nascimento do turismo organizado, assim como o surgimento das agências de viagem. Nos períodos imediatamente anteriores e posteriores à Primeira Guerra Mundial, com o desenvolvimento do transporte marítimo, verifica-se o desenvolvimento dos cruzeiros marítimos e do turismo transcontinental de luxo.



Figura 16.6: O transatlântico RMS *Queen Mary* foi usado de 1936 a 1967. Depois disso, transformou-se em museu e hotel permanentemente ancorado na Califórnia.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c6/Queen_Mary_hotel.jpg

Após a Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1970, o desenvolvimento do transporte aéreo impulsionou mais ainda o turismo internacional, transformando-o em turismo massivo. Neste mesmo período, desenvolve-se o transporte rodoviário e, conseqüentemente, há uma enorme expansão do turismo doméstico.

A partir de meados da década de 1970 do século XX, o turismo massivo passa a integrar o uso de vários meios de transporte (eixos rodoviário, ferroviário e aéreo) nas viagens turísticas de longa distância.



Figura 16.7: O turismo massivo integra diversos meios de transporte.

Fontes: (a) <http://www.sxc.hu/photo/1198014>; (b) <http://www.sxc.hu/photo/1106948>; (c) <http://www.sxc.hu/photo/665543>.

O papel da mídia

Com a disseminação de uma cultura mundial transfronteiras e em tempo real, viabilizada por inúmeros avanços tecnológicos, a atividade turística consolida-se nas últimas décadas do século XX.

Tendo no espaço geográfico o seu principal objeto de consumo, a indústria do turismo explora a mercantilização desse espaço, massificando-o por intermédio da publicidade. O que significa dizer que o espaço turístico resulta do estímulo do imaginário coletivo. Sendo assim, espaços turísticos são criados e sustentados pela intervenção da mídia.

Por intermédio de sua participação ímpar no processo de globalização, a mídia tem grande relevância na transformação do turismo em uma das principais atividades econômicas do mundo contemporâneo.

Neste sentido, o turismo influencia na geopolítica e na geoeconomia mundial, deixando de ser apenas um complexo socioeconômico para se tornar uma das forças transformadoras do mundo pós-industrial, ou seja, somado às novas tecnologias, em especial as da informação, o turismo está redesenhando as estruturas mundiais.



Antes de prosseguirmos, vamos entender os conceitos que foram mostrados no último parágrafo:

Geopolítica – é uma área da Geografia que interpreta os fatos da atualidade e o desenvolvimento político dos países, usando como parâmetros principais as informações geográficas. A geopolítica busca compreender e explicar os conflitos internacionais e as principais questões políticas da atualidade, entre elas, a globalização.

Geoeconomia – é a dimensão geoeconômica que assume importância crescente no modo como os diversos espaços se inserem na economia mundial em permanente mutação. Para a geoeconomia, o território nacional não é um ente estático, mas dinâmico, em sua forma, estrutura e organização. A expansão das redes globais e a aceleração da velocidade entre os diversos circuitos alteram constantemente as dimensões relativas dos territórios nacionais. Neste contexto, somente o conhecimento detalhado de suas condições naturais, sociais e culturais pode garantir a verdadeira soberania.

Mundo pós-industrial – O capitalismo pós-industrial (sociedade pós-industrial) provém de um conjunto de situações, tais como o desenvolvimento tecnológico, o aumento da vida média da população, a difusão da escolarização e da mídia. O mundo pós-industrial se diferencia do capitalismo industrial (sociedade industrial) a partir do predomínio do setor de serviços. A sociedade industrial se caracterizou pela padronização das mercadorias e a especialização do trabalho. Na sociedade pós-industrial, o que conta é a qualidade da vida, a intelectualização e a desestruturalização do tempo e do espaço, ou seja, fazer uma mesma coisa em tempos e lugares diferentes (simultaneidade). O mundo pós-industrial é conhecido também como a era da informação e do conhecimento.

Resposta Comentada

A globalização refere-se a um estágio de capitalismo globalizado, cujas características principais são a ascensão dos grandes grupos econômicos transnacionais e o enfraquecimento dos Estados-Nação, em um contexto de aceleração do tempo e diminuição do espaço. Significa o surgimento de uma sociedade sem fronteiras definidas, regida pelo uso da informação e da tecnologia e por fluxos e interações globais. Inclui-se neste item o deslocamento em massa de pessoas, com destaque para o crescimento da atividade do turismo. A globalização é um processo dinâmico e multifacetado, que se insere na lógica do desenvolvimento desigual do capitalismo, significando que a distribuição de bens e serviços não é a mesma em todos os lugares do planeta. Com o enfraquecimento da intervenção do Estado, há uma conseqüente diminuição de incentivos para grupos econômicos locais, sejam eles grandes ou pequenos e independentemente das suas áreas de atuação. Sendo assim, empresas e indústrias não capacitadas para competir com os grandes grupos transnacionais ou não capacitadas para ser incorporadas por estes grupos tendem a se tornar inviáveis. Esse quadro torna-se ainda mais dramático nos países periféricos.

Espaços homogeneizados: a segurança e o conforto

Com a globalização, o turismo expandiu-se e desdobrou-se em inúmeras modalidades que podem ocorrer ao mesmo tempo num mesmo país, em escalas regionais ou locais, o que significa dizer que todos os territórios são alvos para a expansão. Regiões submarinas, desertos, zonas glaciais, enfim, nenhum espaço é desprezado.



Figura 16.8: Mergulhar para conhecer as belezas submarinas é a principal atração para visitantes do arquipélago Fernando de Noronha.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/58/Fernando_noronha.jpg

Uma das vertentes dessa expansão caracteriza-se pela homogeneização de diferentes espaços. Características que identificam o lugar como único podem ser ignoradas. São construídos *resorts* padronizados, onde as pessoas “se sentem em casa”. Esses espaços voltados especificamente para a atividade turística são paradoxalmente iguais, localizados em qualquer parte do mundo, erguidos e mantidos indiferentes ao entorno, cercados por muros. Neles, turistas são confinados durante quase toda a sua estada. As excursões extramuros são programadas. As aventuras encenadas, rigorosamente controladas e sem riscos.

No turismo massivo, bastam as aparências. Em muitos casos, apesar da busca pelo desconhecido, pelo inusitado e pela aventura, turistas ficam satisfeitos com a segurança, o conforto e o status que a viagem propicia.



Figura 16.9: No turismo massivo, bastam as aparências.

O turismo e o meio ambiente

Os efeitos do processo da globalização são cada vez mais sentidos no meio ambiente. Um dos diferentes fatores que contribuem para isso é o turismo, por intermédio do impacto ambiental causado pela inserção cada vez maior de espaços no

universo turístico, bem como pelas significativas porções da atividade turística que estão voltadas para o consumo do meio ambiente. Neste sentido, estudos analisam os efeitos da relação entre a globalização, o turismo e o meio ambiente.

Entre diferentes abordagens sobre essa questão, destacam-se algumas reflexões de Milton Santos. Ao invés do conceito de meio ambiente, esse autor trabalha com o conceito de natureza. Para ele, existem sucessivos sistemas da natureza. A natureza é continente e conteúdo do ser humano, ou seja, a natureza não é somente o hábitat do ser humano. O ser humano também é parte integrante da natureza.

Desta forma, ele propõe uma abordagem muito mais direcionada ao *ambiente* do que o *meio* em si, ou seja, os aspectos humanos ganham destaque em relação aos aspectos físicos.



O meio ambiente não se explica apenas pela organização das forças físicas da natureza, e sim pela interação com o ser humano.



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/870593>

Milton Santos lembra ainda que a interação entre o ser humano e as forças da natureza, hoje mediada por inúmeras técnicas e tecnologias, ao longo da história já se apresentou de forma diferente: uma relação chamada por ele de *natureza amiga*, na qual havia uma perfeita relação entre os elementos da natureza e a ação humana. Nela, o ser humano utilizava-se da natureza para sua sobrevivência, sem agredi-la.

Na concepção do autor, o processo da globalização unificou também a natureza mundial. Com as técnicas e as tecnologias, a natureza deixou de ser amiga e passou a ser vista como uma natureza hostil, uma vez que passou a ser dominada por alguns grupos sociais que, ao invés de uma complementaridade, lhe imprimem uma relação de exploração.

Vinculada ao processo da globalização, a atividade turística utiliza-se constantemente da *natureza hostil* ou mesmo do *ambiente hostil*, numa ação de exploração e consumo. É essa a relação que permeia hoje em dia o discurso de meio ambiente, em muitos casos, direcionado para interesses de grupos economicamente poderosos, muitas vezes transnacionais. Uma trama, na qual a mídia exerce um papel fundamental a partir da legitimação desse discurso.

Milton Santos focaliza também a *natureza espetáculo*, que ele considera uma invenção dos meios de comunicação. Para esse autor, essa natureza espetáculo tende progressivamente a sobressair-se da *natureza histórica*, produto da ação humana ao longo do tempo.

O discurso e a prática do turismo se utilizam em grande parte dessa *natureza espetáculo* que, também na visão desse autor, esconde o ambiente histórico, num processo que, por vezes, falseia espaços locais.

Soma-se a isso a aceleração da velocidade das transformações dos lugares dominados pelos grandes capitais e movidos constantemente pela competição mundial, tendo em vista a criação de espaços semelhantes em termos de conforto.



Antes de prosseguirmos, vamos destacar os conceitos que foram mostrados no último parágrafo:

Natureza amiga – na qual havia uma perfeita relação entre os elementos da natureza e a ação humana;

Natureza hostil – fruto da dominação de alguns grupos sociais que, ao invés de uma relação de complementaridade, imprimem uma relação de exploração da natureza;

Natureza histórica – produto da ação humana ao longo do tempo;

Natureza espetáculo – aquela que é inventada pelos meios de comunicação e esconde o ambiente histórico, num processo que, por vezes, falseia espaços locais.

O lazer pós-industrial

O processo de urbanização, ao mesmo tempo em que cria a necessidade do lazer, não consegue atender à população. A necessidade da atividade turística aumenta com as sociedades pós-industriais ou pós-modernas.

A urbanização massiva e a sociedade pós-industrial contribuíram para transformar o lazer em necessidade básica. As pessoas “precisam” preencher o tempo livre com atividades de lazer. Surgem então atividades de lazer que geram novas fontes econômicas. O turismo enquadra-se neste formato, procurando organizar e planejar o tempo livre da sociedade atual.

Além de contribuir para a circulação do capital, a melhoria econômica de uma região e o consumo dos lugares e do meio ambiente, o turismo passa a exigir novos modelos de espaços que correspondem aos novos tipos de relações.

Isso significa dizer que, nas sociedades pós-industriais, lazer e entretenimento movimentam astronômicos recursos em investimentos e lucros. O aumento do tempo livre desenvolveu o turismo. Como esse tempo tende a aumentar com o passar dos anos, aos poucos também aumentam substancialmente as atividades ligadas à sua utilização.



Figura 16.10: Grandes festivais de música mobilizam investimentos e recursos, atraindo muitos turistas de diversas partes do mundo.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2d/OtherStagefriday2004.jpg>

Os constantes avanços tecnológicos e a velocidade dos deslocamentos reduzem as distâncias e facilitam a relação entre diferentes grupos sociais. A princípio, qualquer parte do mundo está acessível a todos. Um contexto marcado por trocas culturais constantes.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Leia as três notícias a seguir:

Líder do PT diz que Lula pediu a parlamentares alternativa para financiar a saúde

Dezembro de 2010

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quinta-feira (9) que é preciso encontrar uma forma de financiar a saúde. Em café da manhã com a bancada do PT no

Congresso, ele lamentou a derrubada da Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) e fez um balanço da relação entre o Parlamento e seu governo. Segundo o líder do PT na Câmara, deputado Fernando Ferro (PE), Lula pediu maior articulação dos partidos da base governista na gestão da presidenta eleita, Dilma Rousseff.

O presidente disse que tem mágoas do Senado por causa da CPMF e afirmou que é preciso encontrar uma forma de financiar a saúde, disse o deputado. Ele afirmou que Lula, no entanto, não apontou qual poderia ser a alternativa para aumentar investimentos na área. O presidente também pediu que, durante a gestão de Dilma, deputados e senadores não deixem a oposição sem resposta. Lula disse que não era permitido a essa bancada ficar ausente, afirmou o líder do PT na Câmara (AQUINO, Yara).

Fonte: Agência Brasil.

Estados e municípios poderão se endividar mais por Copa e Olimpíada

Novembro de 2010

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira, a medida provisória (MP) 496 que autoriza o aumento do limite de endividamento de Estados e Municípios para financiar obras de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A MP amplia a margem de endividamento dos entes federativos mesmo que a dívida seja maior que sua Receita Líquida Real (RLR). A matéria segue para deliberação pelos senadores.

A MP prevê ainda a renegociação de dívidas e da margem para endividamento de Estados e Municípios também para obras de saneamento e mobilidade urbana nas cidades que receberão os jogos da Copa do Mundo e as competições da Olimpíada (COBUCCI, Luciana).

Fonte: Luciana Cobucci, do Terra Notícias.

terceira notícias ratificam a forte relação entre a globalização e os fluxos e as interações globais, em especial aqueles decorrentes da atividade turística. Neste aspecto, os países apostam alto nos grandes eventos de cunho internacional, acreditando que o retorno – econômico e de infraestrutura – que resultará da atividade turística vale a pena. Isso justificaria, por exemplo, o aumento do limite de endividamento de estados e municípios para financiar obras de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, ou seja, o turismo tornou-se uma poderosa ferramenta dos países na busca da competitividade. A atividade turística se expandiu e se desdobrou em inúmeras modalidades, sendo tomada como ponto de partida de argumentações que pretendem colocá-la como meio para o desenvolvimento social e econômico dos países.

Bacia Europa-Mediterrâneo *versus* países emergentes

A despeito da globalização progressiva, a atividade turística continua concentrada em algumas regiões do planeta, com destaque para o protagonismo da bacia Europa-Mediterrâneo. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), quase 2/3 das zonas de **geoturismo** receptoras do turismo internacional localizam-se na Europa.

Se quiserem ser inseridos no mercado internacional por intermédio do **turismo receptor**, os países em desenvolvimento e os emergentes necessitam adaptar as suas políticas públicas de turismo às recomendações do comércio internacional. Para isso, precisam oferecer destinos e produtos turísticos em condições competitivas.

Alguns estudos apontam ainda que a inserção dos países emergentes no mercado do turismo receptor, além de permitir o acesso dessas nações à prosperidade, aumenta a divisão do trabalho internacional e muda a natureza do turismo internacional.

Geoturismo

Possui duas definições amplamente utilizadas: 1) é o turismo que se apoia ou valoriza as características geográficas do lugar em foco, incluindo-se o meio ambiente, a cultura local, a herança estética e o bem-estar da população local; 2) é a atividade de prover subsídios que possibilitem aos turistas adquirir o conhecimento necessário para compreender a geologia e geomorfologia de um local, além da apreciação de sua beleza cênica.

Turismo receptor

É aquele relacionado ao local que recebe visitantes de outros países ou de outras regiões do país.



Figura 16.11: O estreito de Gibraltar é uma separação natural entre o mar Mediterrâneo e o oceano Atlântico. O mar Mediterrâneo, cujas águas são geralmente quentes, localiza-se entre a Europa meridional, a Ásia ocidental e a África setentrional.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b8/Gibraltar-Europa-Point-LH-from-the-sea.jpg>



Exceto em alguns períodos, a primeira década do século XXI caracterizou-se pelo acelerado crescimento dos deslocamentos internacionais de turistas. No entanto, o crescimento registrado foi diferente entre as regiões consideradas pela OMT. Nos primeiros meses de 2010, por exemplo, o Oriente Médio teve aumento de 33% nas chegadas internacionais, seguido por Ásia e Pacífico, com crescimento de 12%, pela África, com 7%, e pelas Américas, com 6%. Neste mesmo período, o pior resultado foi verificado na Europa, onde o número de chegadas internacionais aumentou apenas 0,3%.

Fatores que fomentam o crescimento do turismo internacional no mundo atual

Sabe o que gera o crescimento do turismo atualmente no mundo? Algumas das características abaixo:

- o aumento da riqueza global;
- os aperfeiçoamentos da tecnologia;
- a liberalização do espaço aéreo internacional;
- os voos mais baratos;
- o uso da internet como instrumento de viagem.

Alguns desses fatores também contribuem para uma tendência de viagens internacionais com predomínio de motivações de reencontro com a natureza, de caráter familiar e bem intimista.

Outras tendências relevantes do turismo globalizado são as viagens de férias, com duração mais curta e em diferentes épocas do ano, e a polarização das preferências dos turistas no conforto básico e na aventura orientada.



O Museu do Louvre de Paris foi o museu de arte mais visitado do mundo em 2009, atraindo 8,5 milhões de pessoas, na frente do British Museum de Londres (5,56 milhões) e do Museu Metropolitano de Nova York (4,89 milhões), de acordo com a revista britânica *The Art Newspaper*. O *ranking*, no qual não figura nenhum representante latino-americano, inclui sete museus espanhóis, encabeçados pelo Prado (nono, com 2,76 milhões), o Rainha Sofia (16º, com 2,08 milhões), ambos em Madri, e o Museu Picasso de Barcelona (41º, com 1,06 milhões). Paris, que além do Louvre tem o Centro Pompidou (7º) e o Museu d'Orsay (8º) entre os dez primeiros, rivaliza com Londres, que coloca também a National Gallery (4º) e a Tate Modern (5º) como principais destinos.

Paralelamente, a revista elaborou uma classificação das exposições mais vistas, na qual as quatro primeiras foram organizadas no Japão.

Fonte: AFP / <http://viagem.uol.com.br/ultnot/afp/2010/04/01/ult3641u526.jhtm>



Quer viajar sem sair de casa? Então faça uma visita virtual ao Museu do Louvre no seguinte endereço:
<http://www.louvre.fr/llv/commun/home.jsp?bmLocale=en>



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/54/Louvre.jpg>

Planejamento e políticas públicas

Especialistas em economia apostam no apoio ao turismo por acreditarem que esse pode oferecer postos de trabalho, exportações e receita fiscal para muitos países, em especial para os que sofrem restrições com o déficit público e a diminuição do consumo interno.

Alguns estudos consideram, no entanto, um equívoco a valorização excessiva do turista estrangeiro em detrimento do turista doméstico. Segundo esses estudos, ambos são importantes e o melhor caminho é a diversificação.

É consenso que países em desenvolvimento e emergentes precisam planejar e definir políticas públicas para a organização de roteiros turísticos competitivos, que podem envolver a valorização de aspectos regionais e/ou a criação de roteiros abrangentes que incluam vários locais para visitação.



O México é o país mais visitado por turistas estrangeiros na América Latina

As receitas do turismo internacional são uma importante fonte de divisas para vários dos países da América Latina, representando uma porcentagem importante do Produto Interno Bruto (PIB), assim como uma fonte importante de emprego. Durante vários anos, o México tem sido o país mais visitado por turistas estrangeiros na América Latina. Segundo o Fórum Econômico Mundial (FEM), vários dos países da América Latina apresentam deficiências, por exemplo, nas áreas de infraestrutura e segurança. Porém, são competitivos nos aspectos relativos a recursos culturais e naturais, que são fatores atrativos de investimentos para o desenvolvimento de negócios no setor de viagens e turismo.



Figura 16.12: “El Castillo” (o castelo): ponto turístico importante do México.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4d/El_Castillo_Stitch_2008_Edit_2.jpg

As novas tendências do turismo apontam que o crescimento sustentável é hoje um grande desafio. Um caminho para a sustentabilidade pode ser apontado pelo crescimento do turismo endógeno, no qual o turista é incentivado a conhecer melhor a sua própria região. Para isso, as áreas passam a ser valorizadas de acordo com as suas características específicas em termos históricos, étnicos, culturais ou paisagísticos.



Sustentabilidade

Bastante utilizado quando se trata de perspectivas para a atividade turística, o conceito de sustentabilidade provavelmente nasceu em 1987, quando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente apresentou, na Organização das Nações Unidas (ONU), um diagnóstico dos problemas ambientais e um documento propondo que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental.

A ONU define sustentabilidade como “o atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometer a possibilidade de satisfação das necessidades das gerações futuras”. Sustentabilidade significa sobrevivência dos recursos naturais, dos empreendimentos e da própria sociedade, ou seja, para qualquer empreendimento se tornar viável, ele terá de ser socialmente justo, ambientalmente responsável e economicamente lucrativo.

Estudos apontam que as políticas públicas de turismo nos países emergentes devem ser definidas de acordo com a própria dinâmica da atividade, tendo em vista estratégias de desenvolvimento sustentável voltadas à regionalização.

Tal opção pode resultar em um enfrentamento à internacionalização da economia, à competitividade e ao esgotamento das verbas públicas. Um enfrentamento que pode ter como consequência a inclusão de populações desfavorecidas, ou seja, a diminuição das desigualdades. Neste sentido, um dos principais exemplos do potencial da atividade turística é a China, que identificou o turismo como pilar estratégico de sua economia.



Figura 16.13: A China é um exemplo do potencial da atividade turística.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/998625>

As escalas no planejamento

O planejamento do ambiente turístico está relacionado à noção de escala, sendo necessária a análise segundo aquilo que compete a cada instância. As diferentes escalas possibilitam um melhor (re)dimensionamento do planejamento da atividade turística. A análise *escalar geral* deve se ocupar daquilo que homogeneiza os países e a economia, estabelecendo uma relação de dependência entre eles. Essa escala muitas vezes é regulada e influenciada pelas resoluções da Organização Mundial do Turismo (OMT).



A *escala nacional* se preocupa com as conjunturas apresentadas pela economia interna do país e sua repercussão para a sociedade e para o espaço. Tal escala, a princípio, cabe a empresas públicas de abrangência nacional, que se responsabilizam por grande parte da política nacional de turismo. Os profissionais da área de turismo acompanham e propõem ideias para essa escala de planejamento. As *escalas regionais* e locais buscam encontrar contradições internas em um território ou lugar provenientes do nível de desenvolvimento econômico de cada região e interesses direcionados. Nessas escalas, o papel do planejador turístico é fundamental.

O planejamento turístico é um instrumento ímpar para efetivar políticas para o desenvolvimento regional e local. Isso significa a maximização do potencial da atividade turística, que pode ser obtida, por exemplo, a partir de investimentos em aeroportos internacionais, rodovias, rede hoteleira, incremento do comércio, entre outros, ou seja, uma organização voltada para a otimização da atividade turística que atende aos interesses dos capitais mundiais, bem como ao “sonho de consumo” da “população globalizada”, carente de preencher seus tempos livres.

Cabe destacar, ainda, que esta nova lógica de desenvolvimento e planejamento do ambiente turístico também impõe um novo entendimento em relação às especificidades regionais. O planejamento deve levar em conta as desigualdades sociais que são provocadas pela diferenciação de desenvolvimento tecnológico em cada região.

A globalização, o turismo e as cidades

Na cidade industrial da primeira metade do século XX, a economia era voltada para a força do trabalho e o mercado local, ficando o planejamento urbano orientado basicamente para o embelezamento e o saneamento.

A partir da década de 1930 do século XX, os Estados começam a se responsabilizar pela salvaguarda dos monumentos e passam a elaborar legislação a esse respeito.

Essas políticas de preservação do patrimônio cultural passaram a utilizar como referência conceitual as “Cartas patrimoniais”, documentos elaborados em um contexto global institucional que têm como intuito uniformizar os discursos do cuidado aos bens culturais.

O I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumento, realizado em 1931, é considerado o marco inicial de todo o processo. Nele, elabora-se o primeiro documento de recomendações internacionais de conservação, manutenção e utilização do bem cultural, a “Carta de Atenas” (1931), que propõe a valorização histórica e artística, a não refuncionalização e o respeito aos monumentos.

Em nível mundial, a renovação urbana começou após a Segunda Guerra Mundial. A partir daí, começa um processo que privilegia a recuperação de centros históricos e vazios urbanos, tendo em vista a atração de novos moradores e de turistas.

Na cidade pós-industrial, surge a necessidade de adequação da estrutura urbana à produção imaterial (serviços, informações, símbolos, valores, conhecimento e tecnologia).

A cultura só passa a ser estratégica nos projetos de urbanização das cidades nas últimas décadas do século XX. O consumo do patrimônio cultural no mercado globalizado começa com projetos de intervenção urbana baseados em uma nova ideia de cidade no âmbito internacional.

Interessadas no retorno econômico proporcionado pela atividade turística, cidades grandes e pequenas tentam, cada vez mais, se transformar em cidades-espetáculos. São produzidos cenários padronizados, tendo em vista a atração de consumidores. Exemplos disso são os projetos que, para incentivar o turismo, recuperam fachadas, iluminam monumentos e incentivam a utilização comercial de prédios considerados históricos.



Casa da Ópera de Sydney (*Sydney Opera House*)



Matthew Field

Figura 16.14: Inaugurada em 1973, a Casa da Ópera de Sydney (*Sydney Opera House*) é um dos símbolos da Austrália.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Sydney_opera_house_side_view.jpg

Os aspetos urbanos passam a ser adequados às tendências do mercado do turismo, em especial a partir da consolidação de elementos emblemáticos que, por serem diferenciais, tenham o poder de atrair o consumidor/turista, ou seja, as cidades se transformam em produto a ser comercializado, e esse produto precisa garantir uma boa imagem para poder ser bem-sucedido na competitividade do mercado.

Este movimento é acompanhado também pelos investimentos em projetos culturais urbanos realizados por organismos internacionais como a União Europeia, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O retorno financeiro é obtido, por exemplo, por intermédio de incentivos fiscais, da comercialização institucional e da conversão de atividades não comerciais em atividades comerciais.

É praticamente consensual que hoje em dia há uma necessidade de reforço das culturas locais, uma vez que as cidades tornaram-se homogêneas e sem identidade própria. Isso significa dizer que a cultura local é o diferencial das cidades dentro do panorama da globalização.

Conclusão

O turismo é uma atividade complexa que relaciona elementos culturais e naturais das paisagens, diversos segmentos da indústria, do comércio e dos serviços. Essa se transformou em uma das principais atividades econômicas do mundo atual globalizado, gerando divisas econômicas para os países, mesmo em épocas de crise.

As empresas passaram a investir em espaços, estruturando-os de acordo com a lógica do mercado, visando a transformá-los em produtos turísticos. Essa nova opção mercadológica, segundo alguns estudos, contribuiu para um novo tipo de colonização de territórios e sociedades.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

A partir do texto seguinte, estabeleça uma relação entre o turismo e a globalização, tendo em vista o interesse dos países emergentes e em desenvolvimento pelo mercado da atividade turística.

O novo papel das cidades diante da globalização é dado por muitos como um processo em que as cidades são os novos protagonistas de nossa época, concentradas na definição de um planejamento estratégico que promova o seu desenvolvimento (CASTELLS; BORJA, 1996). Desta forma, entende-se que, paralelamente a esse efeito, o estímulo ao desenvolvimento do turismo “salvador” torna-se atrativo. Assim o que Harvey (2005) caracteriza como um novo tipo

acordo com as suas características específicas em termos históricos, étnicos, culturais ou paisagísticos. Tal opção pode resultar no fortalecimento das culturas locais, bem como em um enfrentamento à internacionalização da economia, à competitividade e ao esgotamento das verbas públicas, ou seja, à globalização.

Resumo

A atividade turística está associada às etapas do capitalismo. As sucessivas inovações tecnológicas, sobretudo nos setores dos transportes e das comunicações, contribuíram para a massificação do consumo e, conseqüentemente, para a indústria de viagens. Nas últimas décadas do século XX, com a consolidação do processo do capitalismo globalizado, o turismo transformou-se em uma das principais atividades econômicas do mundo. A globalização caracteriza-se por:

- 1) ascensão dos grandes grupos econômicos transnacionais;
- 2) enfraquecimento dos Estados-Nação;
- 3) um contexto de aceleração do tempo e diminuição do espaço;
- 4) surgimento de uma sociedade mundial sem fronteiras definidas, regida pelo uso da informação e da tecnologia e por fluxos e interações globais, incluindo neste item o deslocamento em massa de pessoas.

As trocas culturais passaram a ser constantes. Todos os territórios são alvos para a expansão do turismo. A mídia estimula o imaginário coletivo que cria e sustenta os espaços turísticos. A distribuição de bens e serviços, no entanto, não é a mesma em todos os lugares do planeta. O processo de homogeneização das culturas e dos espaços precisa ser relativizado. As diferenças continuam. Estudos analisam também a relação entre a globalização, o turismo e o meio ambiente, bem como as opções para a inserção dos países emergentes no mercado do turismo. Isso poderá resultar em:

- 1) acesso à prosperidade;
- 2) aumento da divisão do trabalho internacional;
- 3) mudanças na natureza do turismo internacional;
- 4) abertura de postos de trabalho;
- 5) aumento nas exportações e na receita fiscal.

Especialistas condenam a valorização excessiva do turista estrangeiro em detrimento do turista doméstico. Ambos são considerados importantes. O crescimento sustentável é um grande desafio para a atividade turística. Um caminho para a sustentabilidade pode ser o turismo endógeno, no qual o turista é incentivado a conhecer melhor a sua própria região. O retorno econômico proporcionado pelo turismo tem levado as cidades a tentarem se transformar em cidades-espetáculos. O resultado disso pode ser a homogeneidade e a falta de identidade própria. Segundo alguns estudos, a valorização da cultura local pode ser o diferencial dentro do panorama da globalização.

17

Turismo étnico

Javier Alejandro Lifschitz

Meta da aula

Aprofundar a dimensão antropológica do turismo étnico.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1** identificar o alcance cultural do turismo;
- 2** distinguir o alcance institucional e cultural do turismo étnico no Brasil.

Introdução

Como vocês bem sabem, durante o século XX, criaram-se novas formas de turismo bastante diferentes do turismo tradicional. Nasceu o turismo cultural e também o turismo étnico. O turismo cultural pretende chamar a atenção para a cultura material (prédios históricos, monumentos etc.) e imaterial (danças, música, narrativas orais etc.) de determinada região ou local. O turismo étnico é uma forma particular de turismo cultural, em que o atrativo principal é a forma de vida de determinados grupos humanos, diferenciados por características culturais em função da etnia, língua, religião ou origem migratória. Assim, o turismo étnico está associado à visitação de comunidades indígenas, afrodescendentes e também de comunidades de migrantes, como italianas, polacas, japonesas etc. Entretanto, devemos considerar que a própria ideia de turismo pressupõe a existência de planejamento, preparação, organização destes locais para a visita ou estadia turística. Pelo fato de envolver esse leque de comunidades, o turismo étnico também introduz questões éticas para os planejadores e para o Estado.

Origens e atualidade do turismo étnico

As comunidades étnicas são um dos principais objetos de pesquisa da Antropologia, mas a pesquisa em comunidades populares se remonta ao século XVIII, na Europa, quando a cultura popular se torna objeto de estudo e a discussão dos intelectuais é o constante emprego do termo em expressões antes inexistentes, tais como cultura popular, música popular, festa popular etc.

Folclore

A palavra *folclore* é aceita internacionalmente desde 1878. Foi sugerida por um arqueólogo inglês como junção das palavras *folk* (povo) e *lore* (sabedoria), em referência à tarefa de compilação e registro de expressões da cultura popular.

A palavra *folclore* surge no início do século XIX, e os *folcloristas* foram os primeiros pesquisadores interessados em catalogar e registrar os costumes populares e folclóricos em aldeias e comunidades, mas suas práticas não foram guiadas por uma metodologia científica. A preocupação destes folcloristas era que a modernização iria pôr fim à cultura popular, como afirma o historiador Peter Burke:

Foi no final do século XVIII e início do século XIX, quando a cultura popular tradicional estava justamente começando a desaparecer, que o “povo” se converteu num tema de interesse para os intelectuais europeus. Os artesãos e camponeses decerto ficaram surpresos ao ver suas casas invadidas por homens e mulheres, com roupas e pronúncias de classe média, que insistiam para que cantassem canções tradicionais ou contassem velhas histórias (BURKE, 1989, p. 31).

Este trecho mostra claramente a relação existente entre o estudo das comunidades populares e étnicas e a certeza de seu desaparecimento ou declínio. Em outras palavras, o estudo da comunidade, e de suas práticas culturais, nasce, simultaneamente, com a percepção do risco de perdê-la.

Dentre os folcloristas europeus, destacaram-se os irmãos Grimm, que identificaram que as comunidades rurais possuíam uma cultura diferente da da elite, baseada na oralidade e que estava presente em contos e canções populares que circulavam nas aldeias.



Os irmãos Grimm recolhiam, diretamente da memória popular, as antigas narrativas, lendas ou sagas germânicas, conservadas por tradição oral. O primeiro manuscrito da compilação de histórias data de 1810 e apresentava 51 narrativas. Em sua primeira edição, a compilação foi intitulada “Histórias das crianças e do lar”. Em edições posteriores, totalizavam 181 narrativas. A maioria destas histórias é de fundo europeu comum, tendo sido também recolhidas por Perrault, no século XVII, na França. Na tradição oral, as histórias compiladas não eram destinadas ao público infantil e sim aos adultos. Sugerimos assistir ao filme *Os irmãos Grimm* (2005), dirigido por Terry Gilliam.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a Antropologia aprofundou o estudo de comunidades étnicas e populares, com base em metodologias e abordagens científicas, mas não existia um interesse turístico voltado a essas populações. É apenas há pouco tempo, no século XX, que surge um turismo étnico, no qual os visitantes podem percorrer as comunidades com o objeto de ter uma vivência próxima de diferentes estilos de vida, gastronomia, danças ou saberes tradicionais.

Existem muitos debates sobre o turismo étnico. John Urry (1990), por exemplo, considera que a ideia de “autenticidade” das práticas culturais que se apresentam nessas comunidades étnicas não é o mais importante, pois, segundo ele, os turistas têm consciência de que a autenticidade pode ser “produzida”, mas também acredita que a “produção da autenticidade” não desvaloriza o turismo étnico, uma vez que o turista daria sim importância a uma boa apresentação ou dramatização da cultura tradicional.



Por “comunidade étnica” entendemos grupos sociais que compartilham o mesmo território e possuem uma mesma identidade cultural associada à língua, cor, ancestralidade e/ou religião. Embora as comunidades indígenas, quilombolas, de migrantes europeus (como galeses, tirolezes e outras) compartilhem estas características, existe todo um debate sobre o que constitui uma identidade étnica. O sociólogo Max Weber (1922), por exemplo, define grupos étnicos como

(...) grupos humanos que, em virtude de semelhança no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva (WEBER, 2000, p. 270).

Como vemos, para o autor, a comunidade étnica se constitui quando existe um sentimento *subjetivo* de pertencimento – pautado na “crença” na procedência comum, seja por aspectos tradicionais, seja pela hereditariedade – gerado pela memória coletiva. Entretanto, no caso do turismo étnico, as denominadas marcas étnicas (língua, cor, religião, tradições etc.) são importantes porque é o que o turista procura precisamente encontrar.

Outro aspecto que mereceu a atenção de estudos refere-se aos impactos do turismo étnico nas comunidades receptoras. Dentre eles, pode-se citar um livro de Turner e Ash, que compara os turistas com hordas bárbaras que, por onde passam, deixam rastros de destruição. O livro, chamado *A horda dourada*, foi publicado em 1980 e chamava a atenção para a comercialização das tradições dessas comunidades e a banalização da cultura dos povos.

Uma das críticas é que a chegada do turismo provoca desejos de modernização das comunidades que tenderiam a se “descharacterizar”. A mulher do pescador compra máquina de lavar roupas, o filho do cacique compra celular etc.

Para alguns, estes seriam sinais de um processo de aculturação, cuja alternativa seria o “congelamento” histórico da comunidade, o que parece ser impossível tanto por razões práticas, quanto por razões éticas. Teríamos o direito de impor a outros um “congelamento” histórico com o argumento de que “devem conservar a tradição”. Assim, vemos como o turismo étnico levanta questões éticas, já que são as populações que constituem, neste caso, o atrativo turístico.

Já outros trabalhos, como “Anfitriões e convidados”, organizado por Valene Smith, de La Universidad de Pennsylvania (SMITH, 1989), relativizaram esta visão, considerando que o impacto da modernização sobre essas sociedades acontece independentemente do turismo.

A maioria destes trabalhos tem sido realizada sobre comunidades étnicas do Caribe, Indonésia e ilhas do Pacífico Sul, em comunidades da Europa com grande presença de turistas ou em grupos indígenas do Canadá, dos Estados Unidos e da Nova Zelândia. Poucos estudos têm sido realizados na América Latina, embora no Brasil já exista um campo de estudo sobre o tema.

Um dos conceitos utilizados para analisar este tipo de turismo é o conceito de “tradições inventadas”. Este conceito, criado por Hobsbawm (2000), tem sido amplamente utilizado nos trabalhos acadêmicos sobre o tema. A “tradição inventada” compreende um conjunto de práticas, de natureza ritual ou sim-

bólica, criadas na modernidade, mas atribuídas a um passado ancestral. Portanto, trata-se de um passado “inventado”, que se distinguiria, segundo o autor, das “tradições genuínas”, que sim remetem a um passado longínquo.

Analisando-se, por exemplo, a origem e difusão do traje característico escocês, o *kilt* (saia), conclui-se que é uma vestimenta absolutamente moderna, idealizada e vestida pela primeira vez por um industrial *quaker* inglês.



O *kilt* é uma saia de pregas curta, de tecido xadrez escocês típico, que pende da cintura até os joelhos. É usada pelos homens na Escócia, por regimentos escoceses, irlandeses e canadenses, e que a moda tornou também peça feminina no século XX.



Hoboi

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/sandpetra/3995131241/>

O que tem sucedido no campo do turismo étnico é que muitas tradições apresentadas nessas comunidades como sendo muito antigas são “inventadas”, no sentido de serem mais recentes do que se imagina. Contudo, isto não significa que sejam enganosas ou artificiais. No entanto, também existem tradições artificiais, que não se apoiam em nenhuma referência verídica. Este seria o caso, por exemplo, de visitar colônias tirolesas ou galesas no sul do país, em que seríamos convidados a degustar comidas que não são dessas regiões. Esta situação seria muito improvável, mas não o fato de ser convidado a degustar um doce atribuído a uma tradição ancestral quando de fato trata-se de uma recriação de uma família local.



Conta-se que a introdução das bombachas no Rio Grande do Sul teria ocorrido durante a Guerra do Paraguai, quando a Inglaterra, que fornecia essas calças largas, apropriadas aos desertos, aos exércitos em combate pelas possessões inglesas na Turquia, viu-se com um grande excedente de peças produzidas, necessitando criar novo mercado para absorvê-las.

Fonte: Menasche (1993, p. 22-30).



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Aplique o conceito de “invenção das tradições” para explicar as transformações da quadrilha no Recife no contexto do turismo cultural, conforme o texto.

A quadrilha de roupas remendadas, chapéu de palha, de passos molengos e caricaturados, do som à base da sanfona do triângulo e do zabumba foi se afastando do cenário

junino especialmente dos festejos da Região Metropolitana do Recife, Pernambuco e por consequência atingindo todos os estados [sic] do Nordeste. Apenas nas semanas que antecedem o São João, a quadrilha matuta ou tradicional é lembrada por crianças e adultos quando ainda ensaiam um *Anavantur... Anarriê* nas brincadeiras improvisadas. Enquanto isso, a quadrilha estilizada já conquistou o seu espaço, continua em escala ascendente, recriando e inovando num ritmo alucinante de pesquisa e atualização estética.

(...) No Inventário da Oferta Turística de Pernambuco realizado pela EMPETUR e SEBRAE com o apoio da SUDENE (A-2.7.4-1998), a quadrilha junina é assim descrita: “Hoje, observa-se em vários municípios do Estado uma mudança na estrutura original da quadrilha – a indumentária (incluindo um guarda-roupa mais rico e com características do apresentado pelo folclore gaúcho), da coreografia e do repertório musical, que passou a ser mais amplo e não necessariamente relativo ao período de São João”. No guia História do Folclore da Secretaria de Turismo da Prefeitura do Recife (1997) tem-se a definição: “É uma nova forma de expressão junina. São grupos de dança com diversas coreografias, onde os dançarinos executam passos específicos àquela música. Seus trajes lembram roupas típicas do Sul do País”.

No início da década de noventa, ao ser entrevistado por uma rede de TV, em um programa de auditório, um “quadrilheiro” dava conta de que, a travessia da quadrilha tradicional à estilizada devida-se ao fato de um grupo pernambucano homenagear o povo gaúcho, numa época em que os estados da Região Sul ensaiaram um movimento separatista donde, se conseguissem, o novo país se denominaria de República dos Pampas. O movimento não prosperou, contudo, a tendência do folclore gaúcho, especialmente as danças e as indumentárias, foi um braço para a derivação da quadrilha estilizada. Na fase de transição de estilo, as quadrilhas se apresentavam com bombachas, chapéu de feltro, lenços vermelhos no pescoço, boleadeiras. As moças com trajes e adereços também fazendo uma alusão à indumentária típica das danças sulistas, diferente dos vestidos de chita da quadrilha tradicional ou matuta (MELO, 2010).

Resposta Comentada

O caso apresentado é uma invenção da tradição porque houve uma mudança na estrutura original da quadrilha, que envolveu a indumentária, a coreografia e o repertório musical, que estão sendo interpretados como uma continuidade com a festividade original.

O turismo étnico em comunidades quilombolas

No Brasil, a Constituição de 1988 conferiu direitos territoriais aos remanescentes de quilombos (artigo 68). A legislação brasileira, além da regularização fundiária, garante nos artigos 215 e 216 o exercício dos direitos culturais, apoia e incentiva a valorização e a difusão das manifestações culturais afrobrasileiras e preserva o patrimônio material e imaterial pelo *Iphan*, da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura.

O artigo 68 do ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS na Constituição diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Caso você queira ver a Constituição na íntegra, basta acessar http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm



Iphan

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), criado em 1970, é uma autarquia do Governo do Brasil, vinculado ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do acervo patrimonial, tangível e intangível, do país. O Instituto foi precedido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) criado em 13 de janeiro de 1937.

Para entendermos melhor a questão do turismo étnico, apresentarei a seguir o caso da comunidade da Machadinha. Essa comunidade quilombola está situada em Quissamã, município do norte fluminense. Começaremos pela história do local.

A efetiva colonização da região iria começar em 1627, quando o governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, associou-se com dois dos sete capitães que tinham permanecido na região e com as ordens de jesuítas e beneditinos, que estenderam a criação de gado na região. Em 1674, o governador obteve da Coroa a doação da capitania para seu filho, Martím Correia de Sá, primeiro visconde de Assecas, gerando conflitos de terras entre os Assecas e os descendentes dos sete capitães.



As *capitanias* foram uma forma de administração territorial do império português em que a Coroa delegava a tarefa de colonização e exploração de determinadas áreas a particulares, por meio da doação de lotes de terra que se transmitiam por hereditariedade de pais para filhos. Estes que recebiam as terras, chamados de donatários, tinham a função de administrar, colonizar, proteger e desenvolver a região. Cabia também aos donatários combater os índios de tribos que tentavam resistir à ocupação do território. Em troca desses serviços, além das terras, os donatários recebiam algumas regalias, como a permissão de explorar as riquezas minerais e vegetais da região. Este sistema ficou conhecido como *capitanias hereditárias*, tendo vigorado, sob diversas formas, durante o período colonial, do início do século XVI até ao século XVIII, quando foi extinto pelo marquês de Pombal.

Sesmarias

O sistema de sesmaria foi uma legislação fundiária portuguesa aplicada na colonização do Brasil.

A Coroa portuguesa concedia doações de terra a nobres e capitães-donatários, que logo se tornaram proprietários das terras. O sistema de sesmaria também foi a base jurídica da plantation açucareira durante a colônia.

Esses conflitos exacerbaram-se, e após um levante de proprietários de terras contra uma tropa de escravos e foreiros do visconde, o rei acabou incorporando a capitania à Coroa e as terras acabaram sendo distribuídas no regime de **sesmarias**.



Javier Alejandro Lifschitz

Figura 17.1: Morador e imagem das senzalas.

Nas terras dos Carneiro da Silva (um contratador de diamantes da Coroa portuguesa e seus descendentes), um dos grandes latifúndios no final do século XVIII, foi fundado o Engenho Machadinho. Durante um século, a pecuária foi a principal atividade econômica, mas em 1759, as pastagens cederam lugar à monocultura açucareira. Com a cultura da cana, chegaram a ser erguidos sete engenhos de médio porte. Com isso, no início do século XIX, a região já era totalmente dominada pela cultura açucareira. A fim de facilitar o transporte do açúcar, em 1843 foi iniciada a abertura do canal Campos–Macaé. Inaugurado em 1861, ele cairia em desuso três anos depois, com a construção da Estrada de Ferro Macaé–Campos. O primeiro engenho de açúcar da região de Quissamã foi um marco do “ciclo do açúcar” no país. Construído em 1798, na Fazenda Machadinho, de José Carneiro da Silva, o visconde de Araruama, uma das figuras políticas mais proeminentes do poder local, e que era filho do capitão Manoel Carneiro da Silva, o patriarca de toda a classe senhorial de Quissamã.

Como todas as grandes propriedades, a Fazenda Machadinho possuía uma sede, uma capela datando de 1833 em estilo colonial, as senzalas e a unidade fabril. Na fazenda, se produzia quase todo o necessário para o consumo interno.

Entre 1863 e 1867, foi edificado o solar projetado pelo arquiteto alemão Antonio Becher. No solar foi residir Manoel Carneiro da Silva, visconde de Ururay e filho do visconde de Ararua. Os móveis, louças e cristais utilizados pela família foram todos importados da Europa (algumas dessas peças estão no Museu Imperial de Petrópolis).

A vida econômica e social da região sofreu grandes transformações a partir da segunda metade do século XIX devido a problemas que afetaram a economia açucareira. Na tentativa de solucionar tais problemas, todos os sete engenhos foram desativados com a criação do Engenho Central (usina) de Quissamã em 1875, o primeiro da província fluminense, construído por grandes latifundiários, todos da família Carneiro da Silva.



Javier Alejandro Lifschitz

Figura 17.2: Capela de Nossa Senhora do Patrocínio.

A instalação do engenho a vapor marca o declínio dos pequenos senhores de engenho e o surgimento da aristocracia rural. A produção de açúcar era baseada no trabalho escravo. Em 1845, a população total de Quissamã era de 2.500 habitantes, sendo que 1.800 eram escravos. O Engenho Central de Quissamã incorporou o trabalho assalariado no processamento do açúcar, mas manteve o trabalho escravo nos canaviais e em atividades subsidiárias, como descarregamento de cana, ensacamento, carregamento.

Perante a crise no setor açucareiro, em 1936, os herdeiros do visconde venderam as terras da Fazenda Machadinha ao Engenho Central, e a casa-grande passou a ser utilizada como residência do administrador da fazenda. Em 1970, a casa foi fechada definitivamente.



Javier Alejandro Lifschitz

Figura 17.3: Imagem das senzalas.

Hoje, a fazenda continua pertencendo ao Engenho Central de Quissamã, e suas terras ainda são usadas no cultivo da cana-de-açúcar, enquanto o casarão, semidestruído, e as antigas sen-

zalas formam um conjunto arquitetônico, tombado pelo Iphan em 1977. Faz também parte desse conjunto arquitetônico a capela de Nossa Senhora do Patrocínio, construída em 1833.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Quilombolas era a designação que as autoridades coloniais deram no Brasil aos escravos fugidos das fazendas que se refugiavam nas matas ou em regiões afastadas. Entretanto, quando hoje se fala de quilombolas, a referência é o artigo 68 da Constituição de 1988. Releia o artigo da Constituição e descreva qual o sentido atual do termo.

Resposta Comentada

O artigo 68 da Constituição diz o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Portanto, o termo quilombolas refere-se hoje aos descendentes de escravos, considerando-se o direito à propriedade da terra em que habitam.

Turismo étnico da Machadinha

Em 1989, Quissamã torna-se um município com cerca de 13 mil habitantes. A principal fonte de arrecadação do município são os royalties do petróleo, mas a partir da década de 1990 a Prefeitura começou a desenvolver o turismo ecológico e étnico, primeiramente apoiando uma ONG local.

A primeira atividade de turismo étnico foi a implantação do projeto Raízes do Sabor, organizado por uma ONG para receber turistas do Rio. Tal projeto consiste em comidas típicas atribuídas à alimentação dos escravos, com o objetivo de gerar turismo e renda para a população local de Machadinho. A finalidade é “recriar” a comida “típica” dos escravos para a geração de turismo e renda. Misturando algumas receitas simples que compõem o cotidiano dos moradores da comunidade, como doces caseiros e carne-seca com pirão de leite, “quibe africano”, e outras comidas lembradas por seu Carlinhos (neto do último cozinheiro da casa-grande), e adicionadas a receitas criadas pelo projeto, como a inserção de temperos regionais, constituiu-se um “repertório da gastronomia dos escravos”, que é realizado em dias de festividade, em eventos organizados pela Prefeitura.

Com o passar dos anos, a ação do projeto se expandiu para outras práticas culturais, como o jongo e o fado (danças típicas), o artesanato de palha etc. No caso do fado, dança típica de Machadinho, a prefeitura passou a financiar os moradores para que participassem de eventos. Além de reconstituir uma estética da dança, as roupas passaram a ser uniformizadas: batas brancas para ambos os sexos, calças brancas para os homens e saias para as mulheres.

Em 2007, o antigo projeto Raízes do Sabor se reconfigurou como um projeto intitulado Arte Fibra da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Prefeitura de Quissamã, ampliando as comunidades envolvidas, seus objetivos e trabalhos que são comercializados. No ano de 2007, com a inauguração da *Casa de Arte*, ganhou-se um espaço de grande visibilidade dos resultados apresentados pelo projeto Arte Fibra; ali, são comercializados os itens produzidos, como suvenires de pano e palha, e as comidas típicas.

Hoje, Machadinho está voltada para o turismo étnico apoiado por publicidade e marketing turístico. No início de 2009, foi inaugurado o Memorial Machadinho. O espaço funciona no

antigo salão comunitário de festas. O lugar abriga objetos trazidos da África (de um local chamado Kissama, em Luanda, Angola) por pesquisadores vinculados à Prefeitura.

A origem do nome Quissamã (município no norte fluminense), que significa “fruto da terra que está entre o rio e o mar”, remete miticamente aos sete capitães, que em uma de suas viagens de colonização pelo território teriam encontrado, entre os índios, um negro forro, que interrogado, declarou ser da Nação de Kissama, desconhecida pelos colonizadores. O lugar acabou sendo batizado com esse nome. Hoje, sabe-se que Kissama é uma cidade angolana que fica a 80 quilômetros de Luanda. Apesar de grande parte dos negros que eram vendidos ou negociados no Brasil virem de Angola, poucos eram de Kissama. Atualmente, o Memorial Machadinho é administrado pela Secretaria de Cultura e Lazer.

Descrição do conjunto arquitetônico

As senzalas de Machadinho compreendem 40 unidades residenciais dispostas em dois blocos de casas geminadas. O primeiro bloco tem o formato da letra “L”: uma linha fica na margem direita do solar, enquanto a outra delimita os fundos deste; o outro bloco é retilíneo e fica de frente para a Capela de Nossa Senhora do Patrocínio, construída em 1833 e reformada na década passada. Além disso, existem o posto de saúde municipal, o Colégio Municipal, um salão comunitário utilizado para diversas festividades, uma praça e, ao centro do conjunto arquitetônico, o campo de futebol. Segue o mapa do local.



Figura 17.4: Mapa de Machadinha.



Javier Alejandro Lifschitz

Figura 17.5: A praça central.

Atividades culturais

Dentre as atividades culturais desenvolvidas na Machadinho, podemos considerar o fado e o jongo. O Fado da Machadinho é um conjunto de danças encadeadas, também conhecido como suíte, dançado ao som de viola que, hoje, é substituída pelo pandeiro. Assemelha-se a uma quadrilha europeia e é conduzido por repentistas. Uma série de pequenos rituais compõe o baile. Travassos (1987, p. 167) assim explica:

O fado é uma festa popular de exclusividade fluminense. Foi em Quissamã que ele se tornou um dos bailes mais apreciados e frequentados pela população de baixa renda, que acredita ter o fado nascido na Fazenda Machadinho (...). O fado fluminense, dançado ao som da viola e pandeiro, nada tem em comum com a canção portuguesa de mesmo nome. Acredita-se ser uma dança afro-brasileira (TRAVASSOS, 1987).



No YouTube, você poderá ver alguns vídeos de músicas e do fado de Machadinho.

<http://www.youtube.com/watch?v=bPHnzDMqPj8>.

<http://www.youtube.com/watch?v=sw6m1YPk6eQ>.

Ao que tudo indica, apesar de o fado manter-se ativo somente em Quissamã, já foi bastante popular em outros municípios da região norte-fluminense, sendo um dos bailes mais apreciados e frequentados pela população afrodescendente. A origem do fado é altamente questionada, sobretudo pelos moradores da região e da própria Machadinho. Uns acreditam ser um bailado afrobrasileiro, outros não abrem mão da origem lusitana, tendo como principal argumento a canção homônima portuguesa. O fado, pelo menos em Quissamã, é uma dança que ocorre em lugares fechados, como casas ou salões, pois inicia-se com

o violeiro e os tocadores de pandeiro executando, na porta do salão, uma cantiga tradicional de folia de reis, o que constitui a “parte sacra”. Em seguida, é entoada uma mineira de louvação àqueles que promovem a festa, os anfitriões. Somente depois disso, os convidados entram para ocupar seus espaços. Homens e mulheres se posicionam em forma de cruz. Cabe aos homens marcar o ritmo com as palmas e o sapateado, e as mulheres giram em torno de si mesmas. Como atesta Travassos, o fado não tem data fixa, nem pertence a nenhum calendário religioso. Ele ocorria quase sempre na noite de sábado e ia madrugada adentro. Mas, diferente dos demais bailes, o fado podia ser realizado durante a quaresma.

O jongo ou tambor, como é chamado em Quissamã, é uma antiga dança de escravos, muito difundida no estado do Rio de Janeiro, em especial na zona canavieira, e em outras partes da região Sudeste. Provavelmente, o jongo tenha vindo da região africana do Congo-Angola com os negros de origem banto trazidos como escravos para o trabalho nas fazendas de café e açúcar do Vale do rio Paraíba, no interior dos estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. O jongo é uma dança de terreiro, da qual participam pessoas de todas as idades e de ambos os sexos. Os participantes, no mínimo seis, dispostos em círculos, batem palmas e improvisam evoluções. Ao centro fica o jongueiro ou solista, que também faz evoluções ao redor do grupo e de quem se aproxima, convidando os dançadores para o interior da roda.



Veja a nota publicada pela revista *Raça Brasil*:

Missa Afro

No último dia da visita à histórica cidade de Quissamã, Frei David e membros da Educafro prestaram uma homenagem aos moradores do local. No espaço da Casa de artes da machadinha foi montado o cenário para a missa afro, realizada no dia de Nossa Senhora Aparecida. Ao som

de atabaques e cânticos africanos, alunos, coordenadores e convidados da entidade contribuíram para a celebração da missa. Frei David ressaltou a importância da união de todas as etnias brasileiras e da valorização do negro como elemento fundamental na vida cultural e econômica do Brasil. Durante o ato penitencial foram proporcionados muitos momentos de reflexão, em especial, com a participação de alunos da entidade acorrentados, alertando para marcas ainda vivas dos tempos da escravidão. Uma rede de pesca colocada aos pés da imagem de Nossa Senhora Aparecida, recolheu mensagens de otimismo e esperança dos que foram assistir à celebração.

Fonte: <http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/139/imprime158196.asp>

Os instrumentos usados para acompanhar a dança são dois tambores de tamanhos diferentes, chamados em Quissamã de quindum (o pequeno) e tambu (o grande). A estrutura do jongo mantém contato com a umbanda, como veremos adiante; por isso, consideram o jongo de caráter semirreligioso. O jongo, assim como a umbanda, se realiza em um terreno; a disposição dos participantes é circular, e em ambos os casos tambores marcam o ritmo da forma musical cantada, chamada tanto em um como no outro de ponto. Em Machadinho, o jongo ou tambor é dançado na rua e não no terreiro, por dois motivos: primeiro pela inexistência de um terreiro propriamente dito no local; segundo, pelo próprio caráter de encenação da dança para o turismo.

Em Machadinho, as únicas religiões presentes são o catolicismo e a umbanda, sendo o sincretismo religioso bastante frequente. A única igreja Católica é a Capela de Nossa Senhora do Patrocínio, construída em 1833, onde costumeiramente são realizadas ladainhas, e as missas ocorrem mensalmente. Não há terreiros na fazenda, mas há uma mãe de santo no local.

A festa de Santo Antônio é realizada todos os anos, em junho. A festa é composta por ladainhas, as quais precedem em dias a comemoração, e também por missa, procissão, barraquinhas de palha, além de se acender uma fogueira ou se realizar uma queima de fogos no último dia da festa. Em geral, há o baile do fado, e, esporadicamente, um leilão.

Para a festa, os moradores de Machadinho ficam em grande expectativa com a chegada de parentes e amigos de diversos lugares. A festa de Nossa Senhora do Patrocínio, que ocorre todos os anos no dia 15 de novembro, é bastante similar às outras festas de santo realizadas no estado.

Conclusão

Nesta aula vimos como, por intermédio da ação de uma Prefeitura, acabou se consolidando o turismo étnico na Machadinho. Contudo, existem diferentes modelos de turismo étnico. Existem alguns casos que poderíamos denominar de “turismo étnico artificial”, em que praticamente se monta um parque temático indígena ou afrobrasileiro para turistas. Existem algumas experiências deste tipo com algumas comunidades indígenas construídas artificialmente perto de grandes hotéis da Amazônia para simular uma situação real. Este não é o caso da Machadinho, mas vemos que muitas práticas culturais que os moradores realizam já estavam praticamente abandonadas e foram recriadas com o objetivo do turismo. Portanto, isso constitui de fato um “trabalho” que deve ser remunerado e bem remunerado, porque se trata de uma representação artística. Como este tipo de turismo envolve a comunidade, é importante fazer alguns questionamentos em relação aos limites do que pode ser oferecido para o turismo. Em algumas comunidades indígenas, por exemplo, existem rituais que não podem se tornar públicos. Por isso, devem ser protegidos do turismo, o que nem sempre acontece, já que o turista às vezes quer “vasculhar” a comunidade. Outro dos problemas é quando o turismo étnico se torna simplesmente um comércio. Nesse caso, a cultura se banaliza e perde importância, inclusive para a própria comunidade. Como evitar que o turismo étnico não exceda os limites que a comunidade possui e como não banalizar a cultura são alguns dos desafios deste novo tipo de atividade turística.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Leia o texto a seguir, contendo dados sobre a economia em torno de uma vertente do turismo étnico:

Segundo a Organização Mundial de Turismo, o turismo étnico já é uma realidade em muitos lugares e é um segmento que tem tido rápido crescimento. O potencial mais notável deste tipo de turismo está relacionado ao mercado afro-americano. Os “black” dos EUA, que têm visitando [sic] muito o Rio de Janeiro e Salvador nos últimos anos, estão famintos por contato direto com as culturas negras brasileiras.

Nos EUA, várias agências de viagens vêm oferecendo pacotes para festas afro, como o desfile das escolas de samba e a festa religiosa de Nossa Senhora da Boa Morte, uma irmandade de mulheres negras iniciadas no candomblé, em Cachoeira, na Bahia. Segundo a Travell Industry of America (TIA), cerca de 65% dos 35 milhões de negros dos EUA gastaram muito dinheiro com turismo, principalmente na América do Sul, Caribe e África, em 1994.

A National Tour Association in Kentucky diz que, em 1998, os afro-americanos dispunham de US\$ 34 bilhões para gastar em viagens de lazer. Em 2002, este número saltou para mais US\$ 54 bilhões. Segundo a Câmara de Comércio Afro-Americana, os negócios envolvendo negros nos EUA já movimentam US\$ 600 bilhões, um dos dez maiores PIB do mundo.

Em 2005, de acordo com as projeções do censo norte-americano, os EUA terão um milhão de negros novos ricos, com renda anual de quase US\$ 200 mil, querendo gastar em serviços politicamente corretos. Com este fabuloso nicho de mercado à vista, é necessário que as agências estatais de turismo e o trade atentem para investirem e capacitarem os empreendedores afro-brasileiros, pois são eles os detentores dos principais insumos que o afro-americano quer ter acesso e desfrutar: a cultura negra (NOBRE; VIEIRA, 2005).

Agora que você já leu, argumente sobre o impacto econômico que esse tipo de prática pode ter no Brasil.

Resposta Comentada

O artigo chama a atenção para os benefícios econômicos do turismo étnico, mas pouco se fala se isso terá efeitos sobre a situação econômica dessa população, já que em muitos casos os benefícios ficam restritos às agências e às Prefeituras.

Resumo

O turismo cultural pretende chamar a atenção para a cultura material (prédios históricos, monumentos etc.) e imaterial (danças, música, narrativas orais etc.) de determinada região ou local. O turismo étnico é uma forma particular de turismo cultural em que o atrativo principal é a forma de vida de determinados grupos humanos, diferenciados por características culturais em função da etnia, língua, religião ou origem migratória. As comunidades étnicas sempre foram um dos principais objetos de pesquisa da Antropologia, mas é apenas no século XX que surge um turismo étnico, em que os visitantes podem percorrer as comunidades com o objeto de ter uma vivência próxima de diferentes estilos de vida, gastronomia, danças ou saberes tradicionais. No Brasil, um exemplo de turismo étnico é a Fazenda Machadinha, em Quissamã, cujas senzalas formam um conjunto arquitetônico tombado pelo Iphan em 1977. A primeira atividade de turismo étnico foi a implantação do projeto Raízes do Sabor, organizado por uma ONG para receber turistas do Rio. Tal projeto consiste em comidas típicas atribuídas à alimentação dos escravos, com o objetivo de gerar turismo e renda para a população local de Machadinha. A finalidade é “recriar” a comida “típica” dos escravos para a geração de turismo e renda.

18

Turismo cultural

Diony Maria Soares

Meta da aula

Apresentar as características do segmento turístico no qual a viagem é motivada especialmente pelo desejo de conhecer os elementos que constituem o patrimônio cultural de uma localidade. Elementos estes que envolvem os bens materiais e imateriais, produzidos pelos grupos sociais.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar características do turismo cultural e do patrimônio cultural;
- 2 estabelecer relações entre turismo cultural e identidade cultural;
- 3 articular aspectos relativos ao planejamento da atividade turística cultural com aspectos relativos às comunidades visitadas.

Introdução

Por que viajar?

As viagens motivadas pelo interesse cultural remontam de longa data, não sendo um privilégio das sociedades contemporâneas. Na Antiguidade, um exemplo disso pode ser o interesse do povo romano em percorrer a Grécia no intuito de enriquecer-se culturalmente.

Muito depois, a partir do século XVI, os filhos de nobres, burgueses e grandes comerciantes ingleses deveriam completar os estudos realizados em seu país com uma grande viagem, na qual percorriam o mundo e descobriam como este era dominado.

O chamado *grand tour*, que atingiu o ápice no século XVIII, era a viagem de um britânico, do sexo masculino, membro da aristocracia, realizada em companhia de um tutor e com um roteiro prévio, no qual as cidades de Roma e Paris estavam sempre presentes. Além de oferecer prazer e instrução, o *grand tour* possibilitou que a imprensa divulgasse os primeiros textos sobre viagens. Provavelmente, tais textos despertaram as pessoas para os atrativos oferecidos por essas viagens.



Tfioze

Figura 18.1: O Templo de Saturno, uma homenagem ao deus da agricultura, justiça e força, localizado em Roma, a capital italiana. O monumento foi construído possivelmente no século IV a.C. e integrava o Fórum Romano. O deus romano Saturno equivalia ao deus grego Cronos. Observe, nesta fotografia, a proximidade entre as ruínas do templo e a igreja católica Santi Luca e Martina. Esta imagem nos permite ver o quanto um mesmo território pode abrigar, ao longo do tempo, culturas bem diferentes.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e4/Templo_de_Saturno.JPG

No mundo contemporâneo, os estudos que articulam o turismo à cultura começaram na década de 60, do século XX, por intermédio de uma abordagem antropológica. Nesta mesma época, o turismo passou a ser apontado como uma das alternativas para o desenvolvimento mundial.

No entanto, em muitos lugares, o modo de implantação em larga escala da atividade turística resultou em danos ao patrimônio cultural. Alguns dos problemas observados foram os seguintes:

- o desrespeito em relação à identidade cultural local;
- a falta de recursos humanos especializados;
- a visitação descontrolada;

- a imposição de novos padrões culturais, especialmente em pequenas comunidades;
- o despreparo de turistas para a experiência turística cultural.

Esse contexto apontou para a necessidade de ações conjuntas entre as áreas de turismo e de cultura.

Tendo em vista que a segmentação da atividade turística é baseada na motivação para o deslocamento, o turismo cultural é o segmento no qual a viagem é motivada especialmente pelo desejo de conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelos grupos sociais, ou seja, os elementos que constituem o patrimônio cultural de uma localidade.

Há estudos, todavia, que consideram que a transformação da cultura em mercadoria turística poderá resultar na perda de elementos essenciais ao pleno desenvolvimento das atividades culturais. Isto poderá reduzir os laços afetivos da comunidade em relação ao seu patrimônio.

Memória coletiva

A turismóloga Margarita Barreto produziu pesquisas que são consideradas no Brasil referências fundamentais para a formação em turismo. Ela sugere que o turismo cultural permite que a comunidade, de alguma forma, engaje-se no processo de recuperação da memória coletiva e de reconstrução da história.

A autora questiona se transformar um patrimônio cultural em um bem de consumo não é melhor do que deixá-lo à mercê de um processo de deterioração ou destruição. Segundo ela, por causa da falta de informação e de recursos da população, do descaso dos gestores públicos e da especulação imobiliária, a perda de patrimônios costuma ser bastante comum.



O que é patrimônio cultural?

A Constituição Federal de 1988, no artigo 216, utiliza a expressão patrimônio cultural para definir os bens de natureza material e imaterial. Estes, individualmente ou em conjunto, são portadores de referência da identidade, da ação e da memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

E o que significa *natureza material* e *natureza imaterial*?

- O patrimônio cultural de *natureza material* engloba os patrimônios históricos, os bens culturais imóveis e os espaços destinados a manifestações culturais e artísticas, entre elas as culturas populares e de cunho étnico (indígenas, afrobrasileiras etc.).
- Já o patrimônio cultural de *natureza imaterial* inclui as práticas, os conhecimentos, as maneiras de saber-fazer, os usos, os costumes, as crenças, as músicas, as danças, as festas, as manifestações religiosas etc. Esta dimensão do patrimônio caracteriza-se por seu caráter intangível e dinâmico, ou seja, está sujeita às mudanças impostas pelo cotidiano dos seres humanos.

Para Margarita Barreto, o turismo com base no legado cultural tende a desencadear um processo cíclico. O resgate da memória mediante a recuperação do patrimônio reafirma o interesse por este último, que, valorizado, estimula o conhecimento da história, a revitalização da memória social e a descoberta de novos patrimônios, o que também significa dizer que o turismo pode ser incentivado como estratégia de preservação do patrimônio, em função da promoção de seu valor econômico.

O planejamento da atividade turística cultural torna-se fundamental. O planejamento engloba fatores econômicos, políticos, ambientais e sociais. Há consenso de que a comunidade receptora, ou seja, a população do local visitado, dentre todos os fatores, é o mais significativo. Mais adiante, vamos ver o porquê disto.



Como o Brasil protege seu patrimônio histórico e cultural?

No Brasil, a proteção do patrimônio histórico nacional foi mencionada pela primeira vez na Constituição de 1934. A menção estava inclusa no texto dedicado à educação e à cultura. Somente a partir daí, o Estado brasileiro começou a proteger o patrimônio artístico e histórico nacional. Por iniciativa do ministro da Educação, Gustavo Capanema, uma legislação específica resultou na criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, que funcionou em caráter experimental em 1936 e tornou-se oficial em 1937. Foi o primeiro órgão federal responsável pela preservação do patrimônio nacional da América Latina. Em 1979, transformou-se no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).



Fonte: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/02/iphan-capoeira.jpg>

Cultura

Pode ser entendida como um conjunto de características distintivas, espirituais, materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Isto envolve as atividades em geral, as crenças, os valores, as tradições, as artes.

Identidade

Todo lugar possui características peculiares que são compartilhadas pela população ali inserida, sendo importantes referências comuns. Hábitos alimentares, costumes e memórias históricas são exemplos disto. São estas características que produzem um sentimento de afinidade entre as pessoas, ou seja, de modo geral, a identidade relaciona-se ao sentimento de pertencimento (por exemplo, nacional, regional, local ou étnico).

A não inserção da comunidade de forma participativa na atividade turística pode resultar em sentimento de exterioridade e não pertença em relação ao patrimônio cultural local. Também pode resultar em um sentimento de ameaça em relação à memória e à identidade locais, o que produz alienação ao processo.

Diante disso, a gestão do turismo cultural precisa considerar aspectos relacionados à **cultura** e à **identidade**. Têm-se em vista ações de impulso ao progresso que beneficiem a economia local, sem danificar o legado cultural da cidade/comunidade turística.

Em síntese, é possível dizer que a relação entre a cultura e o turismo fundamenta-se em dois elementos:

1. a existência de pessoas interessadas em conhecer culturas diversas;
2. a possibilidade de a atividade turística ser um instrumento de valorização da identidade cultural, de preservação e de conservação do patrimônio, bem como de promoção econômica de bens culturais.

O turismo cultural no mundo

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo cultural pode ocorrer, tendo em vista:

1. atrativos culturais, permanentes ou temporários, ou seja, os patrimônios tangíveis, museus, orquestras, atrações teatrais ou musicais;



Rodrigo Soldon

Figura 18.2: Museu Imperial de Petrópolis – RJ.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/soldon/2436017919/sizes/m/in/photostream/>

2. características culturais ou sociais de uma população que disponha de um estilo tradicional de vida ou tenha características próprias.



AntiFilms

Figura 18.3: Nativos da Colômbia.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/caroblanco/699761442/sizes/m/in/photostream/>



Sugestões da OMT e da ETC

A OMT e a Comissão Europeia de Turismo (ETC) sugerem algumas medidas para facilitar a cooperação entre as áreas do turismo e da cultura:

- considerar que o turismo cultural baseia-se na cooperação mútua entre o setor cultural e o setor do turismo;
- considerar que cada setor possui uma linguagem própria – o vocabulário empregado no setor cultural não é habitual no turístico e vice-versa;
- disponibilizar tempo suficiente para que as duas áreas conheçam-se bem, antes de realizarem atividades de cooperação;
- formular objetivos precisos, permitindo a visibilidade dos objetivos comuns e dos diferentes;
- cada uma das partes deve respeitar os objetivos, as necessidades e as condições da outra parte em relação a determinado assunto;
- preparar atividades coletivas, de promoção ou outras produções em equipe, criando um sentimento comum de pertencimento;
- considerar as diferentes funções e áreas de especialização dos dois setores (por exemplo, em um evento cultural, a produção é da cultura e a divulgação turística é do setor de turismo);
- considerar a necessidade de um planejamento efetivo entre as duas áreas, considerando os prazos de execução de atividades;
- envolver profissionais que conheçam e dialoguem com as duas áreas.

Turismo cultural no Brasil

A diversidade, considerada a principal característica do patrimônio cultural do Brasil, é a mola mestra da atividade turística no país, uma vez que o fluxo do turismo tende a aumentar na proporção do aumento de produtos oferecidos.



No Brasil, representantes do Ministério do Turismo, do Ministério da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Conselho Nacional de Turismo elaboraram a seguinte definição oficial para turismo cultural:

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2011).

Segundo o Ministério do Turismo do Brasil, os principais atrativos do turismo cultural são os seguintes:

- Sítios históricos – centros históricos, quilombos.
- Edificações especiais – arquitetura, ruínas.
- Obras de arte.
- Espaços e instituições culturais – museus, casas de cultura.
- Festas, festivais e celebrações locais.
- Gastronomia típica.
- Artesanato e produtos típicos.
- Música, teatro, cinema e dança.
- Feiras e mercados tradicionais.
- Saberes e fazeres – causos, trabalhos manuais.
- Realizações artísticas – exposições, ateliês.
- Eventos programados – feiras e outras realizações artísticas, culturais, gastronômicas.
- Outros que se enquadrem na temática cultural.



O que é tombamento?

Tombamento é um ato administrativo do poder público, destinado à preservação de bens considerados pela população de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e/ou afetivo. O proprietário não perde o bem e continua a ser o responsável pela conservação do mesmo, mas é impedido de demoli-lo ou descaracterizá-lo ou, se for um objeto de arte, retirá-lo do território nacional sem uma autorização prévia do órgão competente. Podem ser tombados bens pertencentes à União, aos estados, Distrito Federal e municípios, bem como pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. O tombo pode ser registrado em um destes quatros livros:

- 1) Arqueológico, Etnológico e Paisagístico;
- 2) Histórico;
- 3) Belas-Artes;
- 4) Artes Aplicadas.

Patrimônios Mundiais

O título de Patrimônio Mundial Cultural e Natural é concedido pela Unesco a monumentos, edifícios, trechos urbanos e ambientes naturais que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico.

A intenção da Unesco não é apenas catalogar, mas identificar, proteger e preservar os bens culturais e naturais, considerados especialmente valiosos para a humanidade. Este objetivo integra um tratado internacional, denominado Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, aprovado em 1972.

A Lista do Patrimônio Mundial comporta atualmente pouco mais de 900 bens, situados em aproximadamente 150 países. Estes bens dividem-se entre Patrimônios Culturais e Patrimônios Naturais.

O Patrimônio Cultural é formado por monumentos, grupos de edifícios e áreas que têm valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico.

O Patrimônio Natural inclui formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e zonas que tenham valor científico, de conservação ou estético.



Luiz Henrique Varga Assunção

Figura 18.4: Cataratas do Iguazu.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/licassuncao/2312910405/>

A maioria dos bens da Lista do Patrimônio Mundial é constituída por Patrimônios Culturais. Os Patrimônios Naturais constituem cerca de 20% do total da lista. Apenas pouco mais de 20 bens são considerados Patrimônios Mundiais de caráter misto (cultural e natural).

Philip Kromer

Julien Demade



Figura 18.5: Estas são imagens do Patrimônio Mundial Cultural Tiya, localizado na Etiópia e considerado um dos mais importantes sítios arqueológicos do mundo. Estudos apontam que a espécie humana teve origem na região do continente africano onde depois se estabeleceu a civilização etíope, possivelmente a mais antiga do mundo. Encontram-se na Etiópia sítios arqueológicos com símbolos enigmáticos ainda não decifrados e com idade ainda não determinada.

Fontes: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bb/20-022_20_-_Tiya_Stele_Field.jpg; http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/94/Tiya_vue_d'ensemble.JPG



Para você ampliar o seu conhecimento, acesse a lista completa dos Patrimônios Mundiais em: <http://whc.unesco.org/en/list>

O Brasil aderiu à Convenção do Patrimônio Mundial em setembro de 1977 e atualmente comporta 17 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, sendo dez Patrimônios Culturais e sete Naturais. São eles:

- A Cidade Histórica de Ouro Preto – Minas Gerais.
- O Centro Histórico de Olinda – Pernambuco.
- As ruínas jesuítico-guaranis de São Miguel das Missões – Rio Grande do Sul.
- O Centro Histórico de Salvador – Bahia.
- O Santuário de Bom Jesus de Matosinhos – Congonhas do Campo – Minas Gerais.

- O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Brasília – Distrito Federal.
- O Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí.
- O Centro Histórico de São Luís – Maranhão.
- O Centro Histórico de Diamantina – Minas Gerais.



Figura 18.6: Centro Histórico de Diamantina – Minas Gerais.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/vanessacristina/3401793373/>

- O Centro Histórico da Cidade de Goiás – Goiás.
- O Parque Nacional do Iguaçu – Paraná.
- A Mata Atlântica – Reservas do Sudeste.
- A Costa do Descobrimento – Reservas da Mata Atlântica (Bahia e Espírito Santo).
- O Complexo de Preservação da Amazônia Central – Amazonas.
- Áreas de Conservação do Pantanal – Mato Grosso.
- Áreas protegidas do Cerrado – Parque Nacional das Emas e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – Goiás.
- As Ilhas Atlânticas brasileiras – Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas.



Ouro Preto

Ouro Preto foi a primeira cidade brasileira a ser elevada à condição de Monumento Nacional. Isto aconteceu em 1933. Ouro Preto foi também a primeira cidade brasileira a receber da Unesco o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1980. Com mais de trezentos anos, a cidade, localizada a cem quilômetros da capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, ainda conserva muitos traços da arte barroca do século XVIII. Entre os muitos monumentos de Ouro Preto, destacam-se as igrejas de São Francisco de Assis (projetada por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho), de Nossa Senhora do Pilar, e de Nossa Senhora dos Pretos do Alto da Cruz (Santa Efigênia), bem como o Museu da Inconfidência.



Veja outras fotografias de Ouro Preto no endereço a seguir:
http://www.fafich.ufmg.br/cibi2006/fotos_ouro_preto.htm



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. No Turismo Cultural, a viagem é motivada especialmente pelo desejo de conhecer o Patrimônio Cultural de uma localidade. Isto significa que a relação entre a atividade turística e as culturas é

sempre harmônica? Dê a sua opinião. Observe as seguintes situações no quadro abaixo e marque aquelas que você considerar harmônicas.

| Situações | Harmônicas? |
|--|-------------|
| 1. Em uma vila de pescadores artesanais e bordadeiras, turistas de classe média ostentam uma parafênia de aparelhos eletrônicos, na beira da praia. Na madrugada, o barulho das corridas de carros (rachas) atrapalha o sono da comunidade local. | |
| 2. Uma empresa sugeriu que a data de uma das mais importantes festas religiosas de uma comunidade fosse transferida. Tradicionalmente realizada no mês de outubro, a homenagem a Nossa Senhora do Rosário seria antecipada para o mês de julho, correspondente às férias escolares. | |
| 3. Tendo em vista o ingresso na atividade turística, o poder público de uma cidadezinha construiu um museu e constituiu o seu acervo com imagens de santos e de santas que estavam nas igrejinhas locais. A comunidade local reprovou a iniciativa. | |
| 4. Já bastante deteriorado pelo abandono, durante muitos anos, um prédio de arquitetura de estilo colonial foi restaurado e transformou-se em uma charmosa pousada de padrão internacional. A atividade turística gerou novos empregos e aumentou a autoestima da população da cidade. | |

Agora que você terminou de fazer esta análise, opine sobre isto:

Afinal, como pode uma viagem feita pelo desejo de conhecer um Patrimônio Cultural causar desarmonia?

Resposta Comentada

A relação entre o turismo e a cultura nem sempre é harmônica. Vários fatores precisam ser levados em conta para que se consiga uma boa sintonia entre estes dois setores. Sem um bom planejamento,

uma viagem feita pelo desejo de conhecer um Patrimônio Cultural pode causar desarmonia e colocar em risco o patrimônio visitado. Isto pode acontecer, por exemplo, devido ao desrespeito em relação à identidade cultural local e à imposição de novos padrões culturais, especialmente em pequenas comunidades. É o caso das situações 1, 2 e 3. Sem um bom planejamento, a transformação da cultura em mercadoria turística poderá resultar na perda de elementos essenciais ao pleno desenvolvimento das atividades culturais. Ou seja, há uma redução dos laços afetivos da comunidade em relação ao seu patrimônio, que poderá resultar em um sentimento de ameaça em relação à memória e à identidade locais, o que produz alienação ao processo. O planejamento engloba fatores econômicos, políticos, ambientais e sociais. É importante que a comunidade, de alguma forma, participe deste processo. O resgate da memória mediante a recuperação do patrimônio reafirma o interesse por este último que, valorizado, estimula o conhecimento da história, a revitalização da memória social e a descoberta de novos patrimônios. Assim, o turismo pode ser incentivado como estratégia de preservação do patrimônio, em função da promoção de seu valor econômico.

Turista cultural

Para que as preferências e as necessidades dos turistas sejam conhecidas, são realizadas pesquisas de demanda. Para garantir confiabilidade, estas pesquisas devem ser planejadas, conforme metodologias específicas, tanto na alta quanto na baixa temporada turística, durante a semana e fins de semana, em diferentes horários do dia e da noite. Assim, é possível captar o perfil de turistas que frequentam o destino durante todo o ano, identificando seus hábitos de visitação e consumo.

Os livros de registro de visitas encontrados, geralmente, em museus, centros culturais, igrejas de caráter histórico e espaços afins possibilitam caracterizar a procedência e o número de visitantes a estes bens culturais.



Figura 18.7: Os livros de visitas mantêm o registro do fluxo de turistas.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/361241>

Os resultados das pesquisas de demanda permitem o desenvolvimento de produtos de turismo que atendam aos diferentes perfis, motivações e interesses de viagem, permitindo a segmentação da demanda.

Algumas dessas pesquisas apontam para a existência de dois tipos de turistas que visitam atrativos culturais em seus deslocamentos:

1. aqueles com interesse específico na cultura, ou seja, que desejam aprofundar-se na compreensão das culturas visitadas e deslocam-se especialmente para este fim;
2. aqueles com interesse ocasional na cultura, ou seja, que possuem outras motivações que os atraem ao destino e relacionam-se com a cultura apenas como uma opção de lazer. São aqueles turistas que acabam visitando algum atrativo cultural, embora não tenham se deslocado com esse fim. Mesmo não sendo o alvo principal, este público também deve ser considerado quando a atividade turística cultural está sendo planejada.

Turistas com interesse específico na cultura local podem

buscar manifestações culturais consideradas de cunho erudito e/ou com aspectos referentes à cultura dita popular.

As manifestações chamadas de eruditas podem ser encontradas em grande parte dos museus, prédios históricos, em algumas artes musicais, cênicas e literárias.

As manifestações da cultura popular são encontradas em saberes e fazeres que compõem as identidades locais. Estas podem incluir manifestações tradicionais, gastronomia típica, festas e celebrações populares, lendas, histórias e causos locais, produtos artesanais, bem como modos peculiares de receber visitantes.

Diante disso, percebe-se que grande parte da cultura popular pode ser constituída por elementos imateriais. Mas existe uma maneira de garantir a preservação desses bens?

Sim. Desde o ano 2000, o Iphan dispõe do *Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial*, que salvaguarda e classifica bens imateriais brasileiros, a partir de algumas características específicas. Veja, no boxe a seguir, como é feita esta classificação.



Os *Saberes* incluem os conhecimentos e modos de fazer, enraizados no cotidiano das comunidades: *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (Espírito Santo)*; *Modo de Fazer Viola de Cocho (Região Centro-Oeste)*; *Ofício das Baianas de Acarajé (Bahia)*.

As *Celebrações* incluem rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social: *Círio de Nossa Senhora de Nazaré (Belém/PA)*; Os *Lugares* incluem mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem-se práticas culturais coletivas. Ainda não existem bens registrados nesta categoria.

As *Formas de Expressão* incluem manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas: *Arte Kuwisa, técnica de pintura e arte gráfica da população indígena Wajãpi (Amapá)*; *Samba de Roda do Recôncavo Baiano (Bahia)*; *Jongo (Região Sudeste)*.

Rodrigues Pozzebom



Figura 18.8: Baiana de acarajé.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Baiana-acaraj%C3%A9-Salvador.jpg>

É importante salientar, no entanto, que práticas culturais diversas circulam por diferentes espaços, sendo possível, portanto, identificar manifestações da cultura popular também em museus e teatros.

Turistas culturais que buscam manifestações populares valorizam a cultura em toda a sua complexidade e particularidade, em especial as características da identidade local e da memória coletiva.

Comunidade local

A comunidade local tem um papel fundamental no desenvolvimento do turismo cultural, sendo importante que ela conheça e valorize o seu patrimônio. O envolvimento da comunidade também é importante porque pode resultar na divulgação de aspectos culturais não registrados ou não considerados pela história oficial. Neste sentido, o próprio cotidiano da comunidade constitui-se em atrativo.



Pessoas com mais idade, moradoras mais antigas de uma região, geralmente são detentoras de um amplo leque de informações sobre a história, a memória, os personagens e fatos do cotidiano local, nem sempre visíveis e conhecidos pelo senso comum.

As populações locais visitadas recebem inúmeras influências dos visitantes. O fator planejamento pode determinar se estas influências vão ser benéficas ou maléficas.

Estudos apontam que as comunidades receptoras querem compartilhar experiências culturais com os visitantes e acreditam que isto enriquece e valoriza o local, mas estas comunidades, obviamente, querem também receber benefícios.

Entre esses benefícios, destacam-se:

- a inserção em um contexto que estimule o fortalecimento da identidade local;
- o reconhecimento de que a comunidade é parte integrante do patrimônio cultural;
- a responsabilidade e o acesso às informações, referentes à preservação do patrimônio;
- o desenvolvimento socioeconômico.



Quilombo São José da Serra

Podemos observar um bom exemplo de manifestação cultural imaterial e boa interação entre a comunidade receptora e os visitantes no Quilombo São José da Serra. Trata-se de uma comunidade de descendentes de trabalhadores negros, escravizados, localizada no interior do estado do Rio de Janeiro, na cidade de Valença. O Quilombo São José da Serra existe há cerca de 150 anos e é considerado o principal berço do jongo. Saiba mais no endereço a seguir: <http://quilombosaojosedaserra.blogspot.com/>

O planejamento e o turismo cultural

O planejamento engloba fatores econômicos, políticos, ambientais e sociais. Há consenso de que a comunidade receptora, dentre todos os fatores, é o mais significativo. Planejar é fundamental para a realização de uma atividade turística cultural com bons resultados, podendo ser uma das principais ações para o desenvolvimento local.

A atividade turística bem planejada poderá resultar em um incentivo para a afirmação/manutenção das identidades locais. Por outro lado, a inexistência de planejamento ou um planejamento mal feito poderá resultar em uma negação/desintegração dessas identidades.

É importante que o planejamento preveja, por exemplo, um trabalho contínuo de educação patrimonial com a comunidade, para que esta amplie o conhecimento, aproprie-se e valorize mais a sua herança cultural. Tal trabalho poderá ser uma peça fundamental para a preservação e a conservação do patrimônio, bem como para o fortalecimento dos sentimentos de identidade que são imprescindíveis para a **sustentabilidade** do turismo cultural.

Entre os impactos positivos de uma atividade turística cultural bem planejada podem ser destacados:

- o desenvolvimento socioeconômico da comunidade receptora (oportunidade de emprego; aumento de renda e/ou renda alternativa);
- o desenvolvimento de infraestrutura que pode estimular o comércio e a indústria locais;
- a diversificação da economia;
- a criação de programas de proteção do patrimônio cultural local;
- o monitoramento da comunidade em relação às ações de visitantes.

Por sua vez, o não planejamento ou um planejamento mal feito poderá resultar em:

Sustentabilidade

Um conceito que se refere às atitudes das pessoas e das organizações e está diretamente ligado à sobrevivência do planeta. A ONU define sustentabilidade como “o atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometer a possibilidade de satisfação das necessidades das gerações futuras”.

- descaracterização de mitos, ritos, tradições e costumes, a partir da transformação destes em espetáculos para turistas;
- estranhamento/ressentimento da comunidade receptora, diante de comportamentos de ostentação (tempo e dinheiro) dos turistas;
- aumento de preços das mercadorias e especulação imobiliária, que dificulta a vida local;
- migração de pessoas de outras regiões em busca de trabalho no polo turístico, o que causa um excedente de mão de obra;
- agressões ao meio ambiente (desmatamento, poluição etc.);
- aumento da violência.

Turismo e identidade cultural

A articulação entre turismo e cultura remete a questões sobre a identidade cultural, o que significa atentar para as consequências da atividade turística nas localidades.

Se, por um lado, a **globalização** tende a produzir perdas da memória coletiva das sociedades, ou seja, tende a destruir identidades nacionais, regionais e locais e a homogeneizar as culturas, por outro lado, o grande interesse da humanidade por culturas diferentes é a mola mestra do turismo cultural.

Há um tipo característico de turista que quer conhecer diferentes modos de vida e maneiras de viver, tendo em vista o seu enriquecimento cultural. Esse é um roteiro que, às vezes, está na contramão das grandes agências de turismo de massa.

Alguns estudos entendem que o turismo artificializa tudo o que toca, criando em torno de si um mundo fictício. Teóricos como **Stuart Hall** sugerem que, devido às influências de diversos sistemas culturais presentes, hoje em dia as identidades dos

Globalização

Processo do capitalismo globalizado, consolidado nas últimas décadas do século XX. É caracterizado pela ascensão dos grandes grupos econômicos transnacionais, pelo enfraquecimento do Estado-Nação e por um contexto de aceleração do tempo e diminuição do espaço. A globalização pressupõe sociedades sem fronteiras definidas, regidas pelo uso da informação e da tecnologia e por fluxos e interações globais, incluindo neste item o deslocamento de pessoas em massa.

Stuart Hall



É um dos intelectuais responsáveis pela construção do campo teórico Estudos Culturais. Jamaicano, nascido em 1932, na capital Kingston, Stuart Hall migrou para a Inglaterra, em 1951. Trabalhos publicados pelo autor no Brasil: *A identidade cultural na pós-modernidade* (DP&A, 1999); *Quem precisa de diferença?* (In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes, 2000); *Da diáspora; identidades e mediações culturais* (Editora UFMG, 2006).

Fonte: <http://www.psychanalysis.cz/images/stuart%20hall1.jpg>

sujeitos passam por constantes transformações. Isso significa dizer que é difícil conceber identidades culturais baseando-se somente em uma cultura nacional ou local, uma vez que as identidades culturais estão cada vez mais fragmentadas e afetadas por influências externas.

Stuart Hall sugere três possíveis consequências da globalização sobre o processo de construção das identidades culturais:

1. Uma homogeneização cultural, na qual membros de diferentes sociedades partilham dos mesmos elementos culturais (roupas, músicas, comidas, por exemplo).
2. Um resgate/afirmação das culturas (nacionais, regionais, locais e étnicas), por intermédio de um processo de resistência à homogeneização.
3. O surgimento de uma terceira manifestação que engloba elementos da cultura interna com elementos da cultura externa, sendo, portanto, uma cultura híbrida.

Fica difícil, portanto, estabelecer de antemão qual desses processos vai se desencadear, sendo possível ainda que todos aconteçam ao mesmo tempo, em diferentes graus de intensidade.

Em alguns casos, o patrimônio cultural pode ser invisível, devido à convivência e à rotina do cotidiano. Neste sentido, uma boa implantação da atividade turística poderá gerar na comunidade local um sentimento de autoestima, a partir da valorização do patrimônio cultural local. Tal valorização poderá resultar em uma **ressignificação** e/ou em um resgate de aspectos tradicionais da cultura, da história e da memória local, ou seja, em aspectos de afirmação da identidade cultural local.

Por outro lado, a transformação da cultura local em mercadoria poderá resultar na perda de elementos essenciais ao pleno desenvolvimento da atividade cultural. Isto poderia reduzir os laços afetivos da comunidade em relação ao seu patrimônio.

Neste sentido, alguns estudos consideram que a atividade turística acaba por produzir **simulacros** e pseudoeventos, questionando desta forma se existe autenticidade em alguns elementos oferecidos pelo turismo cultural.

Ressignificação

Processo no qual se passa a atribuir um novo significado a acontecimentos, situações ou coisas, a partir de uma mudança de perspectiva do olhar, ou seja, da visão de mundo. O termo parte do pressuposto de que o significado de todo acontecimento depende de uma espécie de filtro pelo qual ele é visto; logo, a mudança do filtro resulta na mudança do significado.

Simulacro

Aquilo que a fantasia cria e que representa um objeto ou alguma coisa sem correspondente na realidade.

É importante destacar, no entanto, que, independente da atividade turística, a cultura está sempre recebendo influências, tanto interiores quanto exteriores. A cultura é um processo dinâmico e não um sistema fechado.

Por sua vez, a tradição não é estática; no decorrer do tempo, as tradições tendem a se articular, passando a integrar à cultura já conhecida traços vindos de outras culturas.

Além disso, algumas manifestações culturais podem ser frutos de processos que nada têm a ver com a continuidade de uma tradição histórico-temporal. É o caso de determinadas festas populares locais que, ao longo do tempo, passaram a identificar inúmeros municípios brasileiros. Muitas destas festas resultaram de esforços, tanto dos governos quanto das comunidades locais, para atrair recursos, prestígio, visibilidade e, conseqüentemente, visitantes. São casos em que há um tipo de invenção da tradição.



A Festa do Bode Rei

A criação do complexo turístico de Cabaceiras é um bom exemplo de como a invenção de uma tradição pode se transformar em uma identidade cultural legítima. Cabaceiras, um município do estado da Paraíba, localizado a 183km da capital João Pessoa, é o lugar onde menos chove no Brasil. Até meados da década de 90 do século XX, época em que foi criado o polo turístico, as características climáticas locais eram um problema, uma vez que a ausência de chuva era associada a desgraça. Depois da implantação da atividade turística, o pessimismo transformou-se em orgulho identitário. Tendo por foco central tanto turismo quanto sustentabilidade, o projeto transformou o discurso tradicional da comunidade. O *slogan* promocional é emblemático: “Cabaceiras sol para você”. Foram criados eventos e símbolos para a cidade. As atrações turísticas fortaleceram a autoestima da comunidade local e promoveram o desenvolvimento econômico do município. A economia local voltou-se para a produção cultural, o artesanato, a dança e a culinária. O destaque principal foi à invenção da Festa do Bode Rei. Esta, por sua vez, resultou na criação de uma literatura de cordel do bode, em desfiles, concurso e corrida de bodes, em uma culinária “bodística”, que inclui pizza, hambúrguer, linguíça e carne de sol, bem como em uma dança típica: o bumba meu bode.

A cidade, que tem menos de cinco mil habitantes, chega a receber mais de 40 mil visitantes, incluindo turistas estrangeiros. O turismo criou centenas de empregos diretos e indiretos, bem como centenas de empregos temporários.

Stuart Hall sugere que as identidades podem ser vistas de duas maneiras:

1. A primeira ocorre quando o grupo/comunidade busca recuperar uma história e uma cultura compartilhadas no passado, uma busca que pode ser representada em manifestações que reafirmam e reforçam esta identidade.
2. A segunda está relacionada com o futuro e com as perspectivas desejadas pelo grupo para si. Desta forma, a identidade estaria relacionada tanto com a tradição quanto com a invenção da tradição, o que permite aos sujeitos a capacidade de transformar identidades que estariam aprisionadas pela história.

Ou seja, não é prudente pensar em comunidades locais completamente isoladas, sendo equivocado, por exemplo, turistas acreditarem que irão encontrar pequenas comunidades rurais ou comunidades indígenas da mesma maneira que as encontrariam se estivessem no século XIX.

Neste aspecto, uma pesquisa realizada com os índios pataxó pode ser bastante esclarecedora. Confira o box a seguir:



Os índios pataxó da Bahia



Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/43/Two_Pataxo_indians_\(Bras%C3%ADlia,_04_April_2006\).jpeg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/43/Two_Pataxo_indians_(Bras%C3%ADlia,_04_April_2006).jpeg)

Ao realizarem pesquisa com os índios pataxó de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, no estado da Bahia, as pesquisadoras Yára Mattos e Tatiana Pereira Freitas, da Universidade Federal de Ouro Preto, observaram contradições do impacto do turismo cultural. As pesquisadoras avaliam que após 500 anos de “descobrimto”, todas as etnias indígenas do Brasil já foram inventadas e reinventadas inúmeras vezes. Porém, nem por isto estas tradições, culturas e identidades não devem ser preservadas. A pesquisa detectou que o turismo pode resultar tanto em benefícios quanto em malefícios para a cultura e a identidade dos pataxó. Segundo as pesquisadoras, o impacto negativo acontece, por exemplo, na comunidade indígena próxima à urbanização de Santa Cruz da Cabrália, na qual os índios utilizam-se da sua cultura unicamente com fins financeiros, não se preocupando em preservá-la. Um exemplo disto seria o aluguel de barracas indígenas para que não indígenas possam vender suvenires para turistas. Já o aspecto positivo foi verificado na Reserva da Jaqueira. A cultura pataxó não só gera renda, mas também promove um resgate cultural e contribui para a conservação do território indígena de Coroa Vermelha. As pesquisadoras avaliam que o turismo cultural poderá resultar em benefícios, se a comunidade indígena estiver com a sua cultura fortalecida, se o planejamento turístico for feito pelos próprios índios e/ou se a comunidade indígena participar da elaboração do planejamento.

Estudos consideram as identidades reconstruídas/ressignificadas pelo e para o turismo bem como identidades inventadas pelo e para o turismo, como sendo autênticas.

Em primeiro lugar, porque as manifestações culturais expostas na arena turística acabam por ser legitimadas pela comunidade que é a sua suposta matriz.

Em segundo, por entenderem que a abordagem da autenticidade deve levar em conta que, nos dias de hoje, as identidades podem ser múltiplas. Isto significa dizer que os indivíduos não possuem somente uma identidade, mas uma série delas.

Neste sentido, o turismo cultural pode tornar-se um significativo incentivador de relações culturais, sendo assim uma ferramenta importante para que as pessoas aprendam sobre os modos de vida umas das outras.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Os trechos a seguir apresentam relatos de pesquisas realizadas, respectivamente, no Pantanal e no litoral norte do Rio Grande do Sul. No primeiro texto, o pesquisador sugere que o potencial para a implantação do turismo cultural ainda não foi desenvolvido e centra a atenção em um dos aspectos do turismo que é praticado no local. No segundo, o pesquisador questiona a validade da opção por transformar a cultura em mero espetáculo turístico. A partir da leitura dos textos, articule aspectos do turismo cultural, tendo em vista a importância do planejamento da atividade turística e o consenso de que a comunidade receptora é o fator mais significativo neste planejamento.

Texto 1

A lenta ocupação do extremo Oeste brasileiro encontra-se registrada, através de uma série de vestígios arqueológicos e históricos, às margens daquele que foi o caminho natural de penetração humana na região: o rio Paraguai. Ao longo de seu eixo é possível encontrar, ainda hoje, ruínas

de saladeiros ou charqueadas, que constituíram o grande empreendimento econômico do Pantanal até meados do século XX; casas-grandes, que foram sedes de importantes fazendas de onde partiram os pioneiros da ocupação pastoril da planície; e sítios arqueológicos, que registram diversos períodos da ocupação indígena da região, entre outros sinais da presença humana no Pantanal. (...)



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pantanal.jpg>

Estimular a memória social, torná-la pública através da revitalização do patrimônio e do investimento no turismo histórico e cultural, é tanto mais premente e factível na planície pantaneira quando se conhece a demanda da população por iniciativas dessa natureza e o valor e amplitude do patrimônio existente, desde a cidade de Cáceres (MT) até Porto Murtinho (MS), no curso do rio Paraguai. (...)

Os turistas, declararam alguns marinheiros, detêm plenos direitos e poderes no barco. Seus desejos devem ser realizados a despeito de qualquer adversidade. Não há como evitar, dizem, que se disponham ao serviço de suas vontades. As excursões são programadas com meses de antecedência e os grupos de turistas costumam ser fiéis às empresas que oferecem pacotes para a pesca esportiva. Desse modo, ainda que resultem em ações impactantes ao ecossistema da região, no turismo da pesca uma negativa às solicitações e aos desejos dos clientes pode implicar sua perda na estação seguinte. Assim, agressões contra a

natureza (animais silvestres de pequeno porte constituem iguarias cobiçadas por clientes ávidos pelo sabor local; jacarés costumam ser literalmente laçados e trazidos aos barcos, para serem fotografados com e pelos turistas; entre outras práticas impactantes, são comuns nas pescarias e passeios tidos como “ecológicos” no rio Paraguai), artifícios para proteger os pescadores da ação fiscalizadora da Polícia Ambiental, festas que seguem através da madrugada com som alto, gritarias e a presença de prostitutas, entre outros aspectos, são quase uma rotina nas lanchas pesqueiras, imposta pela concorrência que se avoluma entre essas embarcações de turismo e pela falta de fiscalização dos agentes públicos encarregados do controle ambiental (BANDUCCI JUNIOR, 2003, p. 130).

Texto 2

A própria manutenção da manifestação implica em que seus integrantes se dêem conta de que não é maquiando as apresentações, mudando as roupas dos integrantes e as músicas que o grupo irá se destacar, outrossim, tendo uma consciência de entender de que a graça está em manter o que existe sem cair no discurso de que “temos que mudar senão acabamos”. Como se trata de uma festa popular, organizada por uma minoria, no caso dos Moçambiques, é pertinente lembrar Canclini (1983) que diz que não haverá política realmente popular se os produtores das manifestações (se referindo ao artesanato) não tiverem papel protagonista, e este papel não se realizará senão como consequência de uma democratização radical da sociedade civil. Até onde o turismo possa se relacionar com as festas populares, entendemos que os atores do grupo Moçambique, neste caso, devem não somente definir estratégias de que sejam promovidas suas manifestações e discutir as possibilidades de quais seriam as consequências positivas ou negativas do grupo vir a compor um “produto de turismo cultural” (RIBEIRO, 2004, p. 53).

Resposta Comentada

O texto 1 explicita uma situação na qual o planejamento turístico não está levando em conta o fator sustentabilidade, bem como não está respeitando a cultura local. A atividade não está produzindo um resultado socialmente justo, uma vez que a comunidade visitada não tem voz em relação aos rumos do empreendimento e dele recebe poucos benefícios. Pelos relatos dos marinheiros, é possível inferir que há uma relação desigual entre turistas e comunidade, uma relação caracterizada pela arrogância dos visitantes e pela submissão dos visitados. O resultado disto são problemas ecológicos e, provavelmente, conflitos relativos aos direitos humanos e à cidadania. Ou seja, os relatos deixam transparecer que, a despeito de evidências de que a atividade turística abordada resulta em lucro empresarial, a comunidade local não está sendo beneficiada na mesma proporção e o meio ambiente está sendo prejudicado. Já o texto 2 sugere que os integrantes de uma manifestação popular sejam fiéis às suas práticas e não se deixem seduzir com a perspectiva da “cenaização” da cultura, apontando desta forma que o ingresso na atividade turística precisa ser acompanhado de uma discussão sobre qual vai ser o papel da comunidade nesta atividade, ou seja, uma discussão sobre os aspectos positivos e os aspectos negativos que podem resultar desse ingresso. Na síntese, os textos ressaltam que a comunidade é o fator mais significativo do planejamento da atividade turística, se o que estiver sendo levado em conta for o desenvolvimento local, a valorização das identidades culturais, a preservação e a conservação dos patrimônios culturais e naturais e a promoção econômica tendo em vista as gerações futuras.

Resumo

O turismo cultural é aquele no qual a viagem é motivada especialmente pelo desejo de conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelos grupos sociais, ou seja, os elementos que constituem o patrimônio cultural de uma localidade. O patrimônio cultural define os bens de natureza material e imaterial que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. O patrimônio material engloba os bens culturais imóveis e os espaços destinados a manifestações culturais e artísticas. O patrimônio imaterial inclui as práticas, os conhecimentos, as maneiras de saber-fazer, os usos, os costumes, as crenças, as músicas, as danças, as festas, as manifestações religiosas etc. A gestão do turismo cultural precisa considerar os conceitos de cultura e de identidade. Alguns estudos consideram que o turismo cenariza a cultura. Cabe salientar, no entanto, que a cultura está constantemente recebendo influências tanto interiores quanto exteriores, sendo um processo dinâmico e não um sistema fechado. Estudos consideram também que as identidades reconstruídas/ressignificadas pelo e para o turismo, bem como as identidades inventadas pelo e para o turismo, são autênticas. As manifestações culturais expostas na arena turística acabam por ser legitimadas pela comunidade que é a sua suposta matriz. O planejamento é fundamental para o turismo cultural, devendo englobar fatores econômicos, políticos, ambientais e sociais. Há consenso de que a comunidade, dentre todos os fatores, é o mais significativo. Se bem planejada, a atividade turística cultural pode ser uma das principais ações para o desenvolvimento local, bem como para a valorização das identidades culturais, a preservação e a conservação dos patrimônios culturais e a promoção econômica de bens culturais.

Estudos Antropológicos

Referências

ARTHUR de Gobineau. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arthur_de_Gobineau>. Acesso em: 19 jul. 2011.

CONDE de Gobineau. In: DICIONÁRIO do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ETNIAS africanas no Brasil. Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/_ZXdjMfFKvKY/S8-XosKkD-I/AAAAAAAAAAc/IYdEYrMg1xI/s1600/ETNIAS+AFRICANAS+NO+BRASIL.jpg>. Disponível em: 19 jul. 2011.

EUGENIA. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Eugenia>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 35ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. 567p.

_____. *Sobrados & mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

LÉVI-STRAUSS. *Raça e história*: 1952. São Paulo: Martins Fontes, 1952.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DOS AMERICANISTAS, 31., 2005. Anais... São Paulo: Anhembi. 12, n. 1, p. 321-46, maio/ago. 2005.

PENA, S. D. J.: Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 321-346, 2005.

PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/sete/petruc7.htm>. Acesso em 03/01/2012.

PEREIRA, M. E. Morel e a questão da degenerescência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 490-496, set., 2008.

SANTOS, J. R. *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense-Abril Cultural, 1984.

SCHWARCS, L. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: O contexto brasileiro. In: SCHWARCS, L. M.; QUEIRÓS, Renato da Silva. *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.

SERPA, O. O degenerado. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, dez. 2010.

STEFANO, Waldir. Dossiê: darwinismo e filosofia. *Temas & matizes*, n. 15, p. 42-54, 2009.

Aula 12

KUPER, A. *Antropólogos e antropologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1973.

MALINOWSKI, B. *Estudios de psicologia primitiva*. [s.l]: Paidós, 1982.

_____. *Coleção grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. *Sexo e repressão na sociedade selvagem*. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. *A vida sexual dos selvagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982

O MITO de étipo rei. Café com filosofia: eu somente sei que não sei. Disponível em: <<http://filosofojr.wordpress.com/2008/09/30/o-mito-de-edipo-rei/>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

SILVA, V. *Nos bastidores da pesquisa de campo*. MALINOWSKI, Branislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Aula 13

BASTIAN, E. O relativismo cultural é válido nas ciências da saúde?: exame de suas bases filosóficas. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.5, n.1, 1971.

BOAS, F. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2007.

BROWN, D. *Human universals*. New York: McGraw-Hill, 1991.

EAGLETON, T. *A idéia de cultura*. Lisboa: Atividades Editoriais, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio*. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009. 2.120 p.

KROEBER, A. L. *Anthropology today*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

MEAD, M. *Adolescencia y cultura en Samoa*. Buenos Aires: Editora Paidós, 1935.

PIOVESAN, F. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. Sur: *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v.1, n.1, 2004.

RUTH Benedict. In: *Antropologia*. Disponível em: <http://wwwantropologia9.blogspot.com/2011_03_01_archive.html>. Acesso em: 23 jan. 2011.

SEGATO, R. *Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais*. Mana, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2006.

WILLIAMS, R. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

Aula 14

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo: EDUSP, 1997.

ETA, o país basco e a autodeterminação. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=195>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

FREDRIK Barth: *grupos étnicos e suas fronteiras*. Diálogos antropológicos: blog do grupo de estudos culturais, identidade e relações interétnicas. Disponível em: <<http://dialogosantropologicos.blogspot.com/2010/08/fredrik-barth-grupos-etnicos-e-suas.html>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A 2002.

LIFSCHITZ, Javier. Neocomunidades no Brasil: uma aproximação etnográfica. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, Niterói, v. 20, p. 109-130, 2006.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

NORUEGA: ecos da xenofobia: atentado coloca em evidência expansão na Europa de partidos contrários a imigrantes e islamitas: massacre põe populistas [de direita] contra a parede. 26 jul. 2001. <<http://democraciapolitica.blogspot.com/2011/07/noruega-ecos-da-xenofobia.html>>.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 72.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

PRINCIPAIS conflitos étnicos na Europa. Disponível em: <<http://mundogeografico.sites.uol.com.br/geopoli12.html>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

Aula 15

A BUSCA do paraíso mitológico pelas culturas indígena guarani e afro-americana. Webartigos.com. Disponível em: Leia mais em: <<http://www.webartigos.com/articles/13639/1/A-BUSCA-DO-PARAISO-MITOLOGICO-PELAS-CULTURAS-INDIGENA-GUARANI-E-AFRO-AMERICANA/pagina1.html#ixzz1TK4scOox>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

BIOGRAFIA-Alberto.Lamego. Nosso amor por livros: fórum destinado a discussão de obras literárias. Disponível em: <<http://livrosrevisados.forumeiros.com/t26-biografia-alberto-lamego>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

- CASCUDO, Câmara. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Martins Editora, 1944.
- _____. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1970.
- _____. *A organização social dos tupinambá*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Nova Iorque: Kangaroo Books, 1977.
- MELATTI, Julio Cezar. A antropologia no Brasil: um roteiro. *Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais*, Rio de Janeiro, n.17, p. 3-52, 1984.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- PEIRANO, Mariza G. S. A Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). MICELI, S. (Org.), *As ciências sociais no Brasil: tendências e perspectivas*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.
- PEIRANO, Mariza G. S. *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- WILLEMS, Emilio Cunha. *Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1947.

Aula 16

- AQUINO, Yara. *Líder do PT na Câmara diz que Lula pediu alternativa para saúde*. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/politica/noticias/lider-do-pt-na-camara-diz-que-lula-pediu-alternativa-para-a-saude>>. Acesso em: 25 jan. 2011.
- ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo sustentável e globalização: impasses e perspectivas. *Revista da Casa de Geografia de Sobral*, v. 4/5, p.131-142, 2002- 2003.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *Novos estudos Ceprab*, São Paulo, n. 45, p. 152-166, 1996.
- COBUCCI, Luciana. *Estados e municípios ganham permissão para se endividar por Copa e Olimpíada*. Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/futebol/brasil2014/noticias/0,,OI4809925-EI10545,00Estados+e+municipios+ganham+permissao+para+se+endividar+por+Copa+e+Olimpiada.html>>. Acesso em: 25 jan. 2011.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- SANTOS, Boaventura Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 26-27.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único a conscientização universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOARES, Luis Augusto Severo. Turismo e globalização: algumas perspectivas. *Revista gerenciais*. São Paulo. v. 6. n. 1. p. 63-70, 2007.
- UOL VIAGEM. Louvre foi o museu mais visitado do mundo em 2009. Disponível em: <http://viagem.uol.com.br/ultnot/afp/2010/04/01/ult3641u526.jhtm>. Acesso em: 25 jan. 2011.
- VEJA.COM. Perguntas & respostas: Olimpíada-2016 no Rio: Quanto uma olimpíada pode trazer de retorno financeiro a uma cidade? Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/olimpiada_2016/index.shtml. Acesso em: 25 jan. 2011.

Aula 17

- BARRETO, M. Turismo étnico e tradiciones inventadas. In TALAVERA, A. *El encuentro del turismo con el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación*. Sevilla: Fundación el Monte, 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). Emendas constitucionais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, 1988.
- BURKE, Peter. *A cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo. Companhia das Letras. 2. Ed., 1989.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra. 2002.
- LIFSCHITZ, J. Neocomunidades: reconstruções de territórios e saberes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 67-85, jul./dez 2006.
- _____. Neocomunidades no Brasil: entre a tradição e a modernidade. *Interseções*, Rio de Janeiro, ano 9, Jun., p.183-210, 2007.
- _____. Neocomunidades no Brasil: uma aproximação etnográfica. *Antropolítica*, Niterói, n 20, p.109-130, 2006.
- _____. Percursos de uma neocomunidade quilombola: entre a modernidade afro e a tradição

pentecostal. *Revista Afro – Ásia*, n. 37, p.153-174, 2008.

MAGALHAES, Clarice; SERRINHA, Thiago da. Fado de Quissama, Show Multifoco. youtube. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=bPHnzDMqPj8>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

MELO, Jane Emirce de. Quadrilha estilizada, hibridização, resistência, ou uma invenção da tradição? Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1453-3.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

MENASCHE, R. Gauchismo: tradição inventada. *Estudos Sociedade e Agricultura*, p. 22-30, 01 nov. 1993.

NOBRE, Carlos; VIEIRA, Manoel Messias. Turismo étnico, um nicho bilionário. *Revista de Estudos Turísticos*, n. 08, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=764>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

REGINA, Telma. Quissamã: aula de história para o povo. *Revista Raça Brasil*. Disponível em: <<http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/139/imprime158196.asp>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

TRAILER do filme *O fado é bom demais*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=sw6m1YPk6eQ>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

Aula 18

BANDUCCI JR, Álvaro. Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do rio Paraguai. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n.20, p. 117-140, out. 2003.

BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do Turismo*. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

_____. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo cultural*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/turismo_cultural.html>. Acesso em: 28 jan. 2011.

_____. Ministério do Turismo. *Turismo cultural: orientações básicas*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/TurismoCultural.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2011.

CANCLINI, Néstor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. Quem precisa de diferença? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

MATTOS, Yára; FREITAS, Tatiana Pereira. Impactos culturais do turismo: contradições e paradoxos - estudo de caso com os índios Patoxó de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália-BA. *Revista eletrônica de turismo cultural*, São Paulo, v. 3, n. 1, p.117-140, 2009. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/05_%C3%8Dndios_Patax%C3%B3s_Tatiana.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2011.

O QUILOMBO São José da Serra. Quilombo São José Disponível em: <<http://quilombosaojosedaserra.blogspot.com/>>. Acesso em: 28 jan. 2011.

RIBEIRO, Marcelo. Festas populares e turismo cultural – inserir e valorizar ou esquecer? O caso dos Moçambiques de Osório, Rio Grande do Sul. Pasos. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, [S.l.], v. 2, n 1, p. 47-56, 2004. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org>>. Acesso em: 28 jan. 2011.

SILVA, Magnólia Gibson Cabral da; SILVA Roosevelt Humberto. Turismo cultural e desenvolvimento em Cabaceiras – PB. *Revista eletrônica de turismo cultural*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-27, 2009. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/6.Cabaceiras_PB_Magn%C3%B3lia.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2011.

SILVA, Mônica Cristina de Souza. *Turismo cultural em sítios históricos tombados*. 2005. Trabalho de conclusão de curso (especialização em Turismo: Cultura e Lazer) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/632/1/2005_MonicaCristinaSouzaSilva.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2011.